



Caracterização e Análise da Gestão das Instalações Desportivas Públicas Não Escolares do Município de Rio Branco, Acre - Brasil.

Dissertação apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, no âmbito do curso do 2º Ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre em Gestão Desportiva, de acordo com o Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março.

Orientador: Professor Doutor José Pedro Sarmento de Rebocho Lopes

Rodonilton Pontes de Souza

Porto, 2014

FICHA DE CATALOGAÇÃO

Souza, R. P (2014). Caracterização e Análise da Gestão das Instalações Desportivas Públicas Não Escolares do Município de Rio Branco, Acre-Brasil. Porto: Rodonilton Pontes de Souza. Dissertação de Mestrado em Gestão Desportivas apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Palavras-Chave: DESPORTO; INSTALAÇÕES DESPORTIVAS;
CARACTERIZAÇÃO, MAPEAMENTO; GESTÃO DESPORTIVA.

DEDICATÓRIA

À minha Família
Aos meus amigos

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho é a concretização de um sonho que só foi possível graças à colaboração, disponibilidade, apoio e incentivo de um conjunto de pessoas e de instituições que tiveram um papel decisivo para a sua conclusão. Por isso, aproveitando esse momento gostaria de expressar os meus puros e sinceros agradecimentos:

Primeiramente a Deus por ter me dado saúde e fé para conseguir chegar até aqui.

Ao meu pai Sebastião Souza (*in memoriam*) e a minha mãe Maria Vilani que foram a minha base de sustentação e inspiração e que sempre fizeram todos os esforços possíveis para ver o crescimento e sucesso dos filhos.

A minha irmã Elisângela Pontes, ao meu cunhado Aníbal Diniz e a minha sobrinha Ana Beatriz pelo incentivo, apoio e compreensão.

A minha namorada e companheira Ana Paula Xavier pelo incentivo, apoio, compreensão e paciência pelos dias de ausência.

Ao meu amigo irmão Saulo Azevedo pelo apoio e incentivo.

A toda minha família em Rio Branco.

Aos meus amigos que sempre me incentivaram e me apoiaram.

Um agradecimento especial ao meu amigo José Reinaldo pelo incentivo e auxílio dado para o meu ingresso ao mestrado, ao apoio e companheirismo nos dias que fiquei longe de casa e da família. Estendo esse agradecimento também a sua esposa Rose e aos seus filhos Thiago e Rafael que foram a minha família em terras Portuguesas.

À Professora Doutora Maria José de Carvalho pela recepção a mim dada na chegada à faculdade e as contribuições e orientações durante todo o processo acadêmico.

Ao Professor Doutor Jose Pedro Sarmiento pelo aprendizado e orientação no trabalho, mais principalmente pelo acolhimento, atenção e carinho que sempre teve comigo e com todos os alunos brasileiros que ali estiveram.

À instituição, Faculdade de Desporto e todos os colaboradores que contribuíram para a minha formação e conhecimentos adquiridos.

À Maria de Lurdes que sempre foi atenciosa e prestativa nas vezes que procurei a secretaria da faculdade.

Aos professores do curso de Gestão Desportiva pelos ensinamentos e dedicação.

Aos meus colegas de curso e do gabinete de gestão desportiva. Em especial aos amigos brasileiros Renan, Ângelo, Flaubert, Gleice, Bruna e Raquel que compartilharam comigo as angústias, tristezas e alegrias durante as aulas e convívio no primeiro ano do mestrado.

Aos amigos portugueses que sempre foram prestativos e solidários.

Ao governo do estado do Acre pela compreensão nos momentos que precisei me ausentar do trabalho para me dedicar à construção desse trabalho.

Obrigado a todos!

ÍNDICE GERAL

Dedicatória	III
Agradecimentos	V
Índice geral	VII
Índice de tabelas	IX
Índice de figuras	X
Índice de gráficos	XI
Lista de abreviaturas	XII
Resumo	XIII
Abstract	XV
 INTRODUÇÃO	 1
 CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	 9
1. O Desporto e sociedade	11
1.1. O Desporto	11
1.2. A importância social do Desporto	14
1.3. O Direito ao Desporto	17
1.3.2. A Constituição da República Federativa do Brasil e o Desporto	19
1.3.3. A Constituição do Estado do Acre e o Desporto.	20
1.3.4. Lei orgânica do município de Rio Branco – Acre e o Desporto	22
1.4. O Poder Público as políticas públicas para o Desporto	24
2. As Instalações Desportivas	31
2.1. As instalações desportivas e a prática desportiva	34
2.2. Planejamento das instalações desportivas	35
2.3. Caracterização e tipologias das instalações desportivas	40
2.4. Ordenamento das instalações desportivas	44
2.4.2. Mapeamento e condições de utilização das instalações desportivas	49
2.5. Modelos de gestão - instalações desportivas públicas	51
2.6. Manutenção das instalações desportivas	55
 CAPÍTULO II – METODOLOGIA	 59
1. Metodologia	61
1.1. Caracterização do município de Rio Branco e sua história.	63
1.1.2. População e economia nos dias atuais	66
1.1.3. Pirâmide etária	69
1.1.4. Economia	70

1.1.5.	Regionais do município de Rio Branco	71
1.1.6.	A gestão pública do Desporto no município de Rio Branco	72
1.1.7.	Instalações desportivas de Rio Branco	73
1.2.	Amostra da pesquisa	77
1.3.	O Processo de recolha de dados	77
1.3.1.	Revisão bibliográfica e pesquisa documental	78
1.3.2.	Questionário de caracterização das instalações	78
1.3.3.	Entrevistas semiestruturada	80
1.3.3.1.	Elaboração e validação do guião de entrevista	81
1.3.3.2.	Seleção dos entrevistados	82
1.3.3.3.	Metodologia das entrevistas e transcrição	83
CAPITULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS		85
1.	Caracterização das instalações desportivas do município de Rio Branco	87
1.1.	Número de instalações desportivas e seus proprietários.	88
1.2.	Caracterização e tipologias das instalações desportivas	90
1.3.	Estado de conservação das instalações desportivas.	96
1.4.	Distribuição das instalações desportivas no município.	99
1.4.1.	Indicadores de ordenamento - M ² útil por habitantes	101
2.	Discurso empírico: gestão das instalações desportiva no município de Rio Branco	104
2.1.	Áreas 1 - Desporto, Sociedade e Poder Público.	105
2.2.	Áreas 2 - A importância das instalações desportivas para o município.	108
2.3.	Áreas 3 - Planejamento e distribuição espacial das instalações desportivas	110
2.4.	Áreas 4 - A gestão das instalações desportivas	114
2.5.	Áreas 5 - Manutenção das instalações desportivas.	115
CONCLUSÕES		117
RECOMENDAÇÕES		122
REFERÊNCIAS		125
ANEXOS		XVII
Anexo I		XIX
Anexo II		XX
Anexo III		XXIII

ÍNDICES DE TABELAS

Tabela 1 - Indicador de equipamentos esportivo por habitantes	47
Tabela 2 - Indicador do número de habitante por instalação	47
Tabela 3 - Indicador da área territorial e raio de influência	48
Tabela 4 - Comparativo populacional de Rio Branco entre os anos de 1991 a 2010	68
Tabela 5 – Índice de desenvolvimento humano de Rio Branco entre 1991 a 2010	68
Tabela 6 - Quadro das regionais na área urbana e estimativas populacionais em 2013	72
Tabela 7 - Regionais na área rural e estimativas populacionais em 2013.	72
Tabela 8 - Instalações desportivas do estado do Acre – INESP 2000:	74
Tabela 9 - Indicador M²/habitante de Rio Branco.	103
Tabela 10 - Área útil das instalações existentes em Rio Branco.	103

ÍNDICES DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Brasil com destaque para localização Rio Branco – Acre	63
Figura 2 - Foto aérea do centro de Rio Branco – Acre	67
Figura 3 - Atividades Econômicas de Rio Branco	70
Figura 4 - Mapa de distribuição das regionais na área urbana de Rio Branco.	71
Figura 5 – Ginásio Álvaro Dantas, construído em 1975.	76
Figura 6 – Estádio Arena da Floresta, construído em 2006.	76

ÍNDICES DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução populacional de Rio Branco: 1940 á 1996	65
Gráfico 2 – Pirâmide etária de Rio Branco em 2010.	69
Gráfico 3 - Produto interno bruto de Rio Branco.	70
Gráfico 4 - Total de instalações e proprietários.	88
Gráfico 5 - Caracterização - instalações públicas não escolares de Rio Branco	91
Gráfico 6 - Caracterização - comparação entre instalações da prefeitura e gov. do estado	92
Gráfico 7 - Tipologia - Instalações desportivas públicas não escolares de Rio Branco	93
Gráfico 8 - Tipologia - Comparação entre as instalações da prefeitura e do gov. do estado	94
Gráfico 9 - Tipos de piso das quadras e campos.	95
Gráfico 10 - Condições de utilização das instalações desportivas.	97
Gráfico 11 - Comparação do estado de conservação das instalações desportivas	98
Gráfico 12 - Comparativo entre quantidade de instalações e população.	101

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior
FADEUP - Faculdade de Desporto da Universidade do Porto
FIFA - Fédération Internationale de Football Association
FUMBESA - Fundação de Bem Estar Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INDESP - Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte
IPEA - Instituto de Pesquisas Economicas Aplicadas
PMRB - Prefeitura Municipal de Rio Branco
PT - Partido dos Trabalhadores
SEE - Secretaria Estadual de Educação e Esporte
SEMEL - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
SEMOP - Secretaria Municipal de Obras Públicas
SEMSUR - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
SEOP - Secretaria Estadual de Obras Públicas
SMDGU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Gestão Urbana
UFAC - Universidade Federal do Acre
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNINORTE - Universidade União Educacional do Norte
PIB - Produto Interno Bruto

RESUMO

O Desporto é uma prática social cada vez mais generalizada pelo mundo, tornando-se um dos fenômenos sociais mais importantes da atualidade e está inserido diretamente na vida do cidadão, onde os seus benefícios em uma ótica de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população são cada vez mais reconhecidos.

O poder público é um dos principais fomentadores da prática desportiva, sendo um dos seus deveres dar condições que permitam o seu fácil acesso através das políticas desportivas e a construção de instalações desportivas que satisfaçam a procura e as necessidades de prática desportiva da população.

O presente estudo teve como objetivo caracterizar e analisar a gestão das instalações desportivas públicas não escolares do município de Rio Branco. Para tal, realizou-se a análise documental, aplicação de questionário e entrevista como principais elementos constitutivos do processo de recolha de dados.

Os resultados desse estudo revelam que: (1) a prefeitura possui a maioria das instalações desportivas quando comparado ao governo do Estado; (2) a maioria das instalações são classificadas como instalações desportivas de Base-formativa; (3) as quadras descobertas são os tipos de instalação desportiva mais presentes tendo a areia com o tipo de piso com maior predominância; (4) mais de 66% das instalações desportivas apresentam deficiências mínimas ou grandes, o que é agravado por não existirem manutenções preventivas; (5) existe um grave desequilíbrio em relação a distribuição espacial das instalações dentro no município; (6) o número de instalações desportivas existentes é insuficiente; (7) não existem mecanismos de planeamento, concepção e distribuição espacial das instalações; (8) o modelo de gestão adotado é a gestão direta.

PALAVRAS-CHAVE: DESPORTO; INSTALAÇÕES DESPORTIVAS; CARACTERIZAÇÃO, MAPEAMENTO; GESTÃO DESPORTIVA.

ABSTRACT

Sport is an increasingly widespread social practice around the world, becoming one of the most important social phenomena of our time and is inserted directly into the lives of citizens, where their benefits in a perspective of improving the quality of life and well-being the population are increasingly recognized.

The government is one of the main promoters of the sport, being one of these duties provide conditions that allow your easy access through sporting policies and the construction of sports facilities that meet the demands and needs of the sporting population.

The present study aimed to characterize and analyze the management of non-school public sports facilities in the municipality of Rio Branco. So, we conducted a documentary analysis, a questionnaire and interview as the main constituent elements of the data collection process.

The results of our study show that: (1) the City Hall has the most of the sports facilities when compared to the state government; (2) the most installations are classified as Sport Facilities Base-formative; (3) the uncovered blocks are the types of sports facility having more present with the sand floor type with predominance; (4) more than 66% of sports facilities have minimal or major deficiencies which is aggravated because there are no preventive maintenance; (5) there is a serious imbalance in relation to spatial distribution of facilities within the municipality; (6) the number of existing sports facilities are inadequate; (7) there are no mechanisms for planning, design and spatial distribution of facilities; (8) the management model is the direct management.

KEYWORDS: SPORTS; SPORTS FACILITIES; CHARACTERIZATION, MAPPING; SPORTS MANAGEMENT.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O Desporto é uma realidade onipresente e deve ser entendido como um fenômeno social universal que tem se revelado a cada dia como parte integrante da vida da sociedade moderna (Constantino, 2006). Esse fenômeno desportivo atravessou séculos, em formas e modelos mais ou menos codificados, sendo muito mais do que um mero divertimento lúdico ou simples atividade física, tornando-se “uma exigente filosofia e pedagogia da existência, a afirmar que o homem tem que se cumprir em todos os campos e áreas do seu labor, não sendo dispensado de se transcender e humanizar também pelas performances corporais” (Bento & Bento, 2010, p. 18).

Temos observado nos últimos anos o aumento gradativo da procura por atividades desportivas por todos os segmentos sociais, seja em busca de lazer, saúde, qualidade de vida ou Desporto de rendimento. Esse aumento tem ocorrido de forma voluntária ou estimulada através da realização de campanhas mundiais de estímulo a prática desportiva como é o caso, por exemplo, do “Dia do Desafio” e o “Agita Mundo” que são campanhas com o intuito a promover uma grande mobilização mundial para a reflexão e a realização de ações a favor da adoção de estilo de vida mais ativo, buscando uma melhor condição de saúde, bem-estar e qualidade de vida das populações em todo o mundo (Dacosta 2008).

Os grandes eventos esportivos transmitidos para todo mundo através dos mais variados meios de comunicação, programas na TV que tratam da importância da atividade física e do lazer e o acesso mais fácil a informação por meios da internet são alguns dos meios que também tem influenciado esse aumento da prática do desporto na sociedade e paralelo a isso vem a necessidade de existirem instalações desportivas que atendam as demandas e anseios da sociedade.

O poder público também é um dos principais intervenientes e fomentadores na promoção da prática desportiva e é seu dever dar condições que permitam o acesso facilitado ao desporto a todos os cidadãos. Para isso, é fundamental a criação de políticas desportivas com propostas lógicas na busca de concretizar ações que proporcionem a contínua melhoria do bem-estar da população e que também garantam infraestruturas desportivas que atendam as

necessidades da sociedade e estas, devem ser geridas de forma eficiente visando a sua utilização plena e continua.

No Brasil a prática desportiva é um direito constitucional previsto no seu art. 217º da constituição federal, devendo ser fomentada de maneira indiscriminada atendendo as práticas formais e não formais do Desporto. Governo Federal, estados e municípios atuam de forma descentralizada, onde cada um cria e desenvolve sua própria política desportiva.

Os investimentos públicos visando à criação e disponibilização de instalações desportivas para práticas desportivas tem sido perceptíveis, influenciados principalmente pelos grandes eventos que o Brasil vem sediando nos últimos anos (Jogos Pan-Americano 2007, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016). Contudo, também é necessário pensar em uma rede de infraestrutura que ofereça uma diversidade de instalações desportivas com maior acessibilidade e levando em consideração as necessidades da população, pois assim o poder público vai cumprir o seu papel social e político (Constantino, 1999).

Para que isso aconteça é fundamental que essa rede de infraestrutura desportiva seja pensada e planejada com base na realidade desportiva local, onde as características, tipologias e distribuição geográfica das instalações desportivas já existentes, sirvam de parâmetro para tomada de decisões. Segundo Constantino (1999), as característica e distribuição geográfica dessas instalações desportivas devem estar articuladas com os fatores de desenvolvimento do município.

Desde 2006 trabalhando como técnico especialista em Educação Física da secretária de Esporte do Estado do Acre, tivemos a oportunidade de acompanhar e conhecer as políticas públicas desportivas desenvolvidas no estado do Acre e no município de Rio Branco.

Nesse contexto observou-se que em relação as instalações desportivas sempre existiu o anseio por parte dos gestores de modernizar e ampliar a rede de infra estrutura desportiva existentes no Acre, principalmente na capital, Rio Branco. Contudo, agregado a esses anseios não percebemos a existência de um planejamento específico centrado em bases sólidas embasados em estudos e dados que caracterizem a realidade desportiva local assim servindo elementos norteadores para tomadas de decisão.

A implantação desordenada de instalações desportivas que em muitas vezes não atendem a necessidade da comunidade, assim como também há concentração de várias instalações desportivas em uma mesma área, o que acaba privilegiando apenas as pessoas que moram no entorno. Outra preocupação é não existência de uma política de manutenção contínua para as instalações desportivas existentes, uma vez que, observamos a construção de novas instalações enquanto um grande número apresenta-se sem condições de uso muitas vezes provocadas pela falta de pequenos reparos.

A importância de um estudo sistemático de distribuição espacial e do fenômeno esportivo é ressaltada por DaCosta (2005) e Cunha (2007) ao afirmarem que o reconhecimento do nível urbano de instalações desportivas disponíveis a população e sua respectiva qualidade de vida em matéria de desporto são fundamentais, além de revelar importantes aspectos econômicos, históricos, sócio-culturais e políticos.

Percebe-se que esse tipo de planejamento parece não ser uma realidade no estado do Acre e em muitos de seus municípios. Esta situação nos deixa inquietos, e devido a nossa atividade enquanto profissionais do desporto e funcionário da secretaria de esporte do Estado, agregado as fortes motivações pessoais em querer aprofundar na teoria e na prática os conhecimentos e modos de intervenção do poder público em matéria de políticas desportivas voltadas para as instalações desportivas – neste caso, num estudo centrado no município de Rio Branco – levaram-nos à seguinte questão de partida para o andamento deste trabalho.

- Qual é a realidade do município de Rio Branco no que diz respeito às instalações desportivas públicas não escolares?

A opção de não incluir nesse estudo as instalações desportivas presentes em escolas, clubes sociais e privados justifica-se por entender-se que esses espaços restringem o seu uso ao cidadão comum e na maioria das vezes fazem algum tipo de cobrança por sua utilização.

Em relação às escolas públicas, essas também são de responsabilidade do poder público, porém os seus diretores/reitores possuem total autonomia na gestão do espaço escolar e das instalações desportivas lá presentes, tendo

como foco principal o atendimento de sua clientela específica (aluno), visando cumprir as exigências previstas no currículo escolar obrigatório. Não é raro encontrarmos no município de Rio Branco escolas que não abrem seus portões para a comunidade local ou quando assim fazem cobram por sua utilização.

Contudo, entendemos e reconhecemos que todas essas instalações são importantes e contribuem de forma direta para o desenvolvimento desportivo local, porém, devido aos motivos acima apresentados não as incluiremos nesse estudo.

Problema

Para que o poder público possa cumprir com a sua obrigação constitucional de fomentar o Desporto de maneira indiscriminada atendendo as práticas formais e não formais é fundamental que ele crie condições físicas e administrativas para que o desporto aconteça.

A construção de instalações desportivas é fundamental para a realização das práticas desportivas e esses devem ser pensados e estruturados visando a atender a realidade local e responder as necessidades sociais e promover o equilíbrio na oferta de espaços desportivos, considerando a distribuição da população no território e as condicionantes exigidas pelas entidades de prática desportiva.

O poder público deve adotar uma gestão que melhor se adeque a realidade local onde as políticas públicas possam dar respostas rápidas aos anseios da sociedade em relação as prática desportiva.

Por isso, formulamos como problema desse estudo:

- Qual a disponibilidade das instalações desportivas públicas não escolares do Município de Rio Branco.

Objetivo Geral:

- O objeto de estudo desse trabalho é caracterizar as instalações desportivas e analisar o tipo de gestão com base no discurso dos responsáveis do município de Rio Branco.

Objetivos Específicos:

- Compreender de forma clara a quantidade de instalações desportivas públicas não escolares disponíveis;
- Identificar a tipologia, as características principais das instalações desportivas;
- Avaliar a qualidade das instalações desportivas;
- Saber como as instalações desportivas estão distribuídas no território e como foi realizado o seu planejamento;
- Analisar o modelo de gestão adotado para instalações desportivas com base no discurso dos gestores;

Estrutura do Trabalho

Sobre a estrutura da presente dissertação, apresenta-se primeiramente uma introdução seguida de três capítulos, e posteriormente apresentaremos as principais conclusões e limitações do estudo seguidas das referências bibliográficas e anexos.

Na presente introdução está a apresentação do estudo, o problema e os objetivos e a estrutura da dissertação.

No primeiro capítulo é apresentada a revisão bibliográfica de todo o nosso estudo, onde é caracterizada as matérias e temáticas relacionadas com

a representação do desporto na sociedade, a importância social do Desporto, o direito ao desporto, o poder público e as políticas públicas para o Desporto, as instalações desportivas e a prática desportiva, planeamento das instalações, caracterização e tipologias das instalações, ordenamento e condições de utilização, e os modelos de gestão.

No segundo capítulo é apresentada a descrição de forma detalhada da metodologia utilizada para a composição do respetivo estudo, caracterização do município de Rio Branco e sua história, a amostra da pesquisa, instrumentos utilizados para recolha de dados e procedimentos para a respetiva análise.

No terceiro e último capítulo, é feita uma apresentação e discussão dos resultados fazendo a comparação com estudos similares e a literatura apresentada na revisão bibliográfica.

Na conclusão, através dos resultados encontrados evidenciam-se as principais conclusões do nosso estudo e as recomendações.

Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas e os anexos.

REVISÃO DE LITERATURA

CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA

1. O Desporto e a sociedade

1.1. O Desporto

O Desporto é um fenómeno social e que tem uma linguagem comum conhecida em todo mundo, mas encontrar uma definição para desporto não é uma tarefa muito fácil, já que suas características dificultam a criação uma única definição capaz de englobar algo tão diversificado. Por isso, Bento & Bento (2010), expressaram que se o desporto for definido de forma rápida e curta certamente dirá pouco; e, sendo muito extensa acabará fugindo do conceito e não sendo muito claro.

Constantino (2006, p. 12), afirma que “o Desporto é uma realidade omnipresente e incontornável na história... sendo um fenómeno tão presente na nossa contemporaneidade, nem sempre tem sido fácil compreendê-lo e interpretá-lo”.

Garcia (2009), também salienta a dificuldade em definir Desporto, mas afirma que essa definição deveria partir do elemento comum a todas as formas existentes do desporto, o ser humano. O Desporto é um lugar onde é possível comprovar a capacidade do homem e do seu corpo, pois é um dos instrumentos de fabricação do homem, de criação do seu corpo e da sua alma (Bento, 2007).

O Desporto deve ter ideias centradas no homem, pois este deve ser entendido como a centralidade inerente à sua condição de sujeito e não deve ser pensado como uma realidade periférica (Garcia, 2009). E ligada ao corpo está à saúde, tanto pela normal atribuição ao corpo dos estados de saúde e de doença, como também pela atribuição da atividade física como fundamental para um estilo de vida saudável (Bento, 2004).

Para (Constantino, 2007), o Desporto é um fenómeno que tem marcado e certamente continuará a marcar profundamente a vida do homem, e a sua complexidade necessita ser abordada e estudada em diferentes níveis. É um fenómeno portador de extrema importância, que assume especial destaque na vida da sociedade atual.

Ainda segundo o autor, homem e sociedade foram evoluindo com o passar dos anos e os valores intrínsecos à sua vivência foram se alterando na sua importância. O mundo é uma constante de mudanças e as mudanças trazem novos princípios orientadores e novos significados aos valores humanos.

O Desporto assim como várias situações da vida humana também são passíveis de mudanças e alterações. O Desporto sempre foi uma prática, no entanto o sentido que lhe foi e é atribuído tem de ser inserido e contextualizado em cada época, dentro de determinados padrões e valores, associado às mais diversas vivências e à realidade social (Carvalho, 1994).

Ao analisarmos a evolução do Desporto na sociedade, verificamos que a atividade física sempre marcou presença na existência humana. Desde sempre o homem teve a necessidade de se movimentar através da caminhada, da corrida ou deslocar-se de forma ágil e rápida para caçar. Desde a Idade Média é referenciada a existência da prática de vários jogos praticados de maneiras variadas que posteriormente foram convertidos em torneios, de acordo com a cultura em que a população estava inserida (Carvalho et al., 2012). A prática desportiva era realizada de forma espontânea e já nesse tempo tinha implícito, a contribuição para o equilíbrio físico e mental do indivíduo.

O Desporto faz então, parte da vida humana. É um fenómeno antropológico fundamental em todas as épocas dos anos (Bento, 1991).

Carvalho et al. (2012) afirma que a estrutura do Desporto a qual conhecemos com regras, princípios e finalidades é um produto do desenvolvimento social recente apesar de conhecermos o Desporto a mais de um século.

Quando tratamos do Desporto contemporâneo é inevitável contemplarmos uma grande variedade de significados modificando totalmente os conceitos sociais aplicados ao contexto geral no âmbito desportivo. Neste sentido o conceito de desporto ocupa um lugar muito importante em relação ao desenvolvimento da atual sociedade.

Para Constantino (2006, p. 16) “o Desporto é o reflexo de uma sociedade onde o rendimento, o avanço científico e tecnológico, o desenvolvimento económico, conflitam muitas vezes com a visão prometeica

do progresso e do bem-estar social”. Porque também o desporto contém as contradições inerentes a outras práticas sociais e à sociedade.

Para Tubino (1999), o Desporto deve ter uma definição em função da ação desportiva que ele exerce, ampliando assim o seu entendimento, deixando de ser uma pura e simples lógica do alto rendimento. Essa alteração conceitual, segundo o autor, seria decorrência de um conjunto de críticas ao Desporto de performance.

O Desporto tornou-se, também, um grande meio desta cultura do tempo livre, e o que fez com que o modelo tradicional caracterizado pelo treino e competição começasse a dar lugar a outros valores, ligados a uma forte acentuação de comportamentos de superação, já que os valores tradicionais não são mais suficientes para tratar de todas as necessidades e exigências do contexto atual (Queirós, 2004).

Constantino (2006), considera que o Desporto pode influenciar a sociedade e ser influenciado por ela, pois as mudanças atualmente experimentadas pela sociedade, as explicações teóricas e mesmo empíricas são cada vez mais rápidas, fracas, específicas e sobre tudo locais.

“O desporto, enquanto prática corporal socialmente construída, transforma-se e adquire significações e funções distintas em função dos diferentes atores sócias que as apropriam. O desporto pode servir de meio de inclusão de normas culturais, de processos de expansão de identidades sociais, de suporte de ideologias de afirmação de legitimidade política. O ato desportivo não é só uma expressão da capacidade de rendimento corporal. É claramente, um produto que encerra um valor cultural, económico e político” (Constantino, 2006, p. 9).

Portanto, se no passado o Desporto era uma atividade orientada e estruturada para o alto rendimento, atualmente “o desporto passou progressivamente a ser uma prática aberta a todas as pessoas, de todas as idades e a todos os estados de condição física e sociocultural” (Bento, 2007, p. 21). Agora, o desporto de alto rendimento, com vista à excelência, expandiu-se assumindo novos fins e significados: saúde, recreação e lazer, aptidão e estética corporal, reabilitação e inclusão, entre outros.

Neste sentido, segundo o mesmo o autor, o Desporto alicerça-se hoje num entendimento plural constituindo um fenómeno cheio de significados e manifestando-se numa realidade em que se apresenta cheio de formas.

Os aspectos presentes no Desporto provocam efeitos positivos nas pessoas como, por exemplo, a melhora da qualidade de vida, além de também estimular a economia. Isso faz com que cada vez mais o desporto seja olhado como um produto e, simultaneamente um processo e um serviço gerador de educação, de cultura, de lazer e de economia (Bento, 2007).

As características presentes no Desporto e sua importância social são o combustível para o interesse para seu estudo, buscado sempre entender e potencializar esse fenómeno social.

1.2. A importância social do Desporto

A prática desportiva ocupa atualmente um lugar de enorme importância na vida de qualquer comunidade. Se há tempos atrás era praticada por uma minoria, hoje é uma atividade desejada por todas as classes sociais.

Na sociedade atual é incontestável a importância atribuída ao desporto, visto que vivemos tempos onde se valoriza cada vez mais a cultura do tempo livre. Evidentemente, as formas de ocupar o tempo livre são variadas, mas o desporto tem, sem dúvida, um importante papel social a desempenhar.

Até mesmo as pessoas que afirmam não gostar ou que não tem o hábito de ocupar o seu tempo livre com a prática do Desporto, reconhecem a sua importância social.

O Desporto é um dos fenómenos sociais que acompanha o desenvolvimento e a internacionalização do capitalismo, alastrando-se a partir da Europa pelo mundo fora, constituindo um movimento de mundialização (Constantino, 2006).

“O Desporto moderno é, na sua essência sócio-cultural, uma fenómeno urbano, um elemento da civilidade e cultura cidadina, uma parcela de urbanidade e do civismo. Uma forma de conquista da cidade e da cidadania” (Bento, 1995, p. 236).

Alguns estudos sociais que analisam os interesses da população em relação ao Desporto são citados por Lamas (2001). Dentre eles encontramos fatores como:

Novos conceitos – o Desporto não se relaciona apenas como uma atividade virada para a competição, mas sim vincula aos aspectos recreativos, de saúde, educativos, profissionais, etc.

Novas motivações – o Desporto não é entendido como uma atividade exclusivamente relacionada com a superação é com a vitória. Hoje em dia, na sua concepção universal, fundamenta a sua atividade na relação humana, na integração, no cuidado do corpo, na relação com a natureza, etc.

Novos praticantes - o Desporto não se concebe apenas para pessoas com qualidades físicas desenvolvidas e jovens, existe sim um desenvolvimento do Desporto na sua concepção universal, que engloba todo tipo de pessoas sem qualquer tipo de limitação, tendo em conta o sexo, idade, raça, nível social, religião, etc.

Novas estruturas organizativas – o Desporto já não depende exclusivamente das estruturas federativas. Existe já uma grande oferta de outras instituições privadas, profissionais e administrativas capazes de satisfazer as necessidades das populações.

Ainda segundo o mesmo autor, encontramos necessidade de poder descrever o conceito de Desporto num contexto geral e poder esclarecer os diversos âmbitos em que se enquadra, ou seja, hoje em dia o Desporto emprega uma quantidade de aspectos relacionados com a sociedade e com a conduta humana.

Sarmiento (2009), explica que o Desporto moderno é visto como um meio de aglutinação e consolidação social através da prática desportiva organizada, uma vez que desenvolve os conceitos básicos da vida em comunidade, como o respeito pelas regras, o trabalho em equipe, o voluntariado, a superação, o apoio aos desfavorecidos, e a luta por níveis mais evoluídos e por uma saúde pública cada vez mais efetiva.

Bento & Bento (2010), consideram que participar no desporto é participar na construção de pessoas e identidades cujo ego é sempre um espírito incarnado, uma tatuagem corpórea da alma. Ocupamo-nos da apropriação e irradiação de símbolos, mitos e ideias através de desempenhos corporais, pois

o Desporto é um dos fatores de exaltação da humanidade e da sua maestria em canalizar as forças primárias e rasteiras da nossa natureza para fins que nos engrandecem e enternecem.

Bento (2005, p. 39), acredita que “o Desporto é valioso por causa do nosso amor e paixão por ele, pelos sentimentos que nos desperta, pelas ideias, princípios e valores que nele investimos e pelas finalidades e funções com que o instrumentalizamos”.

Pereira (2009), partilha a mesma opinião considerando que o Desporto na sociedade é cada vez mais um bem para todas as pessoas que o praticam e representa um meio importante para alcançar vários benefícios fisiológicos, psicológicos e sociais.

“O Desporto é na atualidade, assim como outros processos de expressão coletiva da humanidade, um amplo fenómeno social, económico e cultural, que percorre o mundo globalmente e que carece de ser entendido na sua contribuição real ou potencial para os processos de Desenvolvimento Humano” (Correia, 2009, p. 9).

As características do Desporto, seja ele de carácter competitivo ou não, favorecem o aparecimento de uma forma rápida e consistente de comportamentos ajustados socialmente, tanto no seio da própria atividade como fora dela, para além de desencadear um ajustamento de comportamentos e rotinas de vida nos membros do agregado familiar dos praticantes. Por isso, o Desporto, sem ser a fórmula mágica para a inserção social é, com certeza, um meio de inclusão (Costa, 1987).

Portanto, a atividade desportiva assume progressivamente uma maior presença e protagonismo nas sociedades modernas. Cada vez mais os cidadãos procuram na prática desportiva, o bem-estar físico, a saúde e a ocupação dos tempos livres. A consciência crescente sobre os benefícios para a saúde pública, o papel potencial do Desporto e da atividade física no desenvolvimento das crianças e jovens, assim como a necessidade de incrementar as práticas de exercício na população idosa, tiveram um grande impulso no sentido de um melhor entendimento da atividade física por parte dos cidadãos (Mota, 1999). O Desporto contribui para um espírito de cidadania

essencial para o crescimento sustentado das sociedades modernas, melhora o espírito de equipe e os laços sociais entre as pessoas.

O Desporto une as pessoas, aumenta a autoestima, ajuda a melhorar a condição de vida das crianças em situação de risco, mostra uma outra forma de encarar a vida, ensina disciplina, espírito de equipe, determinação para vencer. E pra se vencer na vida, essas coisas são fundamentais. É aquela história de saber ganhar e saber perder.

A atividade esportiva, como forma de integração social, aproxima as crianças de um futuro melhor, mas também contribui na formação interdisciplinar com finalidades educativas para alunos do curso de educação física, ajuda a desenvolver competências pessoais, produtivas e sociais.

O Desporto tem uma função social importante de interligação entre as pessoas, de respeito pelo próximo, pelo adversário, de convivência e de ética pela vida que compete conosco. Portanto, o Desporto alia-se à função social dado que fomenta a relação entre os indivíduos, entre os atletas, entre os adeptos e entre as massas.

1.3. O direito ao Desporto

De acordo com Carvalho et al. (2012, p. 41), “o Desporto, a política e direito constituem, na verdade, um triângulo dourado intrinsecamente unido, cuja sustentação e cujo sucesso dependem do desempenho individual e/ou coletivo, face à estratégia, à missão e vocação das organizações”.

O reconhecimento do direito ao Desporto como direito fundamental de cada um dos cidadãos projeta-se na forma de encarar a prática desportiva como atividade essencial no dia a dia das pessoas. Nesse contexto, o Desporto na sociedade dos nossos tempos, ocupa um espaço bastante significativo e consequentemente força o poder público a apresentar soluções que atenda os anseios da sociedade.

Reforçando a ideia do direito ao Desporto Constantino (1999), legítima o Desporto como um direito do cidadão, e essa relação supõe um desporto à medida de cada um, e esse direito vai além do valor formal a fim de atender à qualidade do direito exercido, ou seja, a qualidade do desporto praticado.

“Cada época tem o seu desporto, porque tem o seu cidadão. Um e outro resultantes de mutações sociais, sobretudo no plano dos valores, dos direitos, dos interesses, dos problemas e das necessidades” (Bento, 1995, p. 231).

Os Governos neste momento assumem um papel fundamental na difusão e desenvolvimento do Desporto e são as principais entidades que mais apoiam o associativismo e a prática desportiva. Um dos seus principais objetivos deverá ser facilitar o acesso à prática desportiva a todos os cidadãos independentemente da sua situação econômica e social (Carvalho, 1994).

Como principal promotor da prática desportiva, cabe aos governos, aos organismos do poder político, responsáveis pelo Desporto impulsionar a realização de estudos para conhecer as disposições de procura, avaliar as políticas e definir linhas de orientação capazes de promover o desenvolvimento desportivo de forma integrada e eficaz.

Em 21 de Novembro de 1978, foi proclamada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, ocorrida em Paris, a Carta Internacional de Educação Física e Desporto da UNESCO, visando colocar o desenvolvimento da educação física e do Desporto ao serviço do progresso da humanidade, promover o seu desenvolvimento e incitar governos, organizações não-governamentais competentes, educadores, famílias e indivíduos a inspirarem-se nela. No seu artigo 1º, n.º 1, é estabelecido que todas as pessoas têm direito à educação física e ao Desporto, direito entendido como indispensável para o desenvolvimento das personalidades. No artigo 5º, n.º 5.2, os governos, os poderes públicos, as escolas e os organismos privados competentes a todos os níveis são invocados a unir esforços e a concentraram-se no planeamento da localização e da utilização ótima das instalações e dos equipamentos e materiais necessários à educação física e ao Desporto.

No Brasil o Desporto é um direito fundamental de todo cidadão garantido na constituição federal de 1988 (Brasil, 1988), e na lei (Pelé, 1998) nº 9.615 , de 24 de março de 1998 e Decreto nº 7.984, de 8 de Abril de 2013, que institui normas gerais sobre desporto, criando os sistemas, conselhos e o plano nacional Desporto para o país.

O Decreto 7.984/2013 dispõe no seu art. 3ª que o desporto no país deve ser reconhecido em três manifestações:

I - Desporto Educacional ou esporte-educação, praticado na educação básica e superior e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a competitividade excessiva de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - Desporto de Participação, praticado de modo voluntário, caracterizado pela liberdade lúdica, com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, a promoção da saúde e da educação, e a preservação do meio ambiente;

III - Desporto de Rendimento, praticado segundo as regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados de superação ou de performance relacionados aos esportes e de integrar pessoas e comunidades do País e de outras nações.

A abrangência destes Esportes vem desde a infância, passando pela adolescência, juventude, idade adulta chegando à terceira idade. Como é direito de todos, evidentemente que existem práticas organizadas institucionalmente e práticas não-formais.

Governo Federal, Estados e Municípios dividem a responsabilidade de fomentar o Desporto e propiciar mecanismos para o seu desenvolvimento seja ele formal e não formal. Por isso, é importante entender como os governos compartilham as responsabilidades da garantia à prática desportiva a todo cidadão, para só assim, podermos fazer uma análise de como essa relação se dá na vida das pessoas.

1.3.1. A constituição da república federativa do Brasil e o Desporto

A constituição federal é o conjunto de regras que tem por objetivo de organizar e garantir um Estado Democrático de Direito. Ela legitima os sagrados direitos fundamentais dos cidadãos e os princípios básicos que regem o País estabelecendo as regras de organização do poder público.

Por outras palavras, estabelece a estrutura do Estado e define as competências dos principais órgãos de soberania (Legislativo, Executivo e Judiciário), regulando a forma como estes se relacionam entre si. A estes órgãos estão definidas atribuições e competências que visam possibilitar aos cidadãos uma melhor qualidade de vida e acompanhar, apoiar e responder às necessidades das organizações.

A atual constituição da república federativa do Brasil é considerada nova por ter apenas 26 anos já que sua promulgação foi realizada do dia 5 de outubro de 1988. O Desporto em termos legais está regulado de forma direta em dois artigos que garantem direitos e deveres fundamentais dos quais podemos destacar:

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 217 – É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um.

Portanto, se constitui dever do Estado garantir à sociedade o acesso ao Esporte, lazer, independentemente da sua condição socioeconômica dos distintos segmentos. A democratização e a garantia de acesso ao Esporte e ao lazer contribuem para a reversão do quadro de injustiça e vulnerabilidade social, uma vez, o Esporte e o lazer atuam como instrumento de formação integral do indivíduo.

1.3.2. A constituição do Estado do Acre e o Desporto.

Com a promulgação da constituição federal em 1988 e respeitando o seu artigo 25, os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições próprias e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição mãe. O Estado do Acre teve sua constituição estadual promulgada no dia 03 de outubro de 1989, ou seja, quase um ano após a Constituição Federal. Ela é a lei maior do Estado, pois regulamentam as diretrizes e os princípios que regem

o Estado democrático de direito e como os governantes devem conduzir sua gestão.

O Estado deve garantir não somente a proteção aos direitos de propriedade, mais que isso, deve defender através das leis todo um rol de garantias fundamentais, baseadas no chamado princípio da dignidade humana. Está elencado no rol de direitos fundamentais da Constituição Brasileira de 1988.

Na regulamentação da constituição, o Estado do Acre apresenta um artigo específico que tratando do Desporto, garantido direitos essenciais aos cidadãos acreanos conforme apresentamos a seguir:

Art. 205. O Estado fomentará atividades física e práticas desportivas formais e não-formais, observados os seguintes princípios:

I. Autonomia ampla das entidades desportivas dirigentes e associações, quando à sua organização e funcionamento;

II. Destinação de recursos para a atividade esportiva, oriundos do orçamento público e de outras fontes, captados com a criação de instrumentos e programas especiais, com tal finalidade, priorizando o desporto educacional;

III. Incentivo a programas de capacitação de recursos humanos, ao desenvolvimento científico e à pesquisa, aplicados à atividade esportiva;

IV. Criação de medidas de apoio ao desporto participação e desporto performance, inclusive programas específicos para a valorização do talento desportivo;

V. Atendimento especializado às crianças carecedoras de cuidados especiais para prática esportiva, prioritariamente no âmbito escolar;

VI. Incentivo às atividades esportivas e de lazer, especiais para a terceira idade, como forma de promoção e integração social do idoso.

Parágrafo único. Cabe ao Conselho Regional de Desporto, na forma da lei, fiscalizar a distribuição e aplicação de verbas às entidades desportivas, bem como coordenar suas atividades.

No Desporto o Estado vê justificada a sua intervenção devido ao fato de o mercado, por si só, se revelar incapaz de promover uma orientação adequada de recursos que possa satisfazer aquilo que socialmente se espera dele para o bem-estar geral das populações e para a efetivação dos preceitos constitucionais (Correia,1997).

Nesse sentido, (Bento, 1995, p. 231), afirma que “o desporto configura-se como parte do processo de civilização, e elemento da cultura urbana e cidadina”. Para o autor a cidade é o local da civilidade, do convívio e bem-estar dos homens.

1.3.3. Lei orgânica do município de Rio Branco – Acre e o Desporto

A lei orgânica municipal é uma lei genérica, elaborada no âmbito do município e conforme as determinações e limites impostos pela constituição federal e do respectivo Estado, ela estabelece normas a que os cidadãos devem seguir sendo o instrumento maior de um município, pois constitui as diretrizes e os princípios que regem a cidade no que diz respeito aos direitos e deveres dos governantes e dos governados.

Na Constituição Federal ela está prevista no seu artigo 29 onde define o seu papel e como deve ser construída dentro da gestão do município:

Art. 29 - O município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado. (Brasil, 1988).

Ela também está presente na constituição do Estado do Acre no seu artigo 13^a, onde reafirma a sua fundamental importância para a condução de uma gestão municipal autônoma beneficiando o desenvolvimento do município:

Art. 13. Os Municípios são unidades territoriais que integram a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, dotados de autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição Federal, por esta Constituição e pelas respectivas Leis Orgânicas.

“A lei orgânica do município corresponde de uma forma mais simples à constituição federal e à Estadual. É pela lei orgânica municipal que são definidos os instrumentos legais competentes para enfrentar as grandes mudanças em que a cidade se insere” (Pedroso, 2010, p. 45).

A lei orgânica de Rio Branco foi proclamada em 03 de abril de 1990, consequentemente, respeitando os artigos constitucionais, ela também estabeleceu suas diretrizes voltadas para garantir os aspectos fundamentais para o desenvolvimento do Desporto municipal através dos artigos 156, 157 e 158.

Art. 156 - É dever do Município amparar e fomentar o desporto, a recreação e o lazer, como direito de todos, observados:

I - A promoção prioritária do desporto educacional, em termos de recursos humanos, financeiros e materiais em suas atividades, meio e fim;

II - A dotação de instalações esportivas e recreativas para as instituições escolares públicas;

III - A garantia de condições para a prática de educação física, do lazer e do esporte ao deficiente físico, sensorial e mental;

IV - Autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

V - Proteção e incentivo às manifestações desportivas de caráter local;

VI - O incentivo de práticas esportivas junto às associações comunitárias organizadas.

Art. 157 - A Educação Física é parte integrante da grade curricular de ensino no Município de Rio Branco.

Art. 158 - Toda escola pública municipal que tenha mais de quatro salas de aula, deverá, obrigatoriamente, contar com instalações para prática de atividades físicas, observadas as peculiaridades climáticas do Município.

Certamente a lei orgânica municipal tem papel fundamental na definição e formulação de políticas públicas, especialmente no que se refere ao social, que, de acordo com Carvalho (2001), deve buscar a redução das desigualdades, segregações e exclusões sociais, contribuindo para a plenitude da cidadania.

Visando apoiar os municípios no cumprimento de dever de fomentar o Desporto, o governo federal criou a lei nº 10.257/01, intitulada “O Estatuto da Cidade” que visa apoiar e garantir a instrumentalização dos municípios buscando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade também estabelecendo uma gestão democrática com garantia de participação da população em todas as decisões de interesse público para que eles tenham acesso aos serviços, equipamentos urbanos e toda e qualquer melhoria realizada pelo poder público.

Os municípios são os órgãos de gestão com intervenção direta no desenvolvimento desportivo. Perante este fato, as prefeituras assumem uma função elementar na promoção e na prática desportiva. Cabe aos municípios um melhor planejamento de espaços destinados ao uso desportivo, e quantificar o investimento que lhe será destinado. Nesta perspectiva, a lei orgânica municipal e o plano diretor de cada município do são instrumentos de

suporte indispensáveis à definição de políticas e estratégias para uma intervenção eficaz da gestão municipal (Carvalho, 2001).

É importante que os governos municipais nas suas estruturas organizativas “apetrechem as respetivas unidades com recursos humanos qualificados, nomeadamente técnicos de Desporto, cujo papel principal consiste em garantirem a liderança e a gestão dos processos que conduzem à execução das políticas desportivas superiormente definidas” (Pereira, 2009, p. 114).

Almeida (2012, p. 148) considera que “o Desporto municipal abriu via a uma política centralizada no cidadão, e não apenas no atleta, vocacionada em garantir condições para uma atividade desportiva regular de todos os munícipes”.

A administração municipal através das prefeituras é a mais próxima do cidadão, por isso, é a que melhor conhece as suas necessidades e como tal deve prestar um maior número de serviços no âmbito do Desporto a todos os cidadãos, devendo estabelecer canais de comunicação com o objetivo de facilitar a todos o acesso à prática desportiva.

Governos federal, estadual e municípios dividem as responsabilidades sociais de fazer cumprir as legislações vigentes que visam garantir o direito social e constitucional da população de acesso e incentivo ao desporto através das políticas públicas. Em virtude do desenvolvimento desportivo, estas entidades têm por obrigação conhecer as realidades sociais das populações que vão atuar, os agentes e as estratégias de gestão desportiva que vão utilizar (Gallardo & Jimenez, 2004).

1.4. O Poder Público as políticas públicas para o Desporto

De acordo com Silva (2014), poder público entende-se por um conjunto dos órgãos com autoridade para realizar os trabalhos do Estado, constituído de Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário, com estruturas político-administrativas, organizadas em conformidade com regulamentações legais originadas no âmbito público. Ainda segundo o autor, o poder público que é formado por pessoas da própria sociedade, possuem atribuições e competências definidas que visam possibilitar aos cidadãos uma melhor

qualidade de vida e acompanhar, apoiar e responder as necessidades das organizações e garantir a cidadania a todos.

“No âmbito público, tendo como atores principais os governos, nascem às políticas públicas, voltadas atender os anseios e as necessidades da sociedade” (Silva, 2014, p. 54).

Para Correia (2009), as políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entidades públicas ou privadas, tendo como principal objetivo atender as demandas da sociedade garantidas como direito constitucionais.

A este propósito, Souza (2006), afirma que as políticas públicas implicam, obrigatoriamente, a referência ao papel assumido pelos governos e a definição de estratégias para sua executar o que foi planejado. Para isso, o autor julga necessário que outros elementos se envolvam no momento de formular políticas públicas, pelo que, para além do governo, inclua grupos de interesse e movimentos sociais.

Neste sentido, Januário (2010), afirma que todas as políticas públicas carecem de intervenção governamental a ponto de podermos afirmar que há convergência suficiente relativamente ao fato de serem consideradas públicas quando derivam da responsabilidade dos governos e/ou das autoridades locais em prol de um objeto público. Apesar desta afinidade, requerem objetivamente recursos materiais e humanos e ambicionam solucionar problemas públicos, aperfeiçoar meios disponíveis ou ainda, criar e garantir resultados políticos.

Todo o processo da formulação daquilo que são as políticas públicas desportivas deve ter início através de uma vasta e consistente análise do ponto de partida da sua definição, envolvendo um grande plano estratégico que englobe todo o sistema desportivo.

Às entidades responsáveis pelo desenvolvimento desportivo (quer seja o próprio país, região, município, etc.), coloca-se um vasto leque de tarefas e responsabilidades, que devem ser consideradas através do desenvolvimento de programas próprios, com uma natureza interna capaz de harmonizá-los num processo que podemos chamar de política desportiva (Pires, 1998).

Para (Constantino, 1990), a política desportiva de um governo é um conjunto de ações e processos desenvolvidos pelo próprio governo, com o

objetivo de cumprir as competências atribuídas na Lei, no domínio do desenvolvimento do desporto atendendo às necessidades sociais e desportivas das respetivas populações.

Os governos deverão prestar o maior número de serviços desportivos ao público em geral, e estabelecer canais de comunicação capazes de ajudar todos os cidadãos ao acesso à prática desportiva, de acordo com as orientações existentes.

Januário (2010), defende que o poder público deve promover o desenvolvimento desportivo com base nas políticas públicas desportivas centradas no cidadão. Estas não devem ser apenas sustentadas pelas necessidades básicas, estruturando apenas o Desporto numa perspectiva de saúde, bem-estar e qualidade de vida das populações. O autor completa que é evidente e imprescindível que estas entidades procurem novos caminhos, novas linhas orientadoras, novas políticas públicas desportivas que contribuam para o desenvolvimento desportivo local.

Tubino (2001), através da elaboração do documento chamado “Política Nacional do Esporte”, destaca a necessidade de definir mais claramente os papéis da União, Estados e Municípios diante das suas obrigações com o Desporto. Para o autor, mesmo existindo poucas dúvidas sobre os diversos papéis dos diferentes segmentos e setores da sociedade e do Estado em relação ao esporte, ainda faz-se necessário reforçar a descrição destes papéis, uma vez que muitas vezes os quadros circunstanciais afastam esses setores sociais de suas missões e funções e pelo fato de que uma política dependerá sempre do exercício correto e adequado dos mesmos.

Papel da União – A União deve considerar o Esporte em toda a sua abrangência social, como uma questão nacional de Estado, envolvendo todos os Ministérios e seus setores para que as práticas desportivas venham constituir-se em meios de promoção da população, inclusive, visando à melhoria da qualidade de vida e autoestima. Para atingir esta finalidade o Estado deverá cumprir o seu Plano de Desenvolvimento do Esporte, no qual deverá estar inserida uma política de maior alcance. No papel da União, invariavelmente estão as seguintes indicações ou diretrizes:

1. Estabelecer o Esporte como uma das prioridades sociais;
2. Elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte;
3. Promover o desenvolvimento do Esporte Educacional, Esporte Escolar e Esporte-lazer;
4. Fomentar a capacitação de recursos humanos que atuam no Esporte do país;
5. Disponibilizar recursos, através de agências de fomento, à ciência aplicada ao Esporte (Congressos, pesquisas, estudos, intercâmbios, laboratórios, tecnologia e difusão da informação);
6. Estimular a indústria nacional do Esporte;
7. Buscar convênios internacionais esportivos, que tragam progresso esportivo e/ou que contribuam para a cultura da paz;
8. Propiciar e incentivar a livre iniciativa na organização esportiva;
9. Legislar para que o processo esportivo brasileiro tenha um referencial legal compatível com o estágio de desenvolvimento alcançado;
10. Criar condições legais favoráveis, através de legislação específica, que tragam o interesse de patrocínios e investimentos da iniciativa privada e atração da mídia, no sentido de um desenvolvimento auto sustentado do Esporte;
11. Legislar para que as entidades esportivas possam adquirir, sem tributação, os equipamentos esportivos indisponíveis no Brasil;
12. Estabelecer leis e normas que combatam os ilícitos do Esporte, inclusive, contra o doping;
13. Estimular e apoiar os estados e municípios nas suas ações para o desenvolvimento do Esporte em seus territórios;
14. Disponibilizar patrocínios e investimentos, pelas empresas de responsabilidade da União, para as entidades esportivas e ações do Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte;
15. Investir recursos públicos na infraestrutura esportiva (instalações e equipamentos) de acordo com os objetivos formulados no Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte;
16. Contribuir para a melhoria constante da performance das equipes nacionais nos competições internacionais;

17. Difundir e promover, com programas diferenciados, os esportes de criação nacional e identidade cultural;
18. Apoiar o Esporte para pessoas com necessidades especiais, inclusive, nas participações internacionais;
19. Desenvolver e apoiar programas de práticas esportivas para grupos em estado de carência, principalmente com crianças e adolescentes;
20. Desenvolver programas especiais esportivos de preservação da cultura indígena;
21. Apoiar programas esportivos da chamada terceira Idade;
22. Estimular a interseção do Esporte com o Turismo, favorecendo a introdução de programas e eventos esportivos nos calendários e promoções turísticas;
23. Promover e apoiar a realização de competições esportivas internacionais no Brasil;
24. Apoiar a participação de brasileiros (dirigentes, técnicos e cientistas) nas entidades internacionais esportivas.

Papel dos Estados – Os Estados, incluindo o Distrito Federal e os Territórios, deverão formular e aplicar as Políticas e Planos Estaduais do Esporte, a partir de diagnósticos ou inventários efetuados. Nestes planos estarão as ações que delinearão o papel desejável. Lista-se abaixo as ações julgadas prioritárias:

1. Destinar recursos para as atividades esportivas em geral;
2. Desenvolver o Esporte Educacional e Esporte Escolar nas perspectivas da formação para a cidadania e de dar oportunidades de práticas esportivas para os jovens que se apresentarem com condições;
3. Promover eventos esportivos sob diversas formas (cidades, associações, escolas, mistas etc);
4. Estimular a pesquisa científica relativa ao Esporte através da disponibilização de recursos por agências de financiamento;
5. Desenvolver projetos esportivos específicos de situações e circunstâncias do estado, de acordo com a Política Estadual de Esporte;
6. Apoiar as iniciativas e movimentos municipais a favor do desenvolvimento do Esporte;
7. Fomentar a capacitação de recursos humanos que atuam no Esporte do estado;

8. Favorecer a instalação de unidades industriais produtoras de equipamentos e material esportivo no estado;
9. Criar na sua jurisdição, leis que favoreçam o desenvolvimento esportivo estadual;
10. Disponibilizar patrocínios e investimentos pelas empresas de responsabilidade do Estado, para as entidades esportivas estaduais e ações previstas no Plano Estadual de Desenvolvimento do Esporte;
11. Investir recursos públicos do Estado na infra-estrutura esportiva estadual (instalações e equipamentos), de acordo com os objetivos formulados no Plano Estadual de Desenvolvimento do Esporte;
12. Contribuir para a melhoria das representações esportivas do Estado nas competições nacionais;
13. Apoiar as organizações esportivas estaduais (federações, associações etc);
14. Difundir e promover os esportes de criação do Estado com programas especiais;
15. Apoiar as práticas esportivas das pessoas com necessidades especiais;
16. Desenvolver e apoiar programas para crianças e adolescentes carentes;
17. Apoiar e desenvolver programas esportivos para a chamada terceira idade;
18. Propiciar a inserção de programas e eventos esportivos nos calendários e programações turísticas;

Papel dos Municípios – Os municípios têm um papel dos mais importantes nas práticas esportivas populares ou comunitárias, além de uma responsabilidade direta nas escolas fundamentais quanto ao Esporte Educacional e Esporte Escolar. A seguir, apresenta-se as ações consideradas prioritárias para os governos municipais:

1. Entender o esporte como uma das prioridades municipais relacionadas à Qualidade de Vida das pessoas, elaborando uma política municipal de Esporte e um Plano consequente;
2. Desenvolver o Esporte Educacional no ensino fundamental na perspectiva da formação para a cidadania e de dar oportunidades de práticas esportivas para os jovens que se apresentarem com condições;

3. Investir recursos públicos para disponibilização de instalações esportivas para as práticas populares de lazer, atendendo as vocações esportivas e culturais das pessoas do município;
4. Promover eventos esportivos;
5. Desenvolver projetos esportivos específicos de interesse do município;
6. Mobilizar a iniciativa privada para os projetos esportivos do município;
7. Fomentar escolas de aprendizagem esportiva, principalmente em determinadas modalidades que expressam as vocações esportivas do município;
8. Dar condições de trabalho para os recursos humanos que atuam nos espaços públicos esportivos do município;
9. Criar no âmbito municipal uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada;
10. Contribuir com as associações esportivas, principalmente aquelas que possam representar a imagem do município quanto às suas tradições e vocações esportivas;
11. Apoiar, através de programas especiais, os talentos esportivos surgidos, de forma que eles tenham condições de desenvolvimento atlético;
12. Difundir e promover os esportes de criação regional;
13. Apoiar as práticas esportivas das pessoas com necessidades especiais;
14. Desenvolver programas esportivos para crianças e adolescentes carentes;
15. Criar e desenvolver programas esportivos para a chamada terceira idade;
16. Propiciar que os programas e eventos esportivos façam parte dos calendários e programações turísticas do município (Tubino, 2001, pp. 10-12).

Os governos deverão prestar o maior número de serviços desportivos ao público em geral e estabelecer canais de comunicação capazes de ajudar a todos os cidadãos ao acesso à prática desportiva de acordo com as orientações existentes (Januário, 2010).

No entanto, se os objetivos das políticas públicas desportivas, não se encontrarem inseridos numa ótica de desenvolvimento, de continuidade, de sustentabilidade, rapidamente serão postos em causa, desvirtuados e os seus propósitos postos em causa (Cunha, 2003). Ainda segundo o autor “o objetivo da política desportiva, é o de aumentar o número de praticantes e

consequentemente o nível desportivo”. Uma política desportiva municipal deve estar centrada em diretrizes claras e num desporto que privilegia o desenvolvimento integral do ser humano, a sua inclusão e o seu bem-estar social (Cunha, 2003, p. 33).

O desenvolvimento do Desporto só será verificado quando existirem condições básicas de bem-estar e rendimento que permitam ao cidadão o acesso à prática desportiva e liberdade de escolha dessas atividades. Para isso, é fundamental a criação de políticas públicas desportivas racionais e eficazes que englobam estratégias, planos de desenvolvimento, parcerias, programas de formações (entre outros), quer a nível global quer a nível local.

Assim, uma política desportiva não significa, necessariamente, por exemplo construir mais instalações. Conduzida a nível local, uma política desportiva, passa pela criação de condições para que a generalidade da população tenha acesso ao Desporto.

Portanto, Cunha (2007, p. 119) firma que “as instalações desportivas são também instrumentos de política desportiva... realizar uma política de instalações desportivas significa codificar desportivamente o espaço, organizá-lo, impondo-lhes regras”.

2. As instalações desportivas

Segundo DaCosta (2005), a prática desportiva necessita de lugares apropriados, criados de acordo com os princípios, regras e aspirações esportivas e a esses lugares ele denomina de instalação desportiva.

As instalações desportivas são locais específicos para a prática de exercício físico, assumem um lugar próprio na sua sociedade, quer na utilidade que proporcionam à população de um determinado local, quer da implementação da sua estrutura física num território (Cunha, 2007).

Para Constantino (1999), as instalações desportivas são indispensáveis ao desenvolvimento desportivo e devem atender as necessidades da comunidade.

Para Cunha (2007), essas instalações são responsáveis por identificar dentro do espaço urbano, os locais destinados à prática desportiva e as

atividades esportivas que se desenvolve naquele território. A função dessas instalações é oferecer de forma continuada a possibilidade de uma prática desportiva.

Essas instalações se multiplicaram no decorrer do século XX e passaram a formar definitivamente a paisagem urbana pelo mundo a fora. São estádios, ginásios, autódromos, pistas de esqui, campos, piscinas entre outros (DaCosta, 2005).

As instalações desportivas sistematizam as práticas desportivas num determinado espaço (Parlebas, 1981, cit. por Cunha, 2007), bem como os comportamentos dos seus intervenientes e aumentar as relações entre participantes no fenómeno desportivo através das respectivas práticas. As instalações desportivas revelam a expressão desportiva de uma comunidade no espaço ou território, de forma institucionalizada e permanente (Cunha, 2007).

Além disso, segundo Paz (1973, cit. por Cunha, 2007) as instalações desportivas são também um instrumento de política desportiva, na medida em que o autor define Política Desportiva como sendo “o conjunto de decisões que têm por objetivo desenvolver o Desporto” (Cunha, 2007, p. 119).

Dentro da perspectiva apresentada, realizar uma política de instalações desportivas significará codificar desportivamente o espaço, organizá-lo, impondo-lhe regras. “Este processo de imposição de disciplina e regras, chama-se racionalização, que identifica dois processos: A organização do tempo e a organização do espaço” (Cunha, 2007, p. 119). A regra é imposta ao espaço pela implantação de um código que organiza as atividades que decorrem espacial e temporalmente dentro das instalações desportivas.

Desta forma, possuir uma política de instalações desportivas significa ter uma política de codificação e de qualificação do espaço, criando condições materiais efetivas que estabilizem a prática, aumentando o nível de eficiência e fornecendo conforto desportivo continuado (Cunha, 2007). Desenvolver uma política de instalações desportivas quer dizer que também se organiza, por via do Desporto, a vida das pessoas (o tempo) e se criam condições para que o Desporto nela aconteça.

As características do Desporto, seja ele de carácter competitivo ou não, favorecem o aparecimento de uma forma rápida e consistente de

comportamentos ajustados socialmente, tanto no seio da própria atividade como fora dela, para além de desencadear um ajustamento de comportamentos e rotinas de vida nos membros do agregado familiar dos praticantes. Por isso, o Desporto, sem ser a fórmula mágica para a inserção social é, com certeza, um meio de inclusão (Costa, 1987).

Para Constantino (1999, p. 82), “as características, tipologias e distribuição geográfica dos espaços para o Desporto deverão obedecer a uma adequada articulação com os demais fatores de desenvolvimento local”.

O processo de identificação e registro das instalações desportivas existentes na cidade é fundamental, pois contribui para o reconhecimento do nível de equipamentos urbanos disponíveis a população e sua respectiva qualidade de vida em matéria de desporto (Cunha, 2007).

DaCosta (2005), ressalta a importância para o estudo sistemático da distribuição espacial do fenómeno esportivo, pois segundo o autor, esse estudo pode revelar importantes aspectos económicos, históricos, socioculturais e políticos.

Sarmiento (2005), salienta a necessidade de existir uma correlação e evolução nas seguintes áreas: a integração das ações do poder local numa política desportiva; o ordenamento territorial dos equipamentos; a formação de equipas municipais de gestão e manutenção de instalações visando garantir a otimização dos recursos e satisfazendo a procura.

A importância dos espaços desportivos para a realização das práticas desportiva é expressa por Constantino (1999), quando ele afirma ser uma questão fundamental para o desenvolvimento do Desporto e que as autarquias devem tratar isso como uma questão nuclear nas suas intervenções.

Cunha (2007), afirma que:

“Ter uma política de instalações desportivas quer dizer ter uma política de codificação e qualificação do espaço criando condições materiais e efetivas que estabilizem a prática aumentando o nível de eficiência e forneçam conforto desportivo continuado. Desenvolver uma política de instalação desportiva quer dizer também que se organiza, por via do desporto, a vida das pessoas (tempo) e se criam condições para que o desporto nela aconteça”(Cunha, 2007, p. 119).

2.1. As instalações desportivas e a prática desportiva

A popularização do Desporto associado à oferta de instalações desportivas provoca um aumento no número de potenciais praticantes e consequentemente potencializando uma sociedade ativa. Por isso cabe ao poder público, a obrigação de intervir neste fenómeno, decorrente da sua função política de promoção e desenvolvimento do bem-estar das populações, proporcionando-lhes as condições e o acesso de forma universal.

As instalações desportivas são consideradas como um fator básico para o desenvolvimento desportivo de um país em todas as suas vertentes, para Gallardo & Jimenez (2004), as instalações desportivas e os seus equipamentos, são o elo central e um dos suportes principais para a prática desportiva.

De acordo Cunha (2007), afirma que a instalação desportiva exerce um papel fundamental de desenvolver a prática desportiva, pois elas incentivam e expressão as características peculiares da população que utiliza o espaço.

“As instalações desportivas identificam, no espaço urbano, os locais específicos de práticas desportivas realizadas em espaços delimitados. Estas localizam um tipo de atividades desportivas que se desenvolvem num determinado território, pela função que desempenham e pela utilidade que as comunidades lhes conferem, assumindo cada vez mais um espaço próprio dentro das cidades e dos seus espaços de influência” (Cunha, 2007, p. 26).

Uma instalação desportiva integra as características da prática desportiva normalmente originada ou originária de espaços naturais, dentro de um espaço artificial, com uma linguagem codificada. Na perspectiva de Cunha (2007), através de um processo de standardização, codificação e regulamentação, poderão tipificar-se os gestos motores e apetrechos adequados à prática que é desenvolvida pela modalidade em causa num determinado momento.

“A função fundamental da instalação desportiva é a de oferecer de uma forma continuada a possibilidade de realização de uma prática desportiva num determinado local” (Cunha, 2007, p. 27).

É indiscutível que as instalações desportivas são ferramentas essenciais para a realização de ações de políticas públicas voltada para o Desporto,

favorecendo e estimulando a prática desportiva que de certa forma é determinada pela oferta desportiva que a cidade disponibiliza.

Nesse sentido Constantino (1994, p. 68) afirma que as instalações desportivas são também um instrumento de política desportiva, que estando inseridas no universo das transformações culturais de nosso tempo e do desporto em particular contribui para a introdução de novos cenários desportivos, que exigem novos equilíbrios entre as diferentes tendências ou expressões desportivas.

A prática desportiva depende, em parte, do número, da diversidade das instalações, gestão e a sua acessibilidade, cabendo ao poder público realizar um levantamento desses dados visando facilitar o planejamento de ações voltadas ao Desporto. As infraestruturas são fatores decisivos, e devem ser pensadas no sentido de integração na malha urbana, segundo critérios de distribuição harmoniosa, de carências tipológicas e de qualidade estética, de forma a responder às necessidades dos diversos tipos e níveis de prática desportiva.

2.2. Planejamento das instalações desportivas

Para Ribeiro (2011), afirma que o planejamento é o processo em que as pessoas determinam como proceder a partir de uma situação presente para uma desejável situação futura.

“De certo modo, o processo de planejamento envolve o reconhecimento de necessidades para daí buscar e selecionar os meios apropriados de atender a essas necessidades. Os planejadores desenvolvem detalhada compreensão das necessidades com base nas condições atuais e nas projeções futuras” (Ribeiro, 2011, p. 276).

De acordo com Sancho (2004), o planejamento é uma ferramenta administrativa, que possibilita perceber a realidade, avaliar os caminhos, construir um referencial futuro, estruturando o trâmite adequado e reavaliar todo o processo a que o planejamento se destina. Segundo o autor, esse é um processo racional onde se deve escolher e organizar ações, antecipando os resultados esperados visando alcançar da melhor forma possível os objetivos pré-definidos.

Na opinião de Pires (2007), a ideia de planeamento surgiu certamente da necessidade que os humanos têm de conhecer o futuro, na presunção de que o podem controlar. A necessidade de se ter uma visão clara acerca do futuro obriga à existência de um processo de planeamento mais ou menos formalizado para que o futuro que se deseja possa vir a acontecer.

O planeamento em matéria de espaços para a prática desportiva deve buscar atender a todas essas necessidades e à indispensável definição de prioridades. “E para isso, é necessário dotar a decisão política de estudos adequados sobre a realidade desportiva local, de modo a que se conheça a situação num dado momento e a sua previsível evolução” (Constantino, 1999, p. 82).

Para Sarmiento & Carvalho (2014), o planeamento de novas instalações depende de opções políticas e do conhecimento do mercado, levando-se sempre em consideração a viabilidade económica, as tradições da população, tipologia, número e o tipo de utilizadores.

O planeamento desportivo exige um estudo prévio levantando e identificando as instalações existentes, assim como uma avaliação de modo a identificar as carências.

Uma missão no planeamento de instalações e espaços desportivos é encontrar informações necessárias sobre o tipo e o número de recintos atuais e futuros. O que também não exclui de modo algum a obtenção de informações sobre os objetivos político-desportivos, sobre a prática de desporto atual e futura da população e, além disso, sobre a oferta de serviços por parte dos clubes e de outras instituições públicas e privadas (Cadima et al., 2002).

Planejar é correr riscos, muito embora esses riscos sejam menores do que aqueles que necessariamente surgem caso não exista planeamento. Isto é, o planeamento é um processo através do qual os gestores olham o futuro, determinam objetivos e metas e assumem os riscos necessários à escolha das diferentes alternativas de ação, em função dos recursos que têm disponíveis (Pires, 2007).

Segundo Sarmiento (2004), o planeamento de um novo equipamento desportivo deve fundamentar-se em aspectos como a sua capacidade de dar respostas às necessidades da população envolvida, a sua localização

estratégica, o seu enquadramento ambiental, e funcionalidade que irão permitir uma gestão equilibrada.

Neste contexto, Pires (2007), aponta algumas razões que justificam a necessidade de se realizar o planeamento: Detecção antecipada dos problemas, existência de um diagnóstico da situação, visão de conjunto, controle sobre o futuro; evitar atuações isoladas e desarticuladas, determinação de prioridades, obrigatoriedade de estabelecer objetivos, mobilização das pessoas pela participação, coordenação da gestão corrente, rentabilização de equipamentos.

Nesse sentido Constantino (1994), também corrobora com o tema afirmando que:

“Planificar equipamentos desportivos deve significar atender às necessidades e definir prioridades, evitando duplicidade e eliminando excessos..... para isso é imperioso dotar a decisão política de estudos adequados sobre a realidade desportiva de um município, de modo a que se conheça não apenas a situação num dado momento como a sua previsível evolução” (Constantino, 1994, p. 36).

Para Ribeiro (2011), a não realização de um planeamento prévio ou até mesmo ineficiente gera despesas desnecessárias e normalmente apresentará resultados inadequados, por isso o autor reforça a importância de um planeamento apropriado.

Ao realizar o planeamento de um equipamento desportivo deve-se ainda prever uma pluralidade de tipologias, para que assim seja possível satisfazer as diversidades e multiplicidade das procuras desportivas, dando a oportunidade de praticar uma modalidade esportiva de diversas maneiras, ou seja, de carácter formal, não formal e informal (Constantino, 1994).

Ribeiro (2011), apresentou um roteiro de observações que devem ser levadas em consideração durante o desenvolvimento de projetos de instalações esportivas, contribuindo para o processo de planeamento na qual o autor divide em oito ações na qual apresentamos abaixo.

1. Observar atentamente às normas brasileiras adequando as normas referentes ao uso e conforto dos portadores de deficiências.
2. Desenvolver um Plano Diretor envolvendo a acumulação de vasta quantidade de informações que direta ou indiretamente suportam as necessidades da organização.
3. Utilizar abordagem participativa. Um preceito fundamental no planejamento de instalações esportivas e de lazer é a percepção dos usuários a ser conhecida através da consulta a seus representantes legítimos ou formais, bem como ouvir a opinião dos atuais e futuros operadores de instalações existentes ou a serem construídas.
4. Pesquisar fontes financeiras, preocupando-se antes do início do projeto o quanto e de onde vira o recurso que custeará as despesas.
5. Organizar um comitê de planejamento de projeto composto por especialista na área como administradores, arquiteto, engenheiro e os usuários.
6. Analisar quando renovar, expandir ou substituir uma instalação. Controlar os gastos operacionais e de manutenção. Buscar sustentabilidade econômica, social e ambiental.
7. Desenvolver um relatório descrevendo o conjunto de ações e programas a serem, além dos espaços necessários para a prática dessas atividades.
8. Um plano competente e eficiente feito com a colaboração de muitas pessoas. Todos os participantes são importantes no processo de planejamento. São eles os especialistas em programas (professores de Educação Física, técnicos esportivos, técnicos em recreação). No processo de escolha de um arquiteto, considerar sua reputação e experiência bem como a funcionalidade e estética dos projetos realizados. Outros profissionais como engenheiros civis, estruturais, mecânicos, elétricos, projetistas (designers) de interiores, arquitetos paisagistas e empreiteiros (gerais, elétricos e mecânicos) devem ser selecionados pelo comitê de planejamento ou tal responsabilidade pode ser delegada ao arquiteto do projeto.

Ao falar em importância do planejamento Pires (2007), também apresenta alguns itens fundamentais que devem ser observados antes de uma tomada de decisão:

1. Detecção antecipada dos problemas
2. Existência de um diagnóstico da situação
3. Visão de conjunto
4. Controle sobre o futuro
5. Evitar atuações isoladas e desarticuladas
6. Determinação de prioridades
7. Obrigatoriedade de estabelecer objetivos
8. Mobilização das pessoas pela participação
9. Coordenação da gestão corrente
10. Rentabilização de equipamentos.

O sucesso ou o fracasso de uma instalação é resultado direto do planejamento e por isso Ribeiro (2011), afirma que todos os esforços no planejamento devem ser conduzidos com base em claros guias de princípios, nas quais o autor apresenta como sugestão mais, já afirma que esta lista esta longe de ser completa e por isso cada instituição deve estabelecer guias que melhor se adaptem a sua realidade.

1. As instalações para a educação física, recreação e esportes devem ser desenvolvidas e coordenadas como parte do plano diretor da escola;
2. O projeto da instalação deve levar em conta as necessidades de logo prazo para a edificação ser planejada como segmento funcional do total da construção prevista;
3. Profissionais de educação física devem ser envolvidos no planejamento inicial;
4. Consultores em educação devem ser convidados a participar do planejamento e na avaliação do trabalho do grupo de planejamento;
5. As instalações devem ser projetadas com flexibilidade a fim de proporcionar um completo programa de atividades;
6. As instalações devem ser localizadas em áreas facilmente acessíveis aos estudantes, mas mantendo isolamento de outras áreas de instrução.
7. Deve ser dada primordial consideração à segurança e ao meio ambiente saudável no projeto das instalações;
8. O planejamento deve ser realístico à luz da situação financeira da comunidade (Ribeiro, 2011, pp. 278-279).

Segundo Almeida (2012), é necessário um planejamento de instalações que ultrapasse a mera aplicação de um documento físico, um plano que se constitui como um processo dinâmico, e cujos objetivos comprometem o decisor político gerador de sinergias entre elementos do sistema desportivo

local, onde se gera o valor e a qualidade a cada opção tomada para posicionar a oferta desportiva face à dispersão do público, com o propósito de cimentar resultados significativos e duráveis na vida das pessoas e das organizações que administram ou utilizam a rede de infraestruturas locais, rentabilizando os investimentos e meios municipais afetados.

As infraestruturas desportivas constituem-se, sem dúvida, como um fator decisivo do desenvolvimento da prática de atividades físicas e desportivas. Desta forma, conforme Sancho (2004), o planeamento da construção de tais infraestruturas municipais deverá ter sempre presente às necessidades da sociedade e não apenas os desejos do poder público.

O desenvolvimento desportivo tem a ver com a criação de condições de acesso à prática desportiva e como tal, a prática desportiva presente depende dos espaços existentes. Além disso, infere-se sobre a prática desportiva futura e da necessidade de readaptar, reconstruir ou projetar de novos os espaços desportivos correspondentes.

2.3. Caracterização e tipologias das instalações desportivas

A rede de equipamentos desportivos da cidade deve atender a multiplicidade de necessidades, sendo capaz de estabelecer um equilíbrio entre as necessidades da população e a especificidade dos equipamentos desportivos disponíveis para aquela região ou comunidade.

Segundo Sarmento & Carvalho (2014), é muito importante tentar encontrar conceitos de base para definir as instalações desportivas através de termos desportivos a partir de suas estruturas e características.

Para Constantino (1999), os espaços desportivos devem ser divididos de forma que possam condicionar a ação e que elas possam ser avaliadas em função da sua funcionalidade. Por isso, o autor configura e classifica em sete tipos de tipologia os espaços desportivos, visando facilitar uma análise a avaliação dos espaços.

1. Os espaços de representação desportiva: Destinam-se fundamentalmente ao espetáculo desportivo de alto nível, o que exige um elevado padrão de qualidade e conforto, tanto para os praticantes como para o público e consequentemente possuem altos custos para construção e manutenção.

Podem ser adaptados para receber outro de atividades com o mesmo nível de qualidade;

2. Os espaços de realização desportiva: Estes estão destinados ao desenvolvimento normal da prática desportiva associativa prioritariamente, mais também podem ser utilizados para durante os processos de preparação e treino.

3. Os espaços de preparação desportiva: são instalações destinadas ao processo específico de treinamento desportivo, tanto no componente físico, técnico, médico, entre outros; ele alerta que esse espaço não é o de competição, mais agrega ambientes de apoio a preparação como por exemplo, sala de musculação, fisioterapia e hidromassagem etc..

4. Os espaços de formação física e desportiva: são equipamentos relacionados com o ensino da educação física e a prática do desporto escolar. Suas características devem obedecer às naturezas do programa e as características curriculares;

5. Os espaços de condição física: Estes espaços devem atender às necessidades de manutenção física e da saúde da população; nesse espaço, podem-se encontrar instalações como ginásios, academia num conceito de uso comunitário;

6. Os espaços de recreação desportiva: dirigem-se a prática desportiva de caráter lúdico, com características informais; entre as instalações desse espaço, podem-se citar os polivalentes.

7. Os espaços de evasão: Estão localizados em ambientes naturais, visando uma atividade com diferentes graus de dificuldade. Possuem um alto nível de procura por se tratar da prática desportiva em um ambiente natural (rios, lagos, montanhas).

Sarmiento & Carvalho (2014), tendo como referencia as experiências e regulamentações europeias, citamos com base na Carta das Instalações Desportivas, que integra a Carta Desportiva Nacional de Portugal, regulamentada através do Decreto-Lei n.º 141/2009 de 16 de Junho CAPITULO II, as instalações desportivas podem ser classificadas através da sua tipologia e podem ser agrupadas nos seguintes tipos:

- Instalações desportivas de base (instalações recreativas e instalações formativas):

As instalações recreativas são as que se destinam a atividades desportivas com carácter informal, com base em atividades de lazer e manutenção, tendo como exemplo as seguintes instalações: recintos, pátios, minicampos e espaços elementares destinados a iniciação aos jogos desportivos, aos jogos tradicionais e aos exercícios físicos; Salas e recintos cobertos, com área de prática de dimensões livres, para atividades de manutenção, lazer, jogos recreativos, jogos de mesa e jogos desportivos não codificados; as piscinas cobertas ou ao ar livre, de configuração e dimensões livres, para usos recreativos, de lazer e de manutenção.

As instalações formativas são as que são concebidas e destinadas para a educação desportiva de base e atividades propedêuticas de acesso a disciplinas desportivas especializadas, para aperfeiçoamento e treino desportivo, designadamente, as seguintes: grandes campos de jogos, destinados ao futebol, rãguebi; pistas de atletismo, em anel fechado, ao ar livre e com traçado regulamentar; pavilhões desportivos e salas de desporto polivalentes; piscinas, ao ar livre ou coberto, de aprendizagem, desportivas e polivalentes.

- Instalações desportivas especializadas:

Essas instalações são permanentemente concebidas e organizadas para a prática de atividades desportivas monodisciplinares, designadamente, as seguintes: pavilhões e salas de desporto destinados e estruturadas para uma modalidade específica; salas para desportos de combate; piscinas olímpicas, piscinas para saltos e tanques especiais para atividades subaquáticas; pistas de ciclismo em anel fechado e traçado regulamentar; infraestruturas destinadas à preparação de desportistas, nomeadamente em centros de alto rendimento e centros de estágio desportivos.

- Instalações desportivas especiais para o espetáculo desportivo:

As instalações desportivas especiais para o espetáculo desportivo são as instalações permanentes, concebidas e vocacionadas para acolher a realização de competições desportivas de alto nível, preparadas para receber um grande público possuindo a estrutura e meios técnicos necessários para o espetáculo como por exemplo: estádios; pavilhões multiusos desportivos; estádios aquáticos e complexos de piscinas olímpicas.

- Instalações naturais de recreação e desporto:

São instalações bem diversas e com características variadas, possui em comum apenas o fato de utilizarem a como meio para a prática desportiva.

Sarmiento & Carvalho (2014) apresentam também uma classificação mais centrada no tipo de atividade existe uma outra utilizada nos dois documentos nacionais de levantamento e caracterização das instalações nacionais, realizados nas décadas de oitenta e noventa e que tem por base as modalidades desportivas neles desenvolvidas: grande jogos, pequenos jogos, pavilhões, sala de desporto, pistas de atletismo, piscinas e especiais.

No Brasil a tipologia é um tema ainda pouco explorado, no entanto, DaCosta (2005), apresentou um padrão genético de seis tipologias sem muitos detalhes sobre suas características visando abranger todos os tipos de dados disponíveis durante a apresentação do levantamento chamado de inventário de infraestrutura desportiva brasileira. Os tipos apresentados foram: estádios, quadras, piscinas não residenciais, pista de atletismo, ginásios e campos de futebol.

Já Ripoll & Matos (2005), apresentaram uma nova proposta de tipologia com base nas referencias utilizadas na Europa e no Brasil, assim conseguindo agregar outros conceitos sem haver prejuízos e ficando assim definidos:

Campos: instalações esportivas descobertas, que se destinam à prática de Futebol, Rugby, Hóquei em Campo, Beisebol etc.

Quadras Descobertas: instalações esportivas descobertas, que se destinam à prática de Futsal, Basquetebol, Handebol, Voleibol, Hóquei etc.

Quadras Cobertas: instalações esportivas cobertas, que se destinam à prática de Futsal, Basquetebol, Handebol, Voleibol, Hóquei etc.

Quadras de Tênis: instalações esportivas cobertas ou descobertas, que se destinam à prática de tênis.

Ginásios de Esportes: instalações esportivas cobertas e fechadas, que se destinam à prática de Futsal, Basquetebol, Handebol, Voleibol, Hóquei etc.

Salas: instalações desportivas equipadas, que se destinam à prática de Musculação, Ginástica Rítmica, Ginástica Artística, Lutas, Dança etc.

Piscinas: instalações esportivas cobertas ou descobertas que se destinam à prática da Nataação, Pólo Aquático, Nado Sincronizado ou quaisquer outros esportes aquáticos.

Pistas de Atletismo: instalações esportivas que se destinam à prática de atividade atléticas em todas as suas especialidades.

Especiais: são todas as instalações esportivas que não pertencem aos tipos anteriormente mencionados como, por exemplo, Autódromos, Cartódromos, Pistas de Ciclismo, Ciclovias, Pistas de Skate, Campos de Golfe, Hipódromos, Campos de tiro e arco, Circuitos de manutenção, entre outras. (Ripoll & Matos, 2005, p. 3).

O autores ainda afirmam que as infra-estruturas são um fator decisivo, e devem ser pensadas no sentido de integração na malha urbana, segundo critérios de distribuição harmoniosa, de carências tipológicas e de qualidade estética, de forma a responder às necessidades dos diversos tipos e níveis de prática esportiva.

2.4. Ordenamento das instalações Desportivas

A distribuição e mapeamento territorial das instalações desportivas deve ser uma das mais importantes preocupações dos gestores desportivos e dos governos, pois a rede de instalações e equipamentos desportivos que é indispensável ao desenvolvimento desportivo sendo fundamental que esteja articulada com as necessidades resultantes desse desenvolvimento (Sarmiento & Carvalho, 2014). As características, tipologias e distribuição geográfica dos

espaços para a prática desportiva deverão obedecer a uma adequada articulação com os demais fatores de desenvolvimento desportivo da cidade.

Cunha (2007), afirma que:

“Se uma instalação ou um equipamento desportivo com funções iguais ou semelhantes for objeto de localização numa unidade geográfica vizinha, o benefício que oferece às comunidades desta unidades concorre com os produtos e serviços da primeira e tal pode ser entendido como desprestigiante ou desmobilizador de centralidades adquiridas face as segundas” (Cunha, 2007, p. 105).

DaCosta (2005), afirma que planeamento de instalações desportivas bem sucedidas não são obras do acaso, pois na verdade são resultados de uma iniciativa de indivíduos e grupos que aplicaram planos urbanísticos a logo prazo, tendo às autoridades municipais a responsabilidade de garantir a realização do planeamento.

Os equipamentos desportivos devem estar incluídos no planeamento da cidade e esse planeamento deve ser fundamentado nas necessidades reais da população.

É fundamental e necessário conhecer bem a cidade, o censo é um instrumento que pode dar o mapa real da situação atual.

Segundo Constantino (1999), a autarquia deve preocupar-se fundamentalmente em equilibrar a oferta de espaços desportivos entre o que são as necessidades e prioridades da maioria dos praticantes com as necessidades e interesses particulares de aperfeiçoamento da minoria de praticantes de alto nível. O planeamento das instalações desportivas deve significar o atender todas as necessidades e a indispensável definição de prioridades.

Constantino (1994), descreve três métodos de planeamento de instalações desportivas:

1. Método urbanístico ou dos “standards”- caracteriza-se pela aplicação de um calculo matemático onde multiplica-se um determinado coeficiente de área útil desportiva por habitante determinando-se as necessidades através do produto desse coeficiente pelo número de habitantes existentes na unidade territorial em estudo. É de fácil aplicação e de

custos reduzidos, porém, apresenta limitações se for utilizado de forma rígida, ou seja, se não atender à tipologia e utilização das instalações.

2. Método dos ajustes locais - fundamenta-se na avaliação das carências de instalações a partir da comparação de zonas territoriais. O planeamento das zonas carentes devem ter como referencia as zonas melhores equipadas. É um método pouco rigoroso e não define metas mais que pode ser utilizado para ajudar a resolver problemas imediatos.
3. Método sociológico – Estuda o comportamento de uma população mediante os aspectos desportivos e através do seu resultado fazer coincidir a oferta de instalações desportivas com a procura desportiva, referenciando com a procura não satisfeita. É um estudo lento e de custos elevados, mais é muito importante por possibilitar identificar o gosto e as preferencias desportivas da comunidade analisada.

O prognóstico do número de habitantes e a sua distribuição territorial tornam-se fatores importantes no planeamento de instalações desportiva (Cadima et al., 2002).

Reforçando essa ideia sobre ordenamento, Sarmento & Carvalho (2014, p. 440), afirmam que “existe indicadores que podem ajudar na decisão, mais ainda estamos longe de encontrar um método que seja reconhecidamente aceite por todos os investigadores da área”.

Sarmento & Carvalho (2014), afirmam que com base em diversos estudos o ordenamento mais utilizado em termos europeus é o designado por área desportiva útil por habitante (M²/hab.) que apresenta uma grelha de cinco níveis (tabela 1), preconizando um nível designado de bom para valores entre os 4.00 M²/hab e os 7.99 m²/habitantes.

A área desportiva útil é entendida como sendo a área de fato utilizada para a prática desportiva, acrescida das áreas de segurança. No caso de grandes campos de jogos, com ou sem pista de atletismo, podemos considerar a área ocupada pelos locais da prática mais uma metro de largura e comprimento no retângulo formado por essa área.

Tabela 1. Indicador de equipamentos esportivo por habitantes

Nível	Limites de Variação (M²/Hab)	Significado
1	0	Inexistente
2	0,01 a 1,99	Fraco
3	2,00 a 3,99	Razoável
4	4,00 a 7,99	Bom
5	>7,99	Excessivo

Fonte: (Sarmiento & Carvalho, 2014)

Esse indicador possui uma confiabilidade reduzida por levar apenas em conta o numero de habitante para cada área, negligenciando as características demográficas, aspectos culturais e hábitos desportivos da região analisada (Sarmiento & Carvalho, 2014).

Estudos sobre a situação desportiva, que se baseia no indicador de m² por habitante Cunha (2007) afirma que:

“O problema revela-se ainda quando, ao analisar os níveis de oferta de instalação, se utiliza este indicador como termo de comparação e de classificação da oferta existente e, com base nele, se pretende tomar decisões que respondam, de uma forma justa e equitativa, às necessidades e aspirações das populações em matéria de instalação desportiva” (Cunha, 2007, p. 135).

Sarmiento & Carvalho (2014), ainda apresentam mais dois indicadores de ordenamento, o primeiro sugere o numero de habitantes que cada aparelho pode servir visando justificar a construção de cada tipologia de instalação desportiva (tabela 2).

Tabela 2. Indicador do número de habitante por instalação.

Tipos de equipamentos	População base (habitante)	
	Formação	Espetáculo
Grande campos de jogo	2.500	10.000
Pista de Atletismo	7.500	45.000
Pequenos Campos de Jogo	800	4.000
Pavilhões e salas de desporto	3.000	12.000
Piscinas cobertas	500	20.000
Piscinas ao ar livre	7.500	30.000

Fonte: (Sarmiento & Carvalho, 2014)

O segundo sugere uma calculo entre a área territorial e o raio de influencia por cada tipo de instalação (tabela 3).

Tabela 3. Indicador da área territorial e raio de influência.

Tipos de equipamentos	Área de Influência	
	A pé	Em Transporte público
Grande campos de jogo	2 a 3 km	15 a 20 min.
Pista de Atletismo	2 a 4 km	15 a 20 min.
Pequenos Campos de Jogo	0,5 a 1 km	5 min.
Pavilhões e salas de desporto	2 a 4 km	15 a 30 min.
Piscinas cobertas	2 a 4 km	15 a 30 min.
Piscinas ao ar ivre	2 a 3 km	15 a 20 min.

Fonte: (Sarmento & Carvalho, 2014)

DaCosta (2005), relata a proposta para que a população atual e futura tenha reservados ao menos 4.000m² de espaço para cada 100 habitantes para áreas de esporte e recreação, segundo o autor essa proposta tem mais aceitação do que qualquer outro padrão sugerido. Contudo como essa proposta também não relacionam as características demográficas e geográficas, de um local específico, autoridades profissionais e governamentais, vêm sugerindo taxas mais elevadas de espaço por número de habitantes nas grandes e pequenas cidades.

Entidades de planejamento têm sugerido modificações desse padrão para cidades de grande população, pois se acredita que o desenvolvimento de áreas amplas e distantes ajudará a suprir a as deficiências.

DaCosta (2005), comenta que padrões anteriores relacionavam o número de quadras tênis ou piscinas por centenas de habitantes e assim por diante. “Tais números não levam em consideração os terrenos, as pessoas, as condições climáticas ou a entidade responsável pelo planejamento” (DaCosta, 2005, p. 756).

As propostas de especificação e alocação baseada em calculo por centenas de pessoas não é um calculo lógico, pois para o autor, esse formato não reflete sobre as necessidades da comunidade e nem são universalmente aplicáveis (DaCosta, 2005). “Um processo de planejamento interativo e participativo com a comunidade deverá determinar o numero de espaços e instalações necessárias” (DaCosta, 2005, p. 756).

Ainda segundo DaCosta (2005), o que se deve ter como referencia para definir as dimensões das instalações desportivas é o tipo de utilização prevista para ela, pois segundo ele os guias para alocação em metros quadrados são apenas exemplos para embasar a decisão.

É importante conscientizar-se e entender que o poder público deve encarar o desporto como uma "realidade social", parte integrante da comunidade, valorizando os interesses e necessidades das populações, como forma de encontrar caminhos que procurem adequar a oferta à procura dos interesses e necessidades do público-alvo.

Manter um levantamento atualizado das instalações desportivas existentes e suas condições de utilização são informações fundamentais para a elaboração de um plano de estudo e planeamento visando atender as necessidades da comunidade e também ajudar a definir sobre a necessidade de construir ou não uma nova instalação.

2.4.1. Mapeamento e condições de utilização das instalações desportivas

Em relação ao Brasil, DaCosta (2005) afirma o conhecimento e a circulação de informações sobre o mapeamento e a distribuição territorial de equipamentos desportivos ainda é nova. Além disso, a literatura brasileira referente a normas e padrões construtivos de instalações para educação física, esportes e recreação é limitada quando comparada à de países mais desenvolvidos. A primeira manifestação do gênero no país consta de um inventário de plantas simplificadas e padrões técnicos de instalações esportivas produzido em 1998 e publicado em 2000 pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte - INDESP.

A demanda de práticas de atividades físicas é outro dado de entrada para se mapear a situação atual das instalações esportivas no Brasil já que na maioria das cidades brasileiras há uma distribuição desigual deste bem social que é o acesso ao lazer esportivo.

Cadima et al. (2002), diz que a missão essencial em um planeamento de instalações desportivas é descobrir informações necessárias sobre o tipo e o número de instalações desportivas atuais e futuros e suas condições de utilização. Tal informação será imprescindível para o planeamento real não só

das futuras instalações a serem construídas, mas também para o desenvolvimento de programas e projetos que contemplem as atividades desportivas praticadas pela população.

O autor também expressa sua preocupação sobre as condições de reais de utilização das instalações, por isso ao fazermos uma avaliação dos espaços, é conveniente analisar quais são os espaços desportivos estão em condições “adequados”, “adequados condicionados” ou “não adequados”. O alcance mínimo de uma avaliação de existência refere-se à condição arquitetônica, às modalidades desportivas aí desenvolvidas bem como à aptidão multifuncional do local. Na avaliação arquitetônica, um espaço desportivo poderá ser classificado da seguinte forma:

1. Espaços desportivos em condição utilizável: A instalação não tem nenhuma deficiência ou não tem deficiências significativas, estas podem ser reparadas em coordenação com a conservação contínua.
2. Espaços desportivos com deficiências mínimas: A construção base é substancialmente aproveitável, todavia são permitidos os trabalhos de restauração extensa, p. ex. a restauração de pisos, partes de edifícios, técnica, equipamento ou salas contíguas.
3. Espaços desportivos com deficiências graves: Trata-se de deficiências que põem em perigo a existência ou a utilização prolongada. Uma restauração de grande dimensão para a obtenção de existência é essencial, uma vez que p. ex. as partes integrantes da construção base deixam de ser utilizáveis, faltam as instalações complementares necessárias, tais como vestiários e instalações sanitárias, dispositivos de aquecimento, tratamento de água.
4. Espaços desportivos não utilizáveis: A utilização da instalação fica suspensa devido a graves deficiências detectadas. Isto acontece quando a decisão sobre manutenção ou restauração da instalação está ao nível de uma reconstrução. (Cadima et al., 2002, p. 23).

Saber onde estão às instalações desportivas e o seu real estado de conservação e utilização é fundamental para gestão, pois essas informações são essenciais para criar rotinas de utilização, manutenção e reformas. Saber gerir as instalações tornados sempre acessíveis à população é fomentar qualidade de vida.

2.5. Modelos de gestão - instalações desportivas públicas

A gestão tem passado por grandes transformações, deixando de ser realizada de forma empírica e ganhando a cada dia a necessidade de agregar competências. Deve ser entendida como um estudo profundo e sistemático da realidade sempre em busca de soluções e estratégias que visem antecipar problemas e criar novas oportunidades.

Os processos de gestão ligados às instalações são complexos e diversos que não apresentam rotinas constituídas que se reproduzem automaticamente, sendo necessário dinamismo para conduzir de maneira que atenda as necessidades das organizações (Cunha, 2007). A gestão do desporto tornou-se naturalmente mais complexo, obrigando o gestor a cada vez mais ter um maior numero de conhecimentos e técnicas das mais diversas áreas científicas.

Para Pedroso (2010), a gestão das Instalações desportivas é uma tarefa complexa para os gestores, uma vez que eles terão uma série de funções a desenvolver que vão desde assegurar recursos necessários para a concepção e funcionamento da instalação até a coordenação de pessoas.

Por isso, a gestão das instalações desportivas é um assunto de vital importância, pois com a popularização da prática desportiva tornou-se necessário encontrar alternativas para disponibilizar um melhor serviço desportivo a sociedade, adotando modelos de gestão que atenda a as necessidades população.

Pires & Sarmento (2001, p. 91) consideram que a “gestão do desporto não nasceu da geração espontânea, já que é o resultado de um processo de evolução longo, do qual, agora, começam a existir as primeiras sínteses reflexivas”.

Independentemente do modelo de gestão adotada, a gestão pública dos equipamentos deve procurar estabelecer um equilíbrio entre as receitas e as despesas da instalação, adotar uma política de preços ajustados à realidade socioeconómica do município tendo em atenção às necessidades dos utilizadores e atividades a oferecer (Constantino, 1999). Deve garantir a melhor prestação e serviço de qualidade cumprindo os parâmetros de eficiência, eficácia e economia (Gallardo & Jimenez, 2004).

Para Constantino (1999), a opção do modelo de gestão a seguir depende de muitas variáveis que se repercutirão nas estratégias de gestão em função da natureza e da propriedade das instalações desportivas e sobretudo, dos respectivos objetivos: público ou privado. Desta forma, o modelo de gestão a adoptar está intimamente relacionado com o tipo de proprietário e da sua missão. No entanto identifica três modelos de gestão de uma instalação desportiva base que são: gestão concessionária, a gestão mista e a gestão direta.

Na gestão direta, de acordo com Constantino (1999), a instituição publica tem total controle e responsabilidade sobre a gestão e manutenção da instalação. Por ser tratar de uma gestão publica que não visa lucros, essa sempre trabalha visando reduzir custos para garantir o funcionamento.

Na gestão concessionada, conforme apresenta autor, a instituição pública transfere para outra entidade através de contrato concessão ou concurso, toda a responsabilidade de gestão e custos de manutenção da instalação.

Por fim, a gestão mista é a junção entre a gestão concessionada e a gestão direta, ou seja, é a parceria publico/privada onde as instituições dividem a administração e os custos de manutenção da instalação em busca do equilíbrio de interesses (Constantino, 1999).

Contribuindo com o tema de gestão, Sancho (2003), apresentou dois macros conceitos contendo subdivisões para a gestão pública das instalações desportivas:

Gestão Direta:

- a) gestão da própria instituição pública, que pode ser sem um órgão específico, ou seja, feita pelos funcionários do município, e/ou com um órgão especial de gestão, que teria maior autonomia em relação ao primeiro modelo;
- b) gestão por meio de um organismo autônomo local seria uma empresa pública com autonomia financeira e jurídica capaz de gerir os equipamentos desportivos públicos.

Gestão Indireta:

- a) concessão – que seria um método em que o poder público concede por um período determinado a gestão das instalações desportivas para uma entidade jurídica e coletiva, como clubes, empresas ou associações;
- b) gestão de interesse – que seria uma administração do poder público com uma entidade jurídica, em que ambas teriam obrigações com a gestão das instalações, e seria regido por contrato entre as instituições;
- c) concerto – seria um modo de prestação de um serviço desportivo municipal, que estabelece uma relação de acordo por meio de contratos entre as entidades, porém a obrigação da gestão é da empresa contratada;
- d) consórcio – seria uma forma de gestão entre as entidades, de forma voluntária, em que as instituições compartilham de determinados serviços municipais, entre eles, os equipamentos desportivos.
- e) cooperativas – legalmente constituídas com capital próprio, ligadas à entidade local. Essa gestão tem implicações ligadas a direitos privados e comerciais, pois essa instituição está desprendida das faculdades que têm a administração pública.

Contribuindo sobre o tema Cunha (2007), apresenta três tipologias de gestão públicas ou privadas, que podem diferencia-se em três grandes características que misturam através de soluções intermédias ou por evolução quando procura superar problemas e ultrapassar as limitações à ação que cada um dos tipos possa deter:

Gestão direta – conforme Cunha (2007, p.509) “... o proprietário da instalação desportiva administra e gere os acontecimentos e os negócios que estes proporcionam dentro da própria instalação...”. O proprietário detém

regime de exclusividade e controle sobre a gestão da instalação desportiva, podendo ou não concessionar espaços, mas em caso algum aliena ou transfere o controle da decisão sobre a gestão de todo o equipamento.

Normalmente este modelo de gestão é também adoptado nas instalações desportivas cujos proprietários são entidades privadas e associações ou clubes desportivos.

Gestão indireta – De acordo com Cunha (2007, p. 509) “o proprietário entrega mediante acordo ou contrato a gestão das atividades ou negócios a terceiros, transferindo para ele todas as responsabilidades inerentes”. A entidade pública municipal transfere para outra entidade (associativa ou privada), a responsabilidade da gestão e manutenção da instalação desportiva.

Segundo Constantino (1999), este tipo de gestão alivia a administração local de encargos e tarefas suplementares, no entanto acarreta custos mais elevados na prestação dos serviços desportivos.

Gestão mista – Cunha (2007, p. 509) refere que neste caso “o proprietário partilha com uma terceira entidade ou mais, não apenas os recursos da sua propriedade, mas a própria gestão, em associação ou outras formas de participação partilhada”. Esse tipo de gestão visa aperfeiçoar os espaços, horários de utilização e compartilha custos de manutenção, assim sendo possíveis pequenas entidades compartilhem a gestão de uma grande Instalação.

De acordo com Barbosa (2006), o indispensável é que os critérios de gestão permitam facilitar o seu uso e garantir níveis de qualidade e de otimização que estejam de acordo com os investimentos realizados. A melhor solução será sempre a que de um ponto de vista social e desportivo que melhor sirva a população (Constantino, 1999).

A prestação de um serviço desportivo de qualidade, e ajustado à realidade socioeconómica da população alvo implica um conhecimento pormenorizado dessa realidade, baseado em estudos de caracterização sociológica e desportiva e estudos de viabilidade económica, que permitem uma concepção, planeamento e funcionamento equilibrado e racional, das instalações e organizações desportivas, cumprindo assim os objetivos sociais e comerciais. Conhecendo o meio envolvente Borges (2004), diz que desta forma se podem definir quais as melhores estratégias a implementar, a quem nos

vamos dirigir, o que se vai oferecer, quais as expectativas que se podem criar e qual a capacidade local para fornecer um serviço de qualidade.

Sarmiento (2005), com base em experiências adquiridas afirma que é sim possível aplicar políticas de gestão com sucesso, mais para isso é fundamental que haja uma adequação dos serviços oferecidos a realidade existente além uma equipe com mão de obra qualificada.

Os modelos de gestão cumprem seu papel de indicar caminhos a serem seguidos, a aplicação de uma modelo ou outro só alcançara êxito se for realizado um estudo prévio da realidade social e política que melhor se enquadre. O que importa de fato é que a instalação e sua gestão cumpra o papel de atender de maneira agradável as necessidades da comunidade onde ela esta inserida.

2.6. Manutenção das instalações desportivas

Ribeiro (2011), afirma que as instalações desportivas devem sempre ser mantidas em boas condições sanitárias e de higiene, até mesmo porque a própria natureza de muitas atividades realizadas dentro das instalações exige um cuidado maior no processo de manutenção.

Portanto, podemos então entender como manutenção como o conjunto de ações e cuidados técnicos indispensáveis ao funcionamento regular e permanente das instalações, equipamentos, maquinários. Esses cuidados envolvem a conservação, adequação, readequação, substituição, conservação e também a prevenção.

A manutenção de forma geral pode definir-se como a combinação de ações técnicas, administrativas e de gestão, durante o ciclo de vida de um bem, destinadas a mantê-lo ou repô-lo num estado em que pode desempenhar a função requerida.

A forma e intensidade de utilização, variações climáticas, desgastes naturais e vandalismo são exemplos de condicionantes que podem influenciar e condicionar a estratégia na manutenção.

DaCosta et al. (2008), afirma que a instalação desportiva só será sustentável se forem assegurados todos os recursos necessários para sua manutenção.

Os trabalhos e tarefas de manutenção ocupam uma grande parte do tempo e recursos nas instalações desportivas atualmente, por isso para Pedroso (2010, p. 88), “a gestão de equipamentos desportivos está intimamente ligada à manutenção desses equipamentos, pois é necessário dotar os espaços desportivos de segurança e conforto para garantir uma prática desportiva qualificada”.

Para Cunha (2007), a gestão de manutenção é conjunto de procedimentos e intervenções realizados frequentemente nas instalações e seu apetrechos, visando sempre garantir e manter os padrões de conforto, funcionalidade, higiene e segurança dos usuários além de prolongar a vida útil da instalação.

As manutenções das instalações desportivas possam a ser definidas como um conjunto de ações que permitam manter, conservar ou reparar os espaços de prática desportiva, espaços auxiliares e instalações técnicas, para que elas possam manter as condições adequadas de uso durante seu tempo de vida útil Gallardo & Jimenez (2004).

Cunha (2007), caracteriza o processo de manutenção das instalações em dois fundamentais campos de desempenho, onde a primeira é a “Manutenção Contínua” que caracteriza-se pelas pequenas intervenções que acontecem antes e depois de cada atividade, assim, mantendo a instalação sempre em estado de prontidão e ajuste para as próximas utilização. Já a “Manutenção Periódica”, ocorre as reposições e substituições necessárias, além de ações de caráter mais corretivo de reparos e remodelações do ambiente os as atividades desenrolam.

Já Gallardo & Jimenez (2004), estruturam a manutenção de equipamentos desportivos em duas vertentes:

1. Manutenção Preventiva: Visa evitar a degradação do equipamento sendo ações executadas com critérios estabelecidos previamente, a fim de evitar a degradação de um elemento ou serviço prestado, além de diminuir a probabilidade de perda ou mau funcionamento do equipamento, e se subdivide em manutenção sistemática e manutenção condicional. A manutenção sistemática são ações programadas com uma determinada periodicidade (diária, semanal, mensal), já a manutenção condicional, são ações que ocorrem quando as avaliações periódicas revelam sua conveniência.

2. Manutenção Corretiva: relaciona com as ações executadas depois da deterioração dos equipamentos, compreende as ações realizadas após o surgimento de avarias ou detrimento dos equipamentos, e são repostas em condições de uso mediante ações corretivas.

É fundamental monitorar a realização das manutenções visando manter o bom funcionamento das instalações e assim manter uma prevenção controlada e evitando eventuais surpresas.

Pedroso (2010), reforça essa importância afirmando que as instalações desportivas das cidades devem ter critérios bem definidos e respeitados de manutenção, para que sempre possam apresentar condições adequadas de prática desportiva aos cidadãos.

Para uma correta elaboração de um plano de manutenção é necessário dispor de uma documentação prévia administrada pela entidade responsável pela sua gestão. Nela deve conter fichas sintéticas de todas as informações da instalação, definição das ações a realizar, fichas de consumos (geral), instruções de uso (consulta), definição de inspeções (verificação dos serviços), recursos técnicos e recursos humanos (Gallardo & Jimenez, 2004).

A experiência bem sucedida de cidades que padronizaram e criaram critérios para manutenção das instalações é citada por Pedroso (2010), onde o autor relata a elaboração de um Manual de Mantenimiento de Instalaciones Desportivas na cidade de Valência na Espanha. O Manual estabelece critérios para manutenção de todos os equipamentos na cidade, sendo tudo bem definido e individualizado baseado em conhecimentos sistematizados.

O poder público, quando deixa de planejar e institucionalizar a manutenção das instalações desportivas públicas, levam a ineficiência do serviço e o conseqüentemente abandono pela comunidade, que sofre com a insuficiência e precária oferta desportiva.

Percebe-se por parte dos governos uma priorização em construir novas instalações desportivas e por isso acaba deixado de garantir a manutenção das instalações já existentes. Não é raro encontrarmos instalações desportivas abandonadas devido à falta de uma manutenção básica, em alguns casos são instalações que foram pouco utilizadas mais que devido há alguma avaria inviabilizou a sua utilização.

Torna-se muito importante não permitir que pequenas avarias, provocadas pela falta de manutenção, deixe as instalações interditadas por um longo período já que quanto mais tempo ela ficar parada, mais alto será o custo para reforma e com isso tornar-se inviável financeiramente uma grande reforma no futuro, pois de acordo com o que Ribeiro (2011), apresenta, não vale a pena revitalizar ou reformar se o custo estimado for superior a 50% do valor do custo de uma nova instalação.

Visando garantir que as instalações desportivas públicas possam ter um tempo maior de vida útil disponível para a sociedade, é excencial a criação e regulamentação de políticas públicas continuas que vise a manutenção das instalações existentes e futuras, onde estejam disponibilizados recursos financeiros específicos para esse fim além da criação rotinas de manutenção que atendam as necessidades das instalações.

METODOLOGIA

CAPITULO II – METODOLOGIA

1. Metodologia

Este capítulo é dedicado a explicar a forma como se desenvolveu a pesquisa sobre o a análise da gestão das instalações desportivas públicas, não-escolares do município de Rio Branco – Acre, ou seja, visa explicar os procedimentos metodológicos utilizados durante o processo de coleta de dados através da exposição detalhada dos passos seguidos quando da formulação e desenvolvimento desse estudo, dando ao leitor subsídios para a compreensão e entendimento do mesmo.

Segundo Quivy & Campenhoudt (2005), a metodologia, ou conjunto de métodos que possam desenvolver não são mais do que formalidades particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenômenos ou domínios estudados. “Não existe, portanto, uma metodologia universal para a investigação, sendo antes uma extensão do corpo de instigação” (Pereira, 2013, p. 99).

Desde modo a metodologia pode ser interpretada como sendo o caminho a ser percorrido para se conseguir inferir ou verificar algum fenômeno, no sentido de, através de procedimentos metodológicos padronizados, realizar uma análise científica sistematizada, buscar explicações ou elucidar respostas às inquietações do homem. Em virtude de tais inquietações humanas nascera à ciência.

Corroborando com essa ideia Barros & Lehfeld (2000), escreve que a metodologia é o conjunto de diretrizes que orientam a pesquisa para a captação e processamento de informações com vista à resolução de um problema.

De acordo com Bruyne (1991), a metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua origem e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma medida dos fatos científicos. Deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados.

“Nas investigações, em geral, nunca se utiliza apenas um método ou uma técnica, mas todos os que forem necessários e apropriados para determinado caso. Na maioria das vezes há uma combinação de dois ou mais deles usados concomitantemente” (Lakatos & Marconi, 2003, p. 164).

Para o autor, a finalidade de estudos científicos é a obtenção da verdade, ou a aproximação dela, através da comprovação de hipóteses e questões que são a ligação entre a observação da realidade e as teorias científicas que explicam a própria realidade. Por isso, não existe esta ou aquela metodologia a ser seguida para o desenvolvimento do trabalho, mas sim um conjunto de processos metodológicos que possam esclarecer as aspirações desse estudo como forma de melhor representar o trabalho de investigação a ser feito.

Segundo Quivy & Campenhoudt (2005), é cada vez mais evidente que o processo de investigação não se resume em aplicar um conjunto de receitas, seguindo uma ordem predeterminada, mas sim criar, inventar. Pôr em prática e controlar um dispositivo original que beneficie da experiência anterior dos investigadores e responda a determinadas exigências da elaboração. Tal procedimento só pode aprender-se com a prática. Por sua vez, a metodologia representa acima de tudo o caminho que será percorrido para que os objetivos sejam alcançados e garantidos pela operacionalização dos instrumentos.

No presente estudo utilizamos a análise documental, aplicação de questionário e entrevista como principais elementos constitutivos do processo de recolha de dados. Desta forma, acreditamos que foi um caminho coerente e eficaz, tendo em causa que os documentos são uma fonte de informação estável, facilitando, desta forma, o trabalho do pesquisador.

Por isso, com base com conceitos mencionados, é nossa preocupação descrever com todo cuidado o procedimentos utilizados, informando como os dados foram coletados, analisados, sintetizados e interpretados, bem como esclarecer os procedimentos de validação.

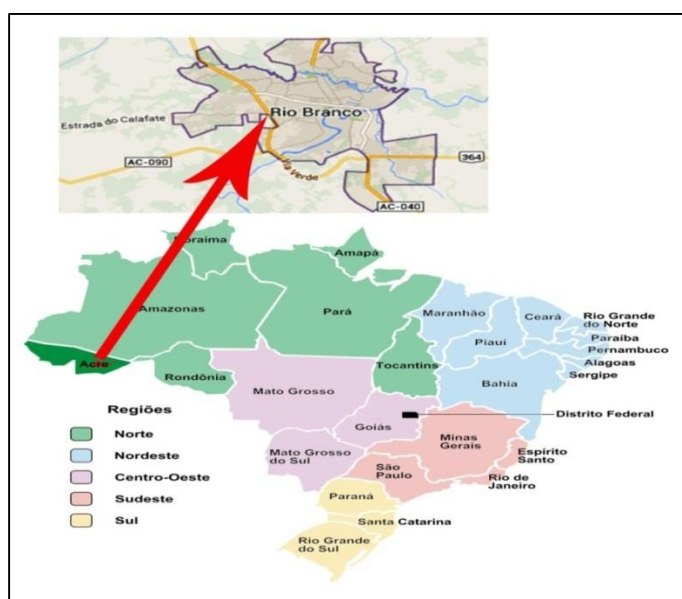
Portanto, objetiva-se com esse estudo caracterizar, quantificar, tipificar, classificar e analisar como estão distribuídos as instalações desportivas, assim como se materializa a gestão das instalações desportivas públicas não-escolares da cidade de Rio Branco.

1.1. Caracterização do município de Rio Branco e sua história.

Rio Branco é um município brasileiro, capital do Estado do Acre, distante 3123 quilômetros de Brasília que é a capital do Brasil e a mais de 8000 quilômetros de Portugal.

O Estado do Acre fica localizado na região norte do país, fazendo parte da ¹Amazônia legal. Nos anos 80, o Estado do Acre ganhou a atenção especial do mundo por causa de dois episódios que marcaram época e toda uma geração, esses episódios foram as conquistas do movimento social dos ²seringueiros que lutavam pela preservação da floresta amazônica, e posteriormente a morte de seu principal líder, Chico Mendes que teve sua vida ceifada por pistoleiros a mando de pecuaristas que desejavam enfraquecer o movimento abatendo a principal liderança (Schmink & Cordeiro, 2008).

Figura 1 - Mapa do Brasil com destaque para localização Rio Branco – AC.



Fonte: Elaborado pelo autor

Rio Branco, com 132 anos tem sua história fortemente vinculada à extração de um recurso florestal, o látex, e aos impactos da economia global no valor de

¹ Amazônia Legal é uma área que engloba nove [estados brasileiros](#) pertencentes à [Bacia amazônica](#) e a área de ocorrência das vegetações amazônicas.

² Seringueiro é o profissional que trabalha com a extração do látex, um líquido grosso da árvore chamada Seringueira, matéria-prima da borracha natural. Para a extração do látex, o profissional sangra a árvore, fazendo talhos, e coloca sobre a sangria uma cuia ou bacia para aparar o líquido. Depois o látex é defumado, para ser endurecido.

mercado desse produto. Segundo Ranzi (2008), a flutuação dos preços da borracha no mercado mundial, ao longo desses anos, influenciou significativamente o processo de formação econômica, social, cultural e ambiental da cidade.

O povoamento da região de Rio Branco se deu no início do século XIX, com a chegada de nordestinos. O desenvolvimento do município aconteceu durante um grande período dado pelo ciclo da borracha, época em que ocorreu ainda uma miscigenação da população, com traços do branco nordestino com índios, havendo, também, influência de povos vindos de outras regiões do mundo, como turcos, portugueses, espanhóis, dentre outros (Ranzi, 2008).

A população cresceu em função das atividades comerciais associadas ao suprimento dos seringais, tornando-se a Vila da Volta Empresa. Em 1904 esta Vila se converteu na Prefeitura do Departamento do Alto Acre. Em 1909, áreas à margem esquerda do Rio Acre foram incorporadas à zona urbana e a cidade recebeu a denominação de Penápolis. Em 23 de outubro de 1912 a cidade recebeu o nome de Rio Branco em homenagem ao Barão do Rio Branco, o Ministro das Relações exteriores que negociou o ³Tratado de Petrópolis, que assegurou a incorporação definitiva da região do Acre ao Brasil. Em 1º de outubro de 1920, Rio Branco foi designada capital do Território do Acre (Tocantins, 2001).

Em 1962, Rio Branco é elevado à categoria de capital estadual. Este fato, aliado ao aumento da receita, favoreceu a ampliação de seu equipamento social, com a implantação de novos serviços administrativos e urbanos e expansão de outros, e também de obras infra estruturais.

Segundo Ranzi (2008), a partir daí migraram para Rio Branco pessoas procedentes das várias regiões do país. Entre outros profissionais, migraram vários de nível universitário, predominando médicos e professores, atraídos por melhores salários que o Governo Federal pagava, como uma compensação pela permanência em região tão afastada.

³ Tratado de Petrópolis: O atual estado brasileiro do Acre era, no início do século XX, uma região pertencente à Bolívia, que vinha sendo ocupada por seringueiros, brasileiros em plena época de expansão da economia de extração da borracha. Para resolver a tensão que se agravava, o Barão do Rio Branco dirigiu as negociações que resultaram no Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903 na cidade brasileira Petrópolis, que formalizou a incorporação do Acre ao território brasileiro.

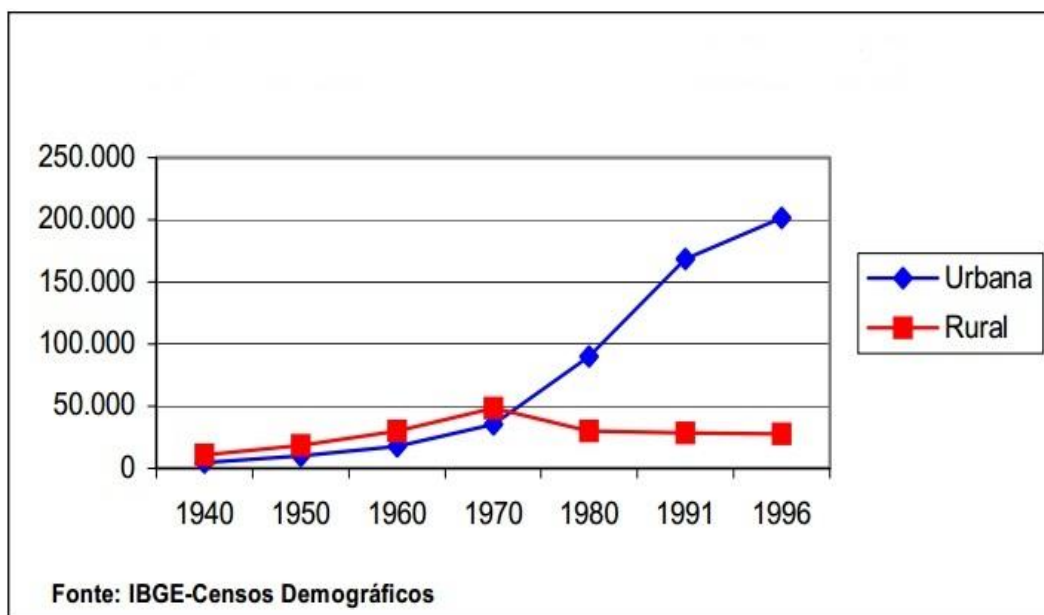
Segundo Almeida (1997), na década de 70, com a incorporação do Acre à fronteira agrícola amazônica concretizada através das rodovias de integração, dos incentivos fiscais e dos programas agropecuários, há um reordenamento das atividades econômicas em todo o Estado, conseqüentemente observou-se um outro ciclo migratório em decorrência da total desativação dos seringais.

Com as terras sendo progressivamente ocupadas e os antigos seringais vendidos ou desmembrados é desencadeado o processo migratório de seringueiros, índios, posseiros e ribeirinhos para Rio Branco (Mesquita, 1989).

Essa nova situação gerou conflitos entre seringueiros, posseiros, índios e os novos proprietários de terras e provocou o êxodo rural em duas direções: a das famílias que migraram para a Bolívia e outras que seguiram o traçado dos rios e estradas em direção à Rio Branco (Oliveira, 1985).

O gráfico a seguir é indicativo do crescimento urbano de Rio Branco entre os anos 40 e 90. No mesmo, o crescimento da população urbana não corresponde à diminuição da população rural, uma vez que muitos migrantes vieram do interior do Acre e dos outros estados brasileiros durante o período.

Gráfico 1 - Evolução Populacional de Rio Branco: 1940 á 1996



Estes migrantes originários dos seringais e dos municípios vizinhos buscavam na cidade, emprego, melhores condições econômicas, acesso à saúde e educação.

De acordo com (Schmink & Cordeiro, 2008), ao chegarem à cidade, em péssimas condições financeiras, engrossando os contingentes populacionais residentes em bairros periféricos. Já que não podiam pagar pela moradia buscam os terrenos onde o preço da casa-terreno é mais baixo ou onde, pelo processo de invasão-ocupação, encontram um lugar para viver.

Nessa época a ocupação dos seringais aconteceu, sobretudo por sulistas, que vieram adquirir terras e promover um novo modelo econômico baseado na pecuária, modelo este que permaneceu até meados dos anos 1990.

A partir de 1999, por meio da implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável, ocorreu uma dinamização da base produtiva e econômica, além da infraestrutura urbana do Estado e o município de Rio Branco fica no centro desse novo modelo de desenvolvimento (Schmink & Cordeiro, 2008). Os investimentos realizados foram direcionados à ampliação da infraestrutura rural e ao fortalecimento de cadeias produtivas prioritárias (florestal agrícola e pecuária). Para Moraes (2000), a infraestrutura urbana, as ações realizadas buscaram recuperar e ampliar as vias estruturantes, os espaços públicos de lazer, cultura, esportes, de contemplação e entretenimento, melhorando a qualidade de vida da população local e o aumento do fluxo turístico no Estado, com o resgate do patrimônio cultural.

1.1.2. População e economia nos dias atuais

O Município de Rio Branco, Capital do Estado do Acre está em uma área estratégica de integração entre o Brasil, a Bolívia e o Peru. Possui uma área territorial de 8.835,541 km², sendo o quinto município do estado em tamanho territorial. De toda essa área, 44,90 km² estão em perímetro urbano, o que classifica Rio Branco como sendo a 66ª maior do país (IBGE 2010).

Figura 2 - Foto aérea do centro de Rio Branco - Acre



Fonte: Sérgio Vale

Criada em uma floresta como um seringal às margens do Rio Acre, ainda hoje a cidade mantém-se uma cidade florestal, com grandes fragmentos florestais na zona urbana e no seu entorno. “A cidade cresceu com suas ruas mantendo os traçados das estradas de seringa”(Schmink & Cordeiro, 2008, p. 35).

É uma cidade que conta, entre bairros e loteamentos, com pelo menos 208 comunidades urbanas e 73 rurais, com uma população predominantemente jovem estimada para o ano de 2013 de aproximadamente 357.194 habitantes (IBGE, 2010) sendo desse total 91,82% localizada na área urbana e 8,18% em áreas rurais.

Entre 2000 e 2010, a população de Rio Branco teve uma taxa média de crescimento anual de 2,86%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 3,58%. No Estado, estas taxas foram de 1,03% entre 2000 e 2010 e 1,03% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 1,06%.

Tabela 4 - Comparativo Populacional de Rio Branco entre os anos de 1991 a 2010

População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - Rio Branco - AC						
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	184.771	100,00	253.491	100,00	336.038	100,00
População residente masculina	90.878	49,18	123.330	48,65	163.592	48,68
População residente feminina	93.892	50,82	130.162	51,35	172.446	51,32
População urbana	167.882	90,86	226.298	89,27	308.545	91,82
População rural	16.889	9,14	27.193	10,73	27.493	8,18
Taxa de Urbanização	-	90,86	-	89,27	-	91,82

Fonte: (IPEA, 2014).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Rio Branco é 0,727, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,238), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,164), seguida por Longevidade e por Renda.

Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento Humano de Rio Branco entre 1991 a 2010

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Rio Branco - AC			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,259	0,423	0,661
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	34,42	42,54	60,69
% de 5 a 6 anos na escola	33,25	60,41	85,20
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	32,33	56,17	84,36
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	16,52	33,84	64,23
% de 18 a 20 anos com médio completo	7,91	18,52	42,34
IDHM Longevidade	0,684	0,724	0,798
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,02	68,43	72,85
IDHM Renda	0,643	0,673	0,729
Renda per capita	437,12	527,43	744,67

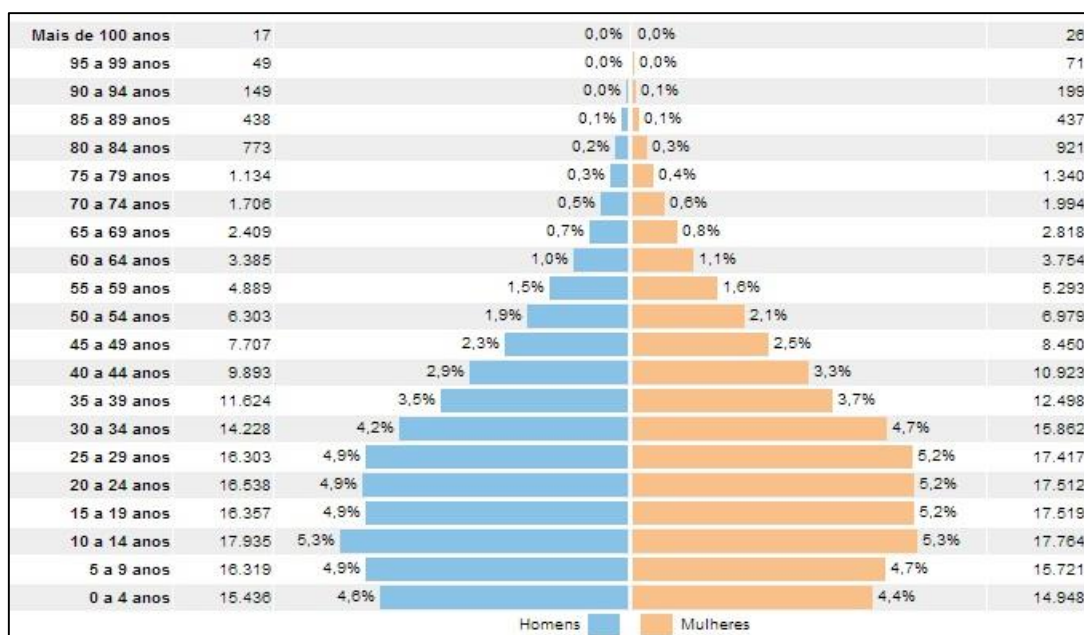
Fonte: (IPEA, 2014).

1.1.3. Pirâmide etária

Segundo (IBGE, 2010), a população do município de Rio Branco é predominantemente jovem. Ao analisarmos a pirâmide etária entre os anos de 1991 e 2000, apresentava uma razão de dependência que, é o percentual da população de menos de 15 anos e a população de 65 anos (população dependente), em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa), foi de 76,04% para 63,02%, enquanto a taxa de envelhecimento (razão entre a população de 65 anos ou mais em relação à população total) evoluiu de 3,37% para 3,77%.

Já entre os anos 2000 e 2010, houve uma evolução no município, pois a razão de dependência de Rio Branco passou de 63,02% para 50,39% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 3,77% para 4,31%.

Gráfico 2 – Pirâmide Etária de Rio Branco em 2010.

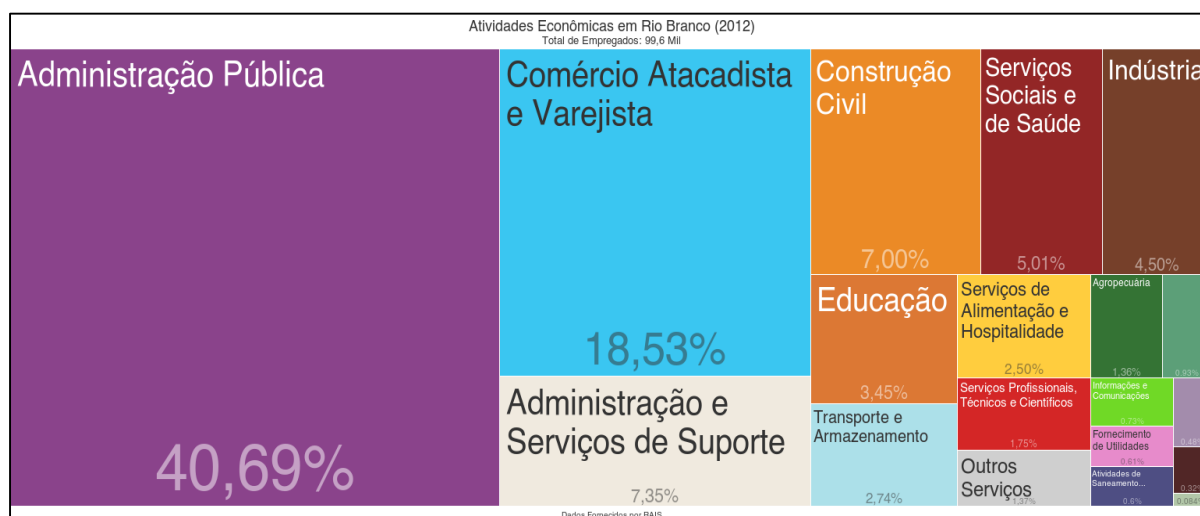


Fonte: (IBGE, 2010)

1.1.4. Economia

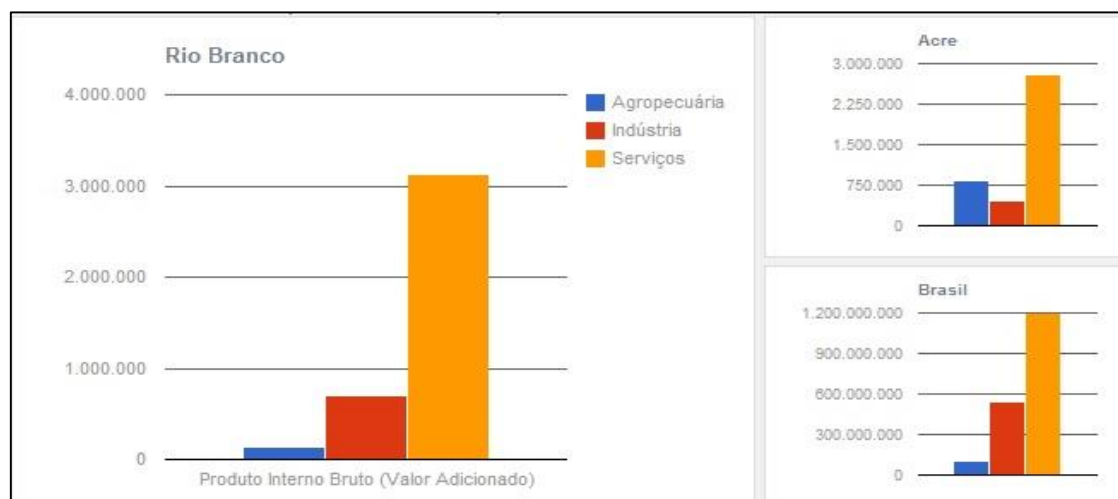
A cidade de Rio Branco é uma capital em pleno desenvolvimento, mas sua economia ainda depende na maioria de recursos públicos gerados através da cobrança de impostos municipal, estadual e federal. O produto interno bruto gerado na sua grande maioria da prestação de serviços conforme apresenta a figura 3 e o gráfico 3 nos quadros a baixo:

Figura 3 - Atividades Econômicas de Rio Branco.



Fonte: (IBGE, 2012)

Gráfico 3 - Produto Interno Bruto de Rio Branco.



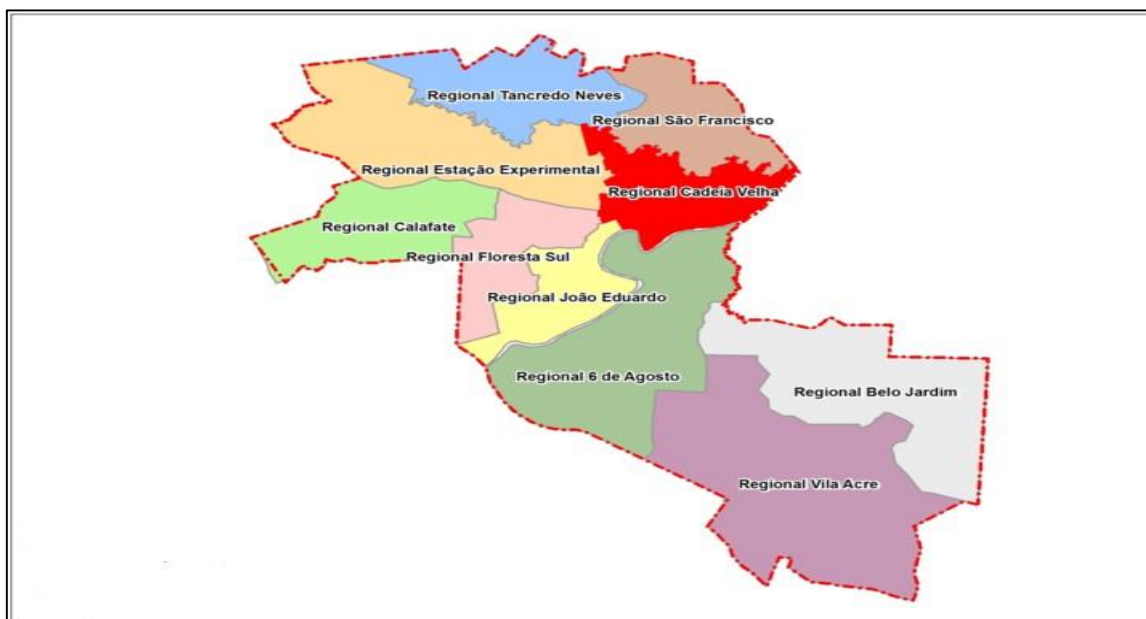
Fonte: (IBGE, 2012)

1.1.5. Regionais do município de Rio Branco

A prefeitura municipal de Rio Branco - PMRB através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Gestão Urbana – SMDGU, atualmente divide o município em 10 regionais na área urbana (figura 4) e 4 regionais na áreas rural. Essa divisão em regionais visa facilitar planejamento das ações, sendo uma ferramenta da gestão que visa atender as necessidades de adequação ao ordenamento urbanístico vigente e à dinâmica de desenvolvimento urbano da capital.

A área urbana compreende aproximadamente 208 comunidades entre bairros e loteamentos onde cada regional leva o nome do bairro mais antigo da região, já a área rural compreende aproximadamente 73 comunidades distribuídas entres os diversos ramais existentes no Município (tabelas 6 e 7).

Figura 4: Mapa de distribuição das Regionais na área urbana de Rio Branco.



Fonte: PMRB

Tabela 6: Regionais na área urbana e Estimativas Populacionais em 2013.

Nome da Regional	Nº de Bairros	Estimativa Populacional
Belo Jardim	16	16.812
Cadeia Velha	25	60.828
Calafate	18	12.148
Estação Experimental	34	69.631
Floresta	22	31.387
Baixada	19	39.909
São Francisco	23	26.692
Seis de Agosto	14	28.240
Tancredo Neves	28	32.544
Vila Acre	14	10.728

Fonte: SMDGU

Tabela 7: Regionais na área rural e Estimativas Populacionais em 2013.

Nome da Regional	Nº de Ramais/Vilas	Estimativa Populacional
Regional Transacreana I	73	29.218
Regional Transacreana II		
Regional Bacia do Riozinho do Rola I		
Regional Bacia do Riozinho do Rola II		

Fonte: SMDGU

1.1.6. A gestão pública do Desporto no município de Rio Branco

Por ser tratar da capital do Estado, Rio Branco apresenta uma maior quantidade de instalações desportivas, assim com também acaba sendo a maior beneficiada pelas políticas desportivas quando comparados a outros municípios do Estado. O governo do estado do Acre através da secretaria de Estado de Educação e Esporte -SEE e a Prefeitura Municipal de Rio Branco

através da Secretaria municipal de esporte e lazer – SEMEL, são os principais órgãos públicos de gestão desportiva, onde ambas possuem investimentos e trabalhos paralelos no desporto do Município. Apesar de terem como objetivo finalístico o desenvolvimento do desporto os governos possuem características distintas e autônomas, mas isso não significa que não podem trabalhar conjuntamente.

Há 10 anos consecutivos à prefeitura de Rio Branco e o Governo do estado são administrados pelo partido dos trabalhadores – PT. Isso gera a oportunidade de trabalho em conjunto e prol da sociedade.

Até 2012 a prefeitura municipal não possuía secretária de esporte e todas as políticas públicas de desporto eram pensadas e executadas por uma fundação de Cultura e Esporte, chamada de Fundação Elias Mansur. Em 2013 através da lei nº 1.959 de 20 de fevereiro de 2013, a prefeitura municipal de Rio Brando criou a secretaria municipal de Esporte e Lazer – SEMEL, que passou a assumir a gestão do desporto no município de Rio Branco.

Nos últimos 8 anos a gestão do desporto no Governo do Estado do Acre passou por três processos de mudança na estrutura governamental. De 2003 a 2006 o Estado possuía uma Secretária Extraordinária de Esporte. Já entre 2007 e 2010 a gestão do esporte no Acre passou a ser realizado pela secretaria de Esporte, Turismo e Lazer.

Em 2011, através da lei complementar nº 224 de 12 de maio de 2011, modificou-se novamente a estrutura da gestão desportiva no estado, passando até então a ser gerido pela Secretaria de Estado de Educação e Esporte – SEE.

1.1.7. Instalações desportivas de Rio Branco

DaCosta (2005), apresenta um levantamento chamado de “Inventário da Infraestrutura Desportiva Brasileira”, com dados coletados em 1998 e publicado somente em 2000 pelo extinto Instituto de desenvolvimento do esporte – INDESP. Esse inventário apresenta dados referentes à quantidade de instalações desportiva dos 26 estados e do distrito federal, com informações recebidas de 2.602 municípios do país.

Em relação ao Estado do Acre a pesquisa apresentada por DaCosta (2005), detalhada na tabela 8, apresenta somente dados coletados em 8 dos 22 municípios existentes e não detalha os resultados por município, impossibilitando saber quais eram os dados referentes a Rio Branco até aquele período.

Tabela 8: Instalações Desportivas do estado do Acre – INESP 2000:

Instalações esportivas no AC / Sport facilities in AC, 2003	
Número de Municípios do Estado / <i>Number of municipalities in the state</i> – 22	
Número de Municípios Informantes / <i>Number of respondent municipalities</i> – 8	
Base de informações / <i>Data base</i> : Cref 8 e INDESP 2000	
Estádios / <i>stadiums</i>	n/d
Quadras / <i>courts</i>	30
Piscinas não residenciais / <i>non residential swimming pools</i>	17
Pistas de atletismo / <i>athletics tracks</i>	2
Ginásios / <i>indoor gymnasiums</i>	8
Campos de futebol / <i>soccer fields</i>	24

Fonte: (DaCosta, 2005).

Para a realização desse trabalho foram realizadas buscas visando encontrar publicações ou documentos que tratassem sobre a história e detalhamento das instalações desportivas em Rio Branco. Infelizmente nenhuma pesquisa ou publicação sobre o tema foi encontrada.

O Governo do Estado e a Prefeitura de Rio Branco através das suas secretárias de esporte, não possuem um levantamento completo das instalações existentes na cidade e muito menos um mapa ou planilha detalhando o estado de conservação delas. As informações existentes na sua grande maioria são de instalações que possuem um grau maior de importância pra sociedade ou aquelas que foram recentemente construídas.

As secretárias de obras do Acre e de Rio Branco possuem apenas as plantas e documentos técnicos que tratam sobre a construção ou reforma das instalações desportivas mais recentes.

Governo estadual e a prefeitura de Rio Branco não possuem nenhum registro histórico sobre as instalações existentes e sua importância social para a comunidade.

Em conversa informal com moradores antigos de Rio Branco, descobriu-se que até o início dos anos 60, não existe o registro de nenhuma instalação desportiva pública não escolar em Rio Branco que fosse referencia para prática

desportiva. Os locais utilizados pela comunidade pra alguma prática desportiva eram instalações privadas ou na sua grande maioria espaços improvisados pela própria comunidade.

Relatos informais também dão conta que a primeira instalação desportiva pública não escolar em Rio Branco foi construída no final dos anos 60. Uma quadra poliesportiva descoberta que ficava no terreno da Fundação de Bem Estar Social – FUMBESA, no bairro Estação Experimental, na qual foi desativada anos depois por falta de manutenção.

Com base em documentos oficiais analisados na Secretária Estadual de Obras (SEOP), identificamos dois grandes momentos históricos em se tratando de construção de instalações desportivas no município de Rio Branco. O espaço temporal entre ele é de exatamente 31 anos.

O primeiro foi à construção do primeiro ginásio poliesportivo coberto de Rio Branco o “Ginásio Álvaro Dantas” (figura 5), entregue a comunidade em 1975, pelo então governador Wanderley Dantas conforme documentos existentes na Secretaria Estadual de Obras - SEOP. Hoje com 39 anos de existência o “Ginásio Coberto” como é conhecido popularmente, continua sendo a única instalação desportiva pública de Rio Branco, com condições de receber competições oficiais de desporto de quadra.

O segundo marco na história foi em 2006 com a construção da primeira piscina olímpica do Estado chamada “Armando Nogueira” e no mesmo ano a entrega do primeiro estádio publico do Acre com capacidade para 20 mil pessoas, que recebeu o nome de “Arena da Floresta”.(figura 6). Ambas as obras foram entregues na gestão do governador Jorge Viana (SEOP).

A construção de uma instalação desportiva como o estádio Arena da Floresta em 2006 com capacidade inicial de 20 mil espectadores possibilitou aos gestores desportivos do Estado pensar grande e tentar entrar para a história do desporto. Rio Branco candidatou-se em 2008 para ser uma das sedes da copa do mundo de 2014.

Figura 5 – Ginásio Álvaro Dantas, construído em 1975.



Fonte: Google imagens

Figura 6 – Estádio Arena da Floresta, construído em 2006.



Fonte: Google imagens

Segundo Diniz (2008), a capital atendia a todas as solicitações do caderno de encargos da FIFA e deu as garantias necessárias para o evento. Após todas as etapas de seleção, Rio Branco foi eliminado na última fase perdendo a vaga para a Cidade de Manaus – AM, já que na ocasião havia previsto apenas uma sede para a região norte do país.

1.2. Amostra da pesquisa

De acordo com Lakatos & Marconi (2003, p. 163), “a amostra é uma parcela conveniente do universo (população), é um subconjunto do universo”. Como em todos os estudos de investigação foi necessário recorrer a uma seleção e determinação de algum tipo de amostra. Para tal foram adotados critérios de inclusão e exclusão.

Critérios de inclusão: Instalações Desportivas destinadas à prática desportiva de propriedade pública com administração local (prefeitura municipal ou Governo do Estado) do Município de Rio Branco; instalações desportivas de uso público.

Critérios de Exclusão: Instalações Desportivas destinadas à prática desportiva de propriedade privada; instalações destinados à prática desportiva de propriedade pública com administração dos estabelecimentos de ensino ou outra que não seja administração local.

1.3. O Processo de recolha de dados

O desenvolvimento dessa pesquisa se deu através da combinação de vários métodos de recolha metodologicamente selecionados a saber: revisão bibliográfica visando delimitar as questões teóricas e fortalecer o estudo; pesquisa documental buscando reunir documentos oficiais e não oficiais; levantamento da caracterização e quantificação preliminar das instalações desportivas, quanto à localização, tipo, condições de uso e proprietários; e por fim a realização das entrevistas com os principais gestores de políticas públicas de esporte da cidade.

A utilização de diferentes técnicas para a recolha de informações permitiu-nos tornar os dados recolhidos mais consistentes. Como bem explica Coutinho (2011), a utilização de múltiplos métodos permite reduzir as fraquezas de usar uma única abordagem durante todo o processo de pesquisa, uma vez que as informações recolhidas são corroboradas à medida que o estudo vai avançando.

1.3.1. Revisão bibliográfica e pesquisa documental

O processo de revisão bibliográfica aconteceu durante todo o processo de construção da pesquisa e foi o principal elemento, pois foi através dele que embasamos e estruturamos toda a pesquisa, em outras palavras foi o nosso alicerce e guia para a elaboração do trabalho, sendo fundamental para o desenvolvimento do projeto.

A pesquisa documental aconteceu de formar bem intervalada compreendendo o período entre 12 de setembro 2013 a 5 de janeiro de 2014 nas dependências da Secretária Municipal de Esporte – SEMEL, Secretaria Estadual de Educação e Esporte – SEE, Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana – SMDGU, Secretária Estadual de Obras Públicas – SEOP. A demora na recolha de documentos foi ocasionada por motivos administrativos dos órgãos, pois demoraram a autorizar o acesso aos documentos ou a passar as informações solicitadas.

Durante o processo até aqui descrito, foram recolhidos diversos materiais de apoio pedagógico como artigos, livros, teses, revistas que foram utilizados como base teórica para a construção do corpus teórico e posterior guião de entrevista. Utilizou-se como fonte de pesquisa a Biblioteca da Faculdade de Desporto do Porto – FADEUP, Universidade Federal do Acre – UFAC, Universidade União Educacional do Norte – UNINORTE, Biblioteca Pública do Estado do Acre, sites de busca Google acadêmico, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

1.3.2 ⁴Questionário de caracterização das instalações

Optamos por este procedimento (elaboração de um inquérito), um questionário (anexo I) devido à grande variedade de informações a recolher e pela quantidade de inqueridos envolvidos no nosso estudo. Garantindo assim, o alcance dos objetivos que nos propusemos.

⁴ Consultar modelo utilizado em anexo

O questionário aplicado como instrumento de recolha, foi adaptado de uma pesquisa realizada por Cátia Patrícia Martins Esteves da Costa em 2013, no município de Braga em Portugal, onde foi realizada uma análise das instalações desportivas daquele município, trabalho este publicado por Costa (2013).

O nosso questionário adaptado de Costa (2013) e embasado na revisão bibliográfica apresentada nesse estudo, foi construído e dividido em quatro categorias:

1. Localização: Contabilizar e identificar segundo sua localização na cidade e região, ou seja, em qual regional se encontra aquele equipamento;
2. Tipologias: Grandes campos, quadras descobertas, quadras cobertas, quadras de tênis descoberta, salas, piscinas descoberta, pistas de atletismo e especiais;
3. Morfologia: Identificação, dimensões m², coberturas e tipos de piso;
4. Estado de Conservação: Utilizável, deficiências mínimas, deficiências graves ou não utilizáveis.

O objetivo desse inquérito é identificar, caracterizar, contabilizar e avaliar as instalações desportivas públicas não-escolares do municípios de Rio Branco mapeando e descrevendo conforme as suas características.

Nesse momento da pesquisa nós optamos por realizar em loco uma coleta de dados rigorosa visando apurar informações sobre as instalações desportivas através do preenchimento de formulário padronizado. Essa coleta foi realizada embasada no que diz Cadima et al. (2002), sobre importância de descobrir informações necessárias sobre o tipo e o número de instalações desportivas atuais e futuros e suas condições de utilização.

O levantamento das informações das instalações desportivas através do questionário aconteceu entre o período de 03 de fevereiro a 30 de março de 2014.

A coleta dos dados foi feita em loco em todas as instalações, seguindo uma planilha cedida pela SEMEL onde listava algumas instalações. A SEE não forneceu nenhuma lista onde consta-se a relação das instalações sobre a responsabilidade do Estado, no entanto, funcionários listavam e descreveram a localização as principais instalações sobre a responsabilidade daquela

secretaria. As instalações não listadas pelas secretarias citadas foram localizadas com base no conhecimento da cidade por parte do pesquisador e com a ajuda de líderes comunitários.

Os dados foram coletados pessoalmente e em loco, pois somente assim era possível ter a real dimensão das instalações e seu estado utilização e posteriormente tratados estatisticamente e organizado em planilhas em Excel 2007 para fundamentar o estudo. Para a sua caracterização utilizamos a estatística descritiva que achamos pertinente a pesquisa, nomeadamente quantidade (q) e a percentagem (%).

1.3.3. Entrevistas semiestruturada

De acordo com Lakatos & Marconi (2003, p. 195), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, afim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.

Com base nas características do estudo e os objetivos estabelecidos, optamos por recolher os dados através de entrevista semiestruturada de respostas aberta, uma das técnicas utilizadas na investigação qualitativa.

A entrevista semiestruturada possui em seu corpo estrutural questões centrais, que norteiam os assuntos que serão abordados no decorrer da entrevista, no entanto, o pesquisador é livre para alternar a sequência ou introduzir novas questões em busca de informações que julgue necessárias, tendo a possibilidade de adaptar a entrevista ao nível de compreensão e aceitação entrevistado (Moreira, 1994).

Lakatos & Marconi (2003), afirma que a entrevista representa uma das técnicas mais fortes e comuns, pelas quais se procura uma determinada compreensão do ser humano e consiste num inquérito na forma oral, permitindo recolher informações e opiniões sobre determinado assunto.

Januário (2010), afirma:

“As entrevistas são, no fundo, períodos de colheita de informação sobre factos e entrevistados, constituindo uma ferramenta

poderosa na ampliação e interpretação dos dados em estudo” (Januário, 2010, p. 210).

De acordo com Boni & Quaresma (2005), as entrevistas semiestruturadas são compostas por perguntas abertas e fechadas, as quais dão possibilidade ao entrevistado de discorrer sobre o tema proposto. Sendo assim, o pesquisador deve seguir um conjunto de questões definidas previamente, ou seja, construir um guião de entrevista fundamentado no quadro teórico e nos objetivos da pesquisa. A entrevista semiestruturada pode e deve configurar-se num contexto próximo ao de uma conversa informal.

Ainda segundo Boni & Quaresma (2005), a entrevista semiestruturada é muito utilizada quando se busca delimitar o volume das informações com o intuito de obter maior direcionamento ao tema, intervindo para que os objetivos sejam alcançados.

Durante a entrevista é estabelecida uma relação de troca, onde o entrevistado exprime suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, suas interpretações ou as suas experiências (Quivy & Campenhoudt, 2005, pp. 192-193).

Recorremos à entrevista semiestruturada, pois era nossa intenção recolher depoimento junto dos responsáveis pela secretaria de esporte do município e do Estado acerca das ideias, preferências, expectativas e medidas de gestão desportiva para o município de Rio Branco.

Com base no que afirma Januário (2010), que com a entrevista pretendemos apurar aquilo que não podemos observar diretamente, extraindo elementos de reflexão muito ricos que credencie grandemente a investigação. Utilizando as palavras deste autor.

1.3.3.1. Elaboração e validação do guião de entrevista

Após a seleção do tipo de entrevista a aplicar, passámos à elaboração do respetivo guião de entrevista embasando-se na análise de conteúdo do trabalho e adaptado com base em outros trabalhos apresentados na área afins.

O guião foi submetido à análise de dois peritos com experiência na gestão desportiva e na validação destes instrumentos.

Sendo assim, foi orientado fazer um teste piloto, efetuaram-se as entrevistas piloto no sentido de avaliar a clareza e pertinência das questões em relação aos objetivos propostos para o estudo. Nessa fase, a entrevista realizou-se entre os dias 25 a 28 de abril de 2014, com dois gestores sendo um da Secretaria de Esportes do Município de Rio Branco - SEMEL e outro da Secretária de Educação e Esporte do Estado do Acre - SEE, esses voluntários trabalham diretamente com a gestão dos órgãos.

Depois de realizada e analisado foram efetuados reajustamentos que nos permitiram validar definitivamente o guião da entrevista e garantir a sua aplicação em estrita consonância com os objetivos formulados. Cumpridos todos os procedimentos metodológicos, resultou a versão final da entrevista, constituída por cinco áreas onde cada uma tem de três a oito perguntas de questões base, como se pode observar no guião da entrevista (anexo II).

Área 1 – Desporto, sociedade e poder público;

Área 2 – A importância das instalações desportivas para o município;

Área 3 – Planejamento e distribuição espacial das instalações desportivas;

Área 4 – A gestão das instalações desportivas;

Área 5 – Manutenção das instalações desportivas.

1.3.3.2. Seleção dos entrevistados

Não tendo sido necessário efetuar alterações no guião de entrevista, passamos para a fase de aplicação final da entrevista, onde se buscou entrevistar gestores responsáveis diretamente gestão desportiva na cidade de Rio Branco, em conformidade com o que coloca López & Luna-Aroucas (2000), quando recomenda que nesses casos, sempre devemos buscar entrevistar responsáveis diretos pela gestão, administração, organização, direção, controle e realização de programas, para que assim possamos obter respostas e dados mais consistentes.

Também nos balizamos nas lições de Quivy e Campenhoudt (2005), que afirmam que o processo de entrevista deve levar em consideração a escolhas de pessoas úteis para o estudo. Estes indicam três categorias de interlocutores que podem ser válidas, docentes, investigadores especializados e peritos;

testemunhas privilegiadas e por fim, o público a que o estudo diz diretamente respeito.

Com base nisso, participaram deste estudo os principais responsáveis pela gestão do desporto do Município Rio Branco – Acre, sendo eles:

1 - O Secretário Municipal de Esporte Lazer (SEMEL) da Prefeitura Municipal de Rio Branco – PMRB: Afrânio Moura de Lima.

2– O Secretário Adjunto da Secretária Estadual de Educação e Esporte (SEE) do Governo do Estado do Acre: Petronilo Lopes Rodrigues Filho.

É dever do pesquisador esclarecer que o estudo tem sua delimitação no município de Rio Branco. A presença do gestor estadual de esporte justifica-se, pois o governo do Estado do Acre também é gestor responsável por políticas públicas de esporte em Rio Branco assim como também possui instalações desportivas naquele município sobre sua responsabilidade, ou seja, a prefeitura municipal e o governo estadual têm atuações independentemente na gestão do esporte no município e que nesse caso é a capital do Estado.

1.3.3.3. Metodologia das entrevistas e transcrição

Para a realização dessa fase, entramos em contado pessoalmente com os chefes gabinete do secretário Adjunto de Educação e Esporte do Estado do Acre e Secretário de Esporte e Lazer do Município de Rio Branco, onde protocolamos pedido formal para agendamento das entrevistas e já aproveitamos a oportunidade e tomamos o cuidado de esclarecer os propósitos do estudo, informando sua importância e já esclarecendo que as entrevistas seriam gravadas, desta forma criando uma relação de confiança indispensável neste tipo de estudo.

A primeira entrevista aconteceu com o Secretário Municipal de Esporte e Lazer de Rio Branco no dia 05 de maio às 8 horas e 30 minutos e teve a duração aproximada de 25 minutos e 7 segundos.

A segunda entrevista aconteceu com o Secretário Adjunto de Estado de Educação e Esporte no dia 07 de maio as 17:00 horas e teve uma duração média de 15 minutos e 42 segundos.

Os participantes foram entrevistados em seus gabinetes de trabalho. Em primeiro lugar, foram fornecidas algumas informações sobre a temática em estudo e, conseqüentemente da entrevista, no sentido de contextualizá-los e criar um clima favorável à realização da mesma.

As entrevistas foram registradas em gravação áudio digital num gravador “Panasonic RR-US550”, número de série MK9KA003026, com o consentimento dos entrevistados.

Encerrada a entrevista foi feita a conversão do áudio para MP3 e foi transcrito na íntegra para o computador através do software Word 2010, com o auxílio do programa *Digital Voice Editor versão 3.3.01*, para posterior impressão, análise e interpretação visando à discussão dos resultados.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

CAPITULO III - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os principais resultados da investigação. O tópico está organizado em duas partes, sendo que na primeira são apresentados os resultados da coleta que foi realizada com o objetivo de caracterizar as instalações desportivas no município de Rio Branco, a segunda parte será destinada a análise descritiva das entrevistas realizadas com os responsáveis pela gestão pública do desporto do município, tendo como base as nas cinco áreas de registro pré-estabelecidas.

O estudo visa caracterizar e analisar a gestão das instalações desportivas públicas não escolares de Rio Branco, por isso, será realizado uma análise descritiva e interpretativa com base nos dados coletados assim como também analisaremos os discursos dos gestores comparando com os dados coletados e outros estudos no mesmo âmbito.

É importante ressaltar que os estudos apresentados como comparação, são estudos que possuem amostras e características diferentes, por isso, podem apresentar valores parecidos ou superiores já que este trabalho não incluiu instalações escolares e clubes.

A revisão de literatura também será referencial para sustentar a interpretação e as discussões dos resultados.

1. Caracterização das instalações desportivas do município de Rio Branco

Para caracterizar as instalações desportivas do município é fundamental que saibamos quantas existem, localização, tipologias, condições de uso e os responsáveis pela gestão. Só assim será possível ter um real diagnóstico do desenvolvimento desportivo.

Segundo Almeida (2012), os espaço físicos são elementos básicos para orientar o planejamento desportivo local, pois só através deles é que se podem concretizar as atividades esportivas. As instalações desportivas são indispensáveis ao desenvolvimento desportivo e devem atender as necessidades da comunidade (Constantino, 1999).

O trabalho de pesquisa visando mapear e caracterizar instalações desportivas públicas não escolares de Rio Branco foi fundamental para obter um real e inédito diagnóstico da situação desportiva local. Pois de acordo com Gallardo & Jimenez (2004), só partir deste conhecimento é que podemos analisar outros parâmetros relacionados com os serviços de esportivos municipais e consequentemente o planejamento necessário para o desenvolvimento desportivo.

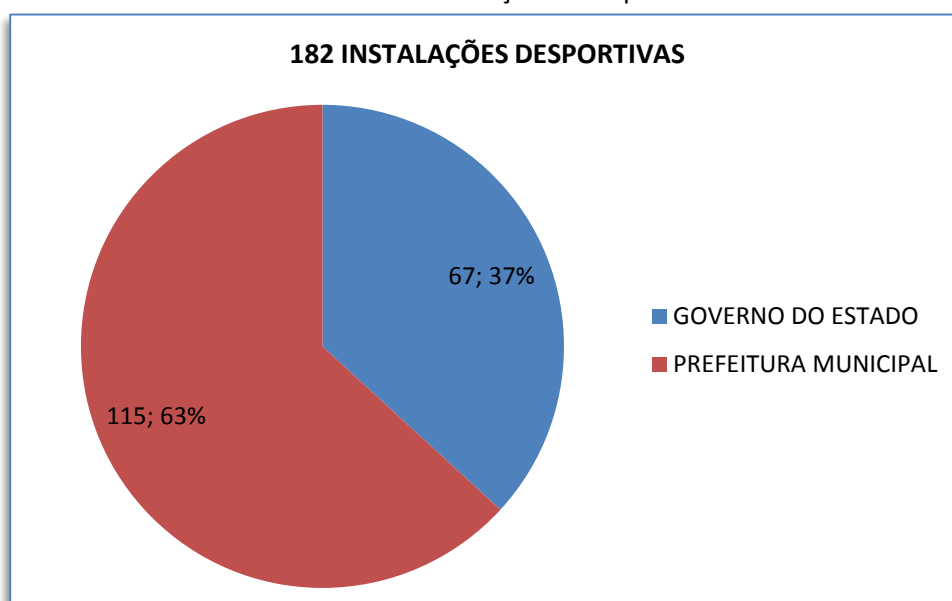
A tabulação completa dos dados com todo detalhamento é parte integrante desse trabalho e pode ser consultado no anexo III.

Os dados apresentados a seguir revelam a infraestrutura desportiva públicas não escolares, disponível ao cidadão e suas principais características.

1.1. Número de instalações desportivas e seus proprietários

O inquérito realizado identificou a existência de um total de 182 instalações desportivas públicas não escolares no município de Rio Branco, onde desse número, 63% (115) são de propriedade pela prefeitura municipal e 37% (67) são de propriedade do governo do estado (gráfico 4). Os dados revelam que a prefeitura possui hoje o maior número de instalações desportivas no município quando comparado ao governo do Estado.

Gráfico 04: Total de Instalações e Proprietários.



Para Carvalho (1994), uma política desportiva municipal deve centrar-se na prestação do serviço público. O plano de desenvolvimento desportivo municipal deve ser constituído de objetivos prioritários visando atingir esse objetivo.

Constantino (1999), sugere uma intervenção direta do Estado. O autor focaliza a importância no acesso à prática desportiva a todos os cidadãos, criando infraestruturas que permitam a melhoria da qualidade das atividades e práticas desportivas acrescidas de uma mudança na gestão desportiva.

Correia (2009), também entende que o Estado tem que ser o primeiro agente estimulador do desenvolvimento desportivo.

Contudo, através do estudo realizado por Ribeiro (1999), na cidade de Maputo que na época possuía uma população média de 966.837 habitantes, observou-se que a responsabilidade da generalização desportiva, no que se refere aos bairros, pertencia às instituições públicas municipais que, segundo ele, tinham grandes dificuldades de cumprir tamanha responsabilidade, por não possuírem instalações desportivas em número suficiente.

Ribeiro (1999), ainda completa dizendo que as autoridades municipais possuem uma das menores quantidades de instalações desportivas, pois a maioria pertence às escolas e aos clubes que, normalmente, restringem o seu uso ao cidadão comum.

O trabalho realizado por Costa (2010), no conselho de Fafe identificou que 42,5% das instalações desportivas eram de propriedade do poder público local, sendo os restantes de associações, de privados e do ministério da educação. Para autor, “esses dados transparecem a importância que o município assume na disponibilização de infra-estruturas para a prática desportiva, pois é a entidade que detém capacidade financeira para alavancar com esses projetos” (Costa, 2010, p. 130).

No Brasil as prefeituras têm aumentado a sua participação na prestação de serviços desportivos se tornando os principais fomentadores. O país tornou-se altamente descentralizado em comparação com outros países federativos, isso trouxe inúmeras mudanças nas relações intergovernamentais e no poder relativo dos governos e sociedades locais (Meneses et al., 2012, p. 221).

Com base em Tubino (2001, p. 12), quando afirma que é papel dos municípios “investir recursos públicos para disponibilização de instalações

esportivas para as práticas populares de lazer, atendendo as vocações esportivas e culturais das pessoas do município”. E considerando que o poder público tem como missão criar, melhorar e assegurar a todos os cidadãos as condições necessárias de acesso à prática de atividade desportiva.

Entendemos que os dados demonstram que o município tem cumprido as suas competências legais atribuídas no âmbito da realização de investimentos em instalações desportivas para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal por isso justificasse possuir a maior quantidade de instalações desportivas quando comparado com o governo do Estado.

1.2. Caracterização e tipologias das instalações desportivas

É importante realizar um diagnóstico das principais características das instalações desportivas existentes visando entender a realidade local apresentada, pois é esse conhecimento que pode orientar planejamentos futuros. Pois de acordo com Gallardo & Jimenez (2004), e só partir deste conhecimento é que se pode analisar os restantes dos parâmetros relacionadas com os serviços desportivos municipais e consequentemente a planificação necessária para o desenvolvimento desportivo.

Trazendo para a nossa realidade a classificação das estruturas desportivas europeias, tendo como base as caracterizações referenciadas por Sarmiento & Carvalho (2014), que apresenta a classificação das estruturas desportivas, presentes na Carta das Instalações Desportivas, que integra a Carta Desportiva Nacional de Portugal, regulamentada através do Decreto-Lei n.º 141/2009 temos:

- Instalações Desportivas de Base:

Recreativas: São as que se destinam às atividades de carácter informal, no âmbito de práticas recreativas de manutenção e de lazer;

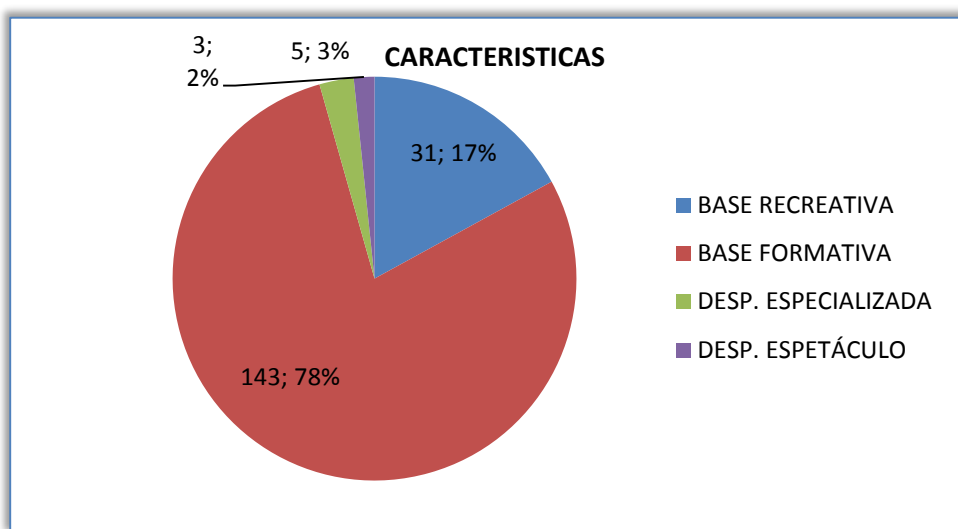
Formativa: Destinadas às atividades de educação e iniciação desportiva;

- Instalações Desportivas Especializadas: Destinadas a realização de uma única atividade;

- Instalações Desportivas para o Espetáculo: Destinadas e preparadas para receber de grandes eventos desportivos.

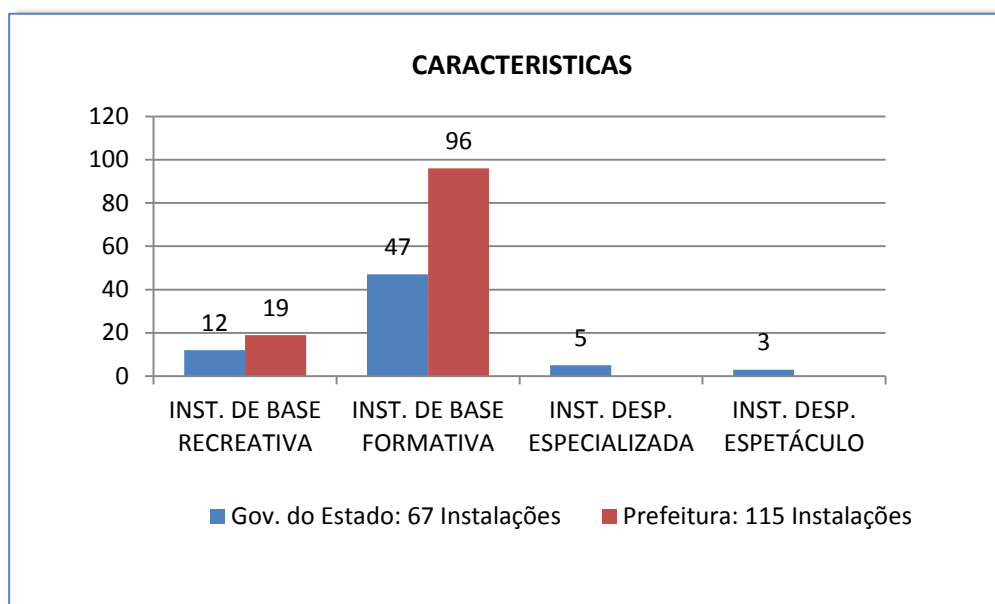
Com base nessas características, as instalações desportivas de Rio Branco inquiridas na pesquisa apresentam-se como sendo 95,5% (174) caracterizadas como instalações desportivas de base, sendo, portanto, estas divididas em instalações recreativas totalizando 17% (31) e instalações formativas totalizando 78% (143); as instalações desportivas especializadas correspondem a 3% (5) do total e as instalações para o espetáculo desportivo correspondem a menos de 2% (3) do total das instalações desportivas públicas não escolares de Rio Branco (gráfico 5).

Gráfico 5: Caracterização - Instalações Públicas não Escolares de Rio Branco



Do total apresentado, quando analisados separadamente as instalações da prefeitura e do governo do Estado, percebeu-se que a prefeitura possui o maior numero de instalações de bases formativas. Já o governo do Acre é único que possui instalações especializadas e para espetáculo (gráfico 6).

Gráfico 6: Caracterização - Comparação entre Instalações da Prefeitura e Gov. do Estado



Com base nas tipologias descritas por Ripoll & Matos (2005), Cunha (2007) e Sarmiento & Carvalho (2014), o estudo também detalhou as instalações desportivas locais tendo como base nas modalidades desportivas nelas desenvolvidas, realizando algumas alterações visando adequar a realidade local mais causar prejuízos na caracterização.

A seguir serão expostas as características das tipologias encontradas e as principais atividades desenvolvidas:

- Quadra descoberta: Também conhecida como pequeno campo, essas instalações desportivas descobertas, destinadas a prática de futsal, basquetebol, handebol, voleibol e de múltiplas atividades desportivas. Possuem tamanho máximo de 42x25m de área útil de jogo.

- Quadra coberta: Conhecida como pequeno campo, essas instalações desportivas cobertas, são destinadas a prática de futsal, basquetebol, handebol, voleibol e de múltiplas atividades desportivas. Possuem tamanho máximo de 42x25m de área útil de jogo.

- Grande campo: Instalações esportivas descobertas, que se destinam à prática de futebol, Rúgbi e múltiplas atividades desportivas. Possui tamanhos superiores a 42x25m de área útil de jogo.

- Piscina descoberta: Instalações esportivas descobertas que se destinam à prática da natação, pólo-aquático, nado sincronizado ou quaisquer outros esportes aquáticos.

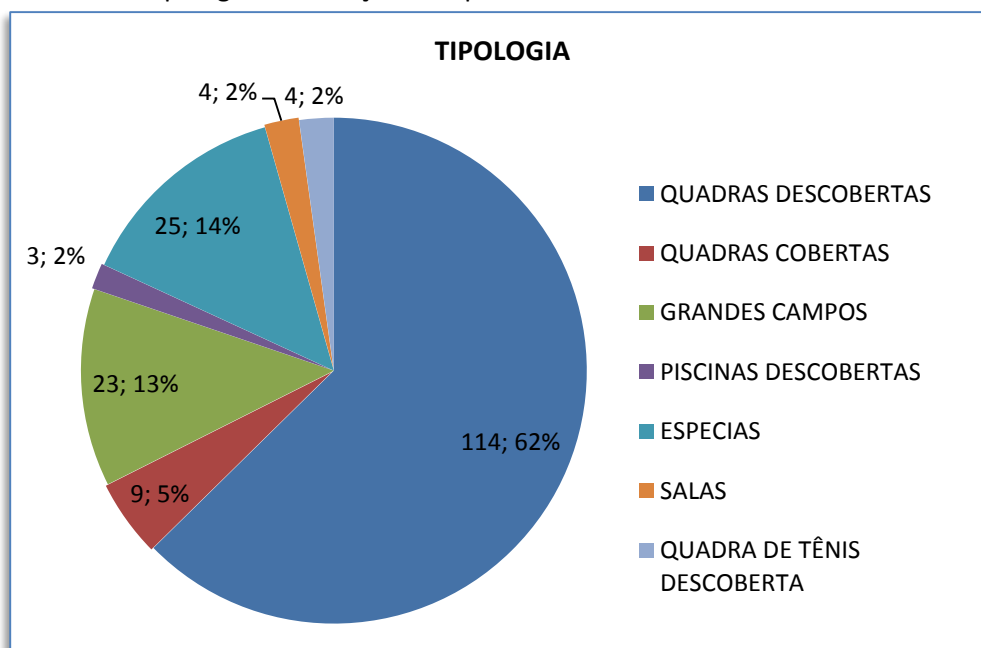
- Salas: Instalações desportivas equipadas, que se destinam à prática de ginástica rítmica, ginástica aeróbica, lutas, dança etc.

- Quadra de tênis descoberta: Instalações esportivas descoberta, que se destinam à prática de tênis.

- Especiais: São todas as instalações esportivas que não pertencem aos tipos anteriormente mencionados como, por exemplo, pista de caminhadas, pista de ciclismo, pistas de skate, circuitos de manutenção, entre outras.

Com base nessas características apresentadas o nosso mapeamento identificou que do total das instalações desportivas públicas não escolares existentes em Rio Branco, 62% (114) são quadras descobertas, 14% (25) representam instalações especiais, 13% (23) equivalem a grandes campos, 5% (9) são quadras cobertas, 2% (4) salas, 2% (4) quadras de tênis descobertas, 2% (3) são piscinas, conforme pode ser visualizado no (gráfico 7).

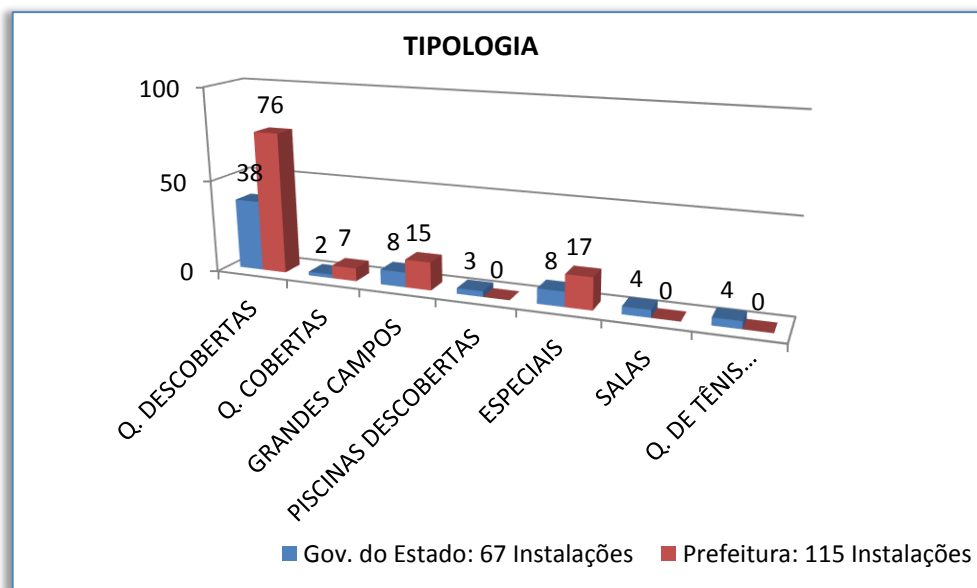
Gráfico 7: Tipologia - Instalações Desportivas Públicas não Escolares de Rio Branco



Percebe-se, nesse levantamento que as instalações desportivas apresentam-se com predominância maior de quadras descobertas e as piscinas são as instalações menos encontradas.

Ainda com base nesses dados, realizamos o procedimento de comparar separadamente as instalações da prefeitura e governo do Acre, e assim foi possível identificar que as quadras descobertas são as instalações com maior quantidade em ambos. Já as piscinas e quadras de tênis estão apenas nas instalações do governo do Estado (gráfico 8).

Gráfico 8: Tipologia - Comparação entre as Instalações da Prefeitura e do Gov. do Estado

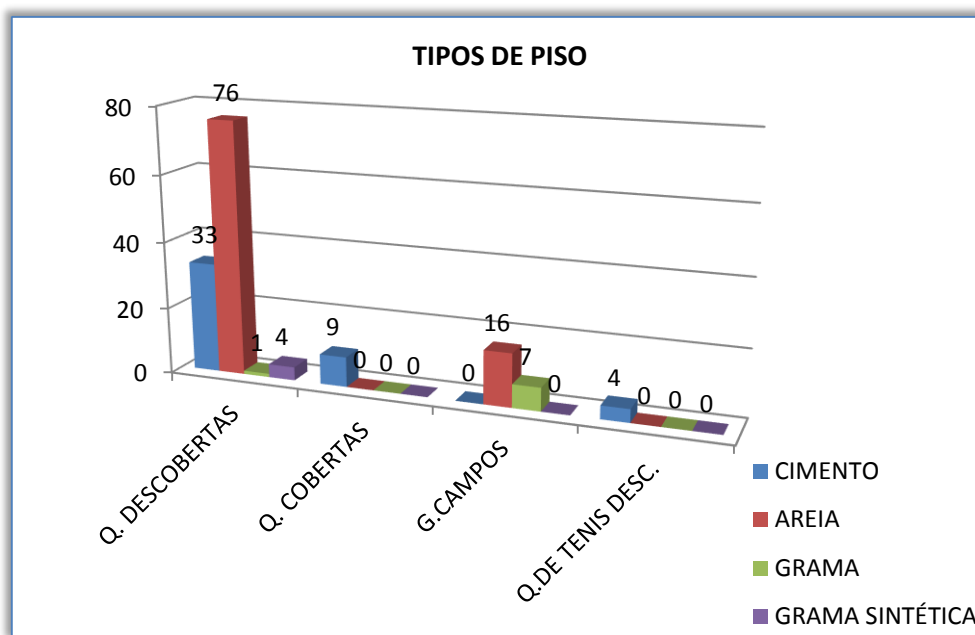


Diante das tipologias das instalações desportivas apresentadas nas instalações desportivas de Rio Branco, foi feito o diagnóstico em relação ao tipo de pisos mais presentes em todas as quadras e campos.

O inquérito identificou os seguintes dados (gráfico 9):

- Quadras descobertas: 76 de areia, 33 de cimento, 4 grama sintética e 1 de grama;
- Quadras cobertas: 9 de cimento;
- Quadra de tênis descoberta: 4 de cimento;
- Grandes campos: 16 de areia e 7 de grama.

Gráfico 9: Tipos de Piso das quadras e campos.



Em relação à caracterização da tipologia das estruturas desportivas, os resultados encontrados no presente estudo identificam que a grande maioria são instalações desportivas públicas não escolares do município de Rio Branco são de Base, com predominância maior para instalações de base-formativa. Identificou-se também que as instalações que mais predominam são as quadras descobertas.

Resultados semelhantes foram encontrados nos trabalhos realizados por Costa (2010) e Paipe (2013), onde também se constatou que a maioria das instalações desportivas dos municípios eram classificadas como Instalações Desportivas Base- Formativa. Contudo, os referidos estudos incluíam nas suas coletas as escolas e clubes.

Os resultados obtidos nesta pesquisa concorrem com os encontrados por Costa (2013), onde no seu trabalho realizado nas instalações públicas do município de Braga se identificou que 93% das instalações desportivas pesquisadas eram de Base também com predominância para instalações desportiva de base-formativa com 56% do total da amostra. Seguidas das Instalações desportivas de Base-recreativas que correspondem a quase 39% e 6% são classificadas por Instalações desportivas especializadas para o espetáculo. O referido estudo diferencia-se deste, pois se limitou a analisar

apenas dois tipos de instalações desportivas públicas no município de Rio Branco.

Em relação às tipologias centradas no tipo de atividade, obteve-se resultados semelhantes ao que foi encontrado na pesquisa realizada por Ribeiro (1999), na cidade de Maputo onde o autor também identificou que a maioria das instalações desportivas municipais era quadras descobertas.

Já os trabalhos de Matos (2000), Costa (2010) e Paípe (2013), concluíram que a maioria das instalações desportivas eram campos de futebol. Vale lembrar que este estudo não incluiu clubes e associações na amostra, talvez isso explique a diferença encontrada nas amostras.

Este inquérito ainda identificou que tipo de piso mais presente entre as quadras estudadas, são os de areia. Essa frequência tende a ocorrer devido a custo mais baixo de construção e manutenção das instalações com esse tipo de tipologia.

É importante que existam estudos que permitam conhecer a natureza da procura desportiva, visando saber os anseios e o nível de satisfação da população.

Conforme afirma Constantino (1999, p. 86), “o planeamento em matéria de espaços para o desporto deve permitir atender as necessidades, mas obriga a uma definição de prioridades”.

Considerando que o poder público tem como missão criar, melhorar e assegurar a todos os cidadãos as condições necessárias de acesso à prática de atividade desportiva entende-se que município e estado tem cumprido as suas competências legais atribuídas no âmbito da realização de investimentos nas instalações e equipamentos desportivos para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal.

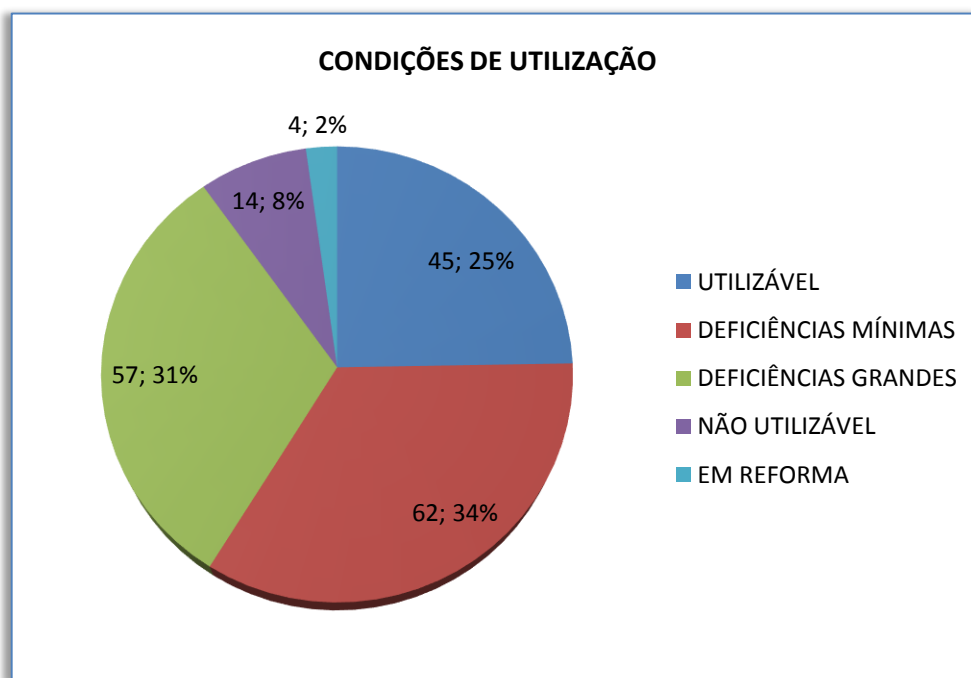
1.3. Estado de conservação das instalações desportivas

Em relação ao inquérito visando à análise do estado de conservação das instalações desportivas, a presença do pesquisador em loco em todas as instalações foi fundamental para garantir uma avaliação padronizada e fidedigna.

Com base no que Cadima et al. (2002) apresentou sobre a avaliação do estado de conservação das instalações desportivas, a pesquisa identificou que do total das instalações pesquisadas, 24% (45) estão classificadas como utilizáveis, 34% (62) apresentam deficiências mínimas, 32% (57) apresentam deficiências grandes, 8% (14) apresentam-se classificadas como não utilizáveis e apenas 2% (4) se encontravam em reforma no momento da pesquisa (gráfico 10).

Identifica-se um percentual alto de instalações desportivas que apresentam deficiências grandes e um número pequeno de instalações desportivas sendo reformadas. A situação apresentada acarreta na diminuição da oferta desportiva no município.

Gráfico 10: Condições de utilização das Instalações desportivas.



Quando dados são comparados entre prefeitura e governo, identifica-se que apenas 13% (9) das instalações pertencentes ao governo do Estado estão em perfeito estado de conservação, enquanto as instalações da prefeitura esse percentual chega a 29% (34) de instalações.

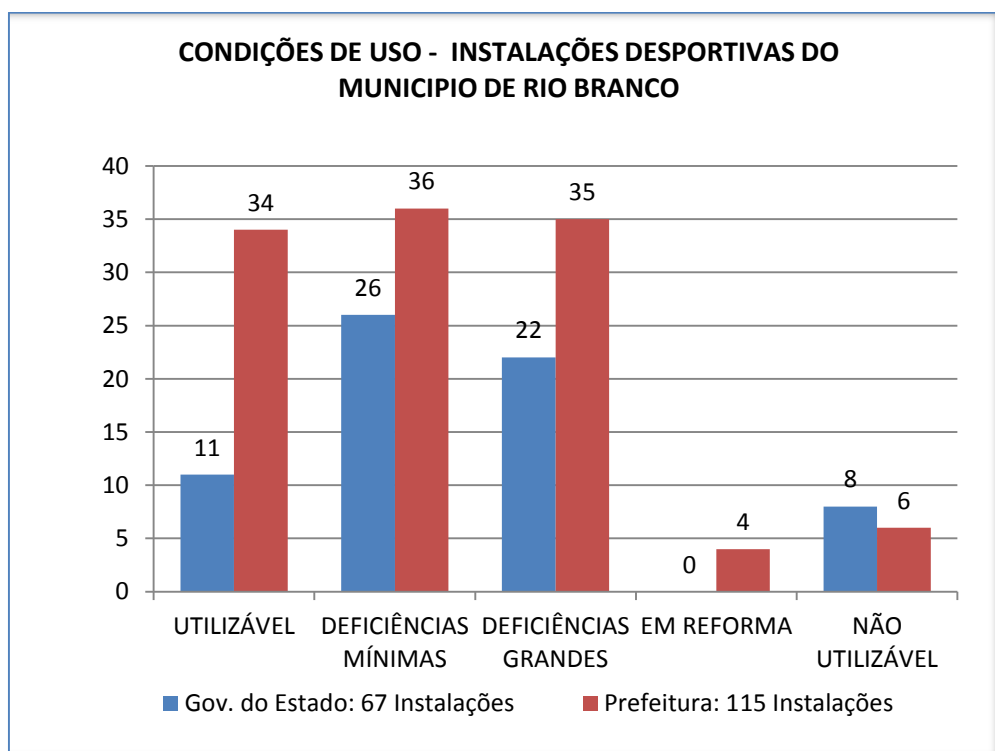
A grande maioria das instalações segundo os dados coletados apresentam-se com deficiências mínimas ou grandes.

As instalações desportivas da prefeitura com deficiências mínimas representam 31% (36) das instalações e as com deficiências grandes somam 30% (35).

Em relação às instalações do governo do Estado esse valores são maiores, pois 40% (26) das instalações apresentam deficiências mínimas e 33% (22) deficiências grandes.

No governo do Acre segundo os dados coletados, mais de 12% (8) das suas instalações desportivas estão sem condições de utilização, enquanto que na prefeitura essa condição corresponde a 5% (6) das suas instalações desportivas (gráfico 11).

Gráfico 11: Comparação do estado de conservação das instalações desportivas



No geral a maioria das instalações desportivas públicas não escolares de Rio Branco estão em condições aceitáveis de utilização por estarem apenas apresentando deficiências mínimas. Mas isso não significa que não existam várias outras instalações necessitando de atenção urgentemente.

Matos (2000) e Costa (2009b), em seus trabalhos também encontraram resultados semelhante, onde mais de 34% das instalações desportiva

encontrava-se em condições razoáveis e 35% apresentam bom estado de conservação.

Assim como também o trabalho de Costa (2013), que dentro das delimitações do seu trabalho, identificou resultados positivos considerando que 47% das instalações apresentam um bom estado 53% possuem condições razoáveis.

De acordo com Cadima et al. (2002), as instalações desportivas podem ter uma vida útil com condições utilizáveis a curto, médio e longo-prazo, dependendo de como as medidas de conservação sejam executadas.

É importante estabelecer uma política de intervenção para a manutenção das instalações desportivas através de agentes profissionalizados da área desportiva. Devendo ser respeitado o princípio transformação graduada, determinando o que tem que ser substituído, o que deve ser melhorado, o que deve ser aproveitado (Pires et al., 2005).

1.4. Distribuições das instalações desportivas no município

O município de Rio Branco possui uma divisão territorial chamada de regionais, sendo 10 na área urbana da cidade e 4 na zona rural. A prefeitura baseia-se nesta divisão para realizar seus planejamientos e operacionalizar as políticas públicas do município.

Em relação à oferta desportiva, os autores Constantino (1999), DaCosta (2005) e Sarmiento & Carvalho (2014), ressaltam a importância de equilibrar a oferta desportiva e que é necessário de utilizar de mecanismos administrativos para garantir esse equilíbrio.

Com base nisso, o inquérito buscou identificar como estavam distribuídas as instalações desportivas dentro do município, visto que as instalações desportivas públicas não escolares de Rio Branco estão distribuídas dentro de 14 regionais administrativas do município.

A pesquisa identificou que a regional com o maior número de instalações desportivas é a regional 6 (seis) de Agosto, que conta com 36 instalações desportivas e uma média populacional de aproximadamente 28.240 mil habitantes, em segundo lugar em número de instalações disponíveis é a regional Estação Experimental que conta com 34 instalações e uma população

de aproximadamente 69.631 mil habitantes, seguido da regional Cadeia Velha com 25 instalações e 60.828 mil habitantes, regional São Francisco com 22 instalações e 26.692 mil habitantes, regional Tancredo Neves com 21 instalações e 32.544 mil habitantes, regional Belo Jardim com 13 e 16.812 mil habitantes, regional Floresta com 12 instalações e 31.387 mil habitantes, regional baixada com 11 instalações e 39.909 mil habitantes, regional Calafate com 5 instalações e 12.148 mil habitantes e por último com a menor quantidade de instalações encontra-se a regional Vila Acre com 3 instalações e 10.728 mil habitantes (fonte:SMDGU).

As 4 regionais que representam a zona rural do município não foram detalhadas porque essas não possuem nenhuma instalação desportiva pública não escolar.

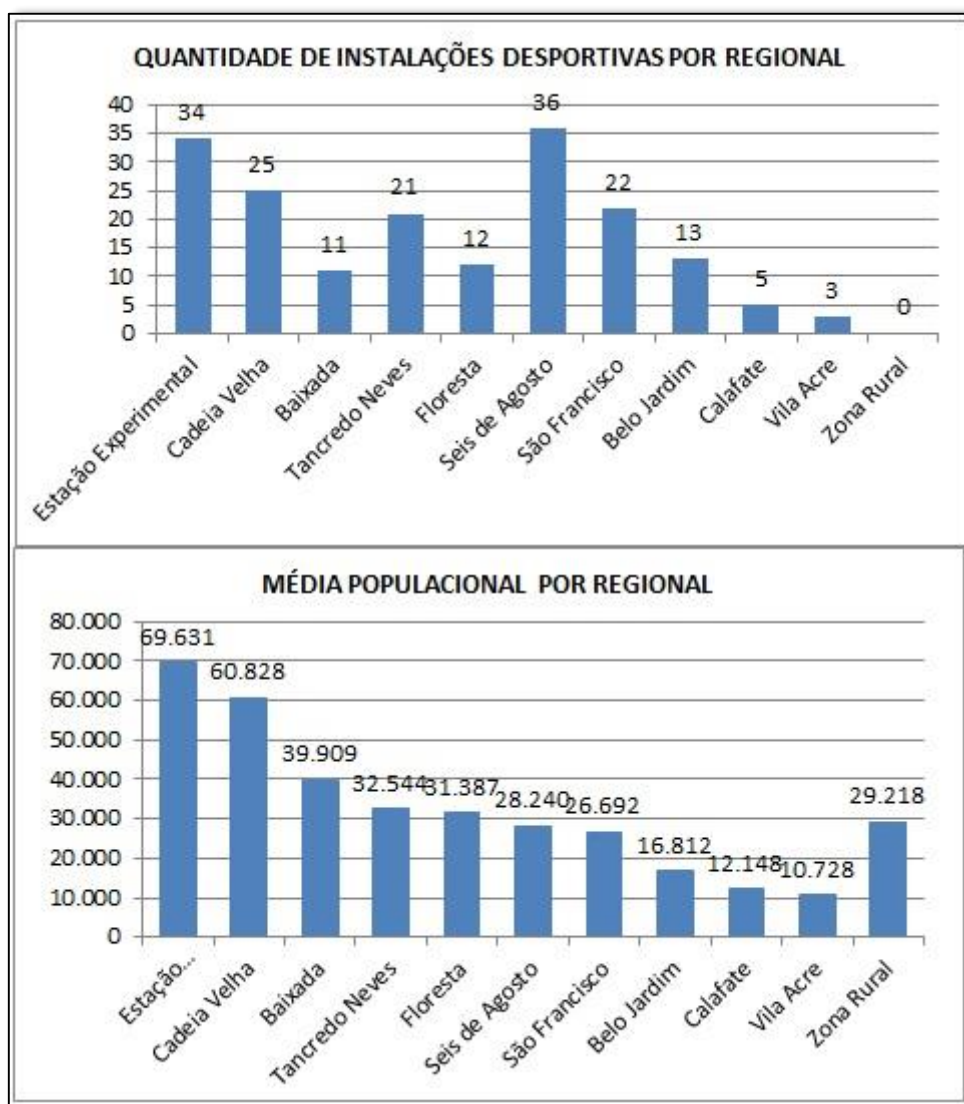
O gráfico a seguir (gráfico 12) mostra uma comparação entre a quantidade de instalações e a média populacional por regional para facilitar a comparação desses dados.

Ao analisarmos o gráfico identifica-se uma desproporção média entre a quantidade de instalação e a média populacional da regional 6 de Agosto quando comparado com as outras regionais. Esse desnível em relação à quantidade de instalações nessa regional pode ser justificado por se tratar de uma região próximo ao centro da cidade e também nessa regional se localizar o complexo esportivo cidade do esporte onde se concentram 18 instalações desportivas.

É importante também observar a inexistência de instalações desportivas na zona rural do município de Rio Branco. Mesmo essa região concentrado uma população de estimada de 29.218 pessoas (SMDGU), ainda não possui investimentos visando garantir a oferta desportiva.

No trabalho realizado por Ribeiro (1999), também foi identificado uma elevada desproporção na distribuição das instalações desportiva, quando comparado por regiões, segundo o autor “o distrito urbano nº 1 é o mais privilegiado, com quase 50% do total das instalações desportivas, enquanto os restantes distritos, apesar de concentrarem elevada densidade demográfica, possuem poucas instalações desportivas” (Ribeiro, 1999, p. 85).

Gráfico 12: Comparativo entre quantidade de instalações e População.



Diante desses quadros apresentados invocamos as palavras de Constantino (1999, p. 49), quando afirma que “a política de espaços para o desporto carece de um adequado planejamento, de modo a que este prevaleça sobre o uso espontâneo e casuístico na gestão do território”.

1.4.1. Indicadores de ordenamento - M² útil por habitantes

Conforme afirma Sarmiento & Carvalho (2014, p. 440), “o ordenamento territorial das instalações desportivas corresponde a uma das mais importantes preocupações dos gestores desportivos e dos políticos”. As políticas desportivas que se preocupam com as instalações desportivas precisam de

indicadores que classifiquem de forma geral e detalhada o nível dessa oferta (Cunha, 2007).

Por isso, no presente estudo optou-se por utilizar o índice de área desportiva útil por habitante (m^2/hab) que é o indicador mais utilizado em termos europeus para caracterizar essa oferta.

A aplicação desse índice vai nos permitir diagnosticar e analisar a situação desportiva de Rio Branco e de cada uma de suas regionais. Apesar da limitação desta pesquisa e dos dados existentes, os índices encontrados servirão para comparar a situação de Rio Branco com relação a outras cidades.

O município de Rio Branco possui uma oferta desportiva diversificada que cobre quase todas regionais, visto que infelizmente a zona rural do município é totalmente carente de instalações desportivas públicas. Contudo, termos globais e, considerando a totalidade das categorias de espaços existentes, a área desportiva útil é de aproximadamente 146 mil m^2 , para um total estimado de 358.137 habitantes.

Na tabela n.º 9 apresentam-se alguns indicadores que permitem analisar a situação atual do município e suas regionais. Contudo, apesar de útil para efeitos de avaliação comparada, não se pode esquecer das limitações que envolve este estudo, já que os valores encontrados neste trabalho correspondem apenas as instalações desportivas públicas não escolares. Provavelmente, caso houvesse a inclusão das instalações escolares públicas e privadas, esses valores poderiam até mais que dobrar.

Neste contexto, constatou-se que Rio Branco possui 145.760,73 m^2 de área desportiva útil construída, registrando uma média de 0,40 de área útil por habitante ($\text{m}^2/\text{hab.}$), apresentando uma capitação inferior à recomendada, designadamente pelo Conselho da Europa, a qual é de 4 m^2/hab .

No caso das comparações por regional, percebemos que a regional da Seis de Agosto é a que apresenta a maior média com 0,93 de área útil por habitante (m^2/hab). As regionais que apresentam os menores índices são as que incluem a zona rural na qual esse índice é 0 (zero) e a regional da Baixada que apresenta um índice de 0,20 de área útil por habitante (m^2/hab).

Tabela 9: Indicador M²/Habitante de Rio Branco.

Nome da Regional	Estimativa Populacional (SMDGU)	Nº de Instalações Desportivas	M ² de Área Desportiva Útil Construída	M ² /Hab.
Estação Experimental	69.631	34	37.202,88	0,53
Cadeia Velha	60.828	25	22.340,22	0,36
Baixada	39.909	11	8.196	0,20
Tancredo Neves	32.544	21	16.124,14	0,49
Floresta	31.387	12	8.029,43	0,25
Seis de Agosto	28.240	36	26.496,85	0,93
São Francisco	26.692	22	13.590,08	0,50
Belo Jardim	16.812	13	6.997,29	0,41
Calafate	12.148	5	2.737,04	0,22
Vila Acre	10.728	3	4.046,8	0,37
Zona Rural	29.218	0	0	0
Total do Município de Rio Branco				
Rio Branco	358.137	182	145.760,73	0,40

Tabela 10: Área útil das instalações existentes em Rio Branco.

Tipo de Instalação	Índice de Referência*	Área desportiva útil/hab. (Rio Branco)
Geral	4,0 m ² / habitante	0,40 m ² / habitante
Grandes campos	2,00 m ² / habitante	0,14 m ² / habitante
Quadras (pequenos campos)	0,65 m ² / habitante	0,18 m ² / habitante
Salas	0,09 m ² / habitante	0,0007 m ² / habitante
Piscinas descobertas	0,04 m ² / habitante	0,0003 m ² / habitante

* Valores extraídos das “Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos” da DGOTDU, citado por Cunha (2007).

Ainda de acordo com os valores de referência internacional, e agora numa análise separada por tipologias de equipamentos, observa-se que as instalações desportivas do município de Rio Branco dentro das limitações do deste estudo, apresentam um índice muito abaixo dos recomendados e utilizados na Europa (tabela 10).

Nhabomba (2013), no trabalho realizado no município de Inhambane em Moçambique, encontrou valores na ordem de 0,28 m²/ por habitante de área desportiva útil. O referido estudo identificou valores inferiores aos encontrados nesta pesquisa, mesmo tendo incluído instalações públicas escolares e privadas na sua amostra.

Trabalho semelhante realizado por Matos (2000), no município de Santo Tirso, apesar de amostra também incluir instalações escolares e particulares, o autor identificou uma área desportiva útil de 1,94 m²/ habitantes. Esse trabalho corrobora diretamente este estudo quando o autor firma que o município ainda possui resultados que ainda estão longe da norma de programação europeia.

Segundo as cartas desportivas das câmaras municipais de Lisboa e de Porto, esses municípios apresentam áreas desportivas úteis na ordem de 1,61 e 1,70 respectivamente. De acordo com Feitais (2008), esses valores são considerados bons quando comparados à média portuguesa que é de 2,3 m²/hab registrada em 2004, e muito próximo da média global conforme o objetivo de cobertura proposto pelo conselho da Europa e pelo conselho internacional para a educação física – UNESCO.

2. Discurso empírico: gestão das instalações desportiva no município de Rio Branco

Nesse momento, com base no discurso dos gestores públicos responsáveis pelo desporto no município, será analisada a política desportiva adotada pela gestão em relação às instalações desportivas do município. Pois, segundo o que afirma Constantino (2006), o poder público possui a responsabilidade em matéria de desenvolvimento desportivo, sendo necessário criar e dar condições para que os cidadãos tenham acesso às atividades físicas e desportivas.

Para Correia (2009), nos últimos anos, o setor desportivo tem tido uma grande intervenção dos governos, o que leva a considerar o Desporto, especialmente o não competitivo, ser um bem de interesse público e de natureza eminentemente social que tem vantagens para o bem-estar da sociedade no seu todo, legitimando assim a sua promoção e financiamento.

Os gestores do Desporto no município devem definir políticas desportivas centradas na promoção do desporto visando fomentar hábitos de vida saudáveis na ocupação do tempo livre da população, disponibilizando instalações desportivas em condições adequadas para a prática desportiva.

Por isso, considerando a importância reconhecida ao poder público na promoção de atividades desportivas, irão ser analisadas as respostas desencadeadas pelos gestores públicos do desporto que são atualmente os responsáveis pela gestão das instalações desportivas públicas não escolares e pela promoção do Desporto junto da população do Município de Rio Branco.

Para identificação das respostas obtidas na entrevista, utilizaremos Entrevistado 1 para o secretário estadual de esporte e Entrevistado 2 para o secretário municipal de esporte.

2.1. – Área 1: Desporto, Sociedade e Poder Público

O Desporto, nas suas diversas vertentes constitui um dos fenômenos sociais identificados nos últimos anos e que foi se alastrando aos diversos setores da sociedade, invadindo áreas como a política, a economia, a tecnologia, a saúde e a cultura.

É uma expressão da sociedade moderna que também vem evoluindo e se modificando conforme afirma Bento (1995, p. 231), quando diz que “cada época tem o seu Desporto porque tem o seu cidadão. Um e outro resultante de mutações sociais, sobretudo no plano dos valores, dos direitos, dos interesses, dos problemas e das necessidades”.

O Desporto na sociedade é cada vez mais um bem para todas as pessoas que o praticam e representa um meio importante para alcançar vários benefícios fisiológicos, psicológicos e sociais (Pereira, 2009).

No discurso dos entrevistados é possível verificar que ambos compartilham da mesma opinião, pois eles veem o Desporto como uma

importante ferramenta social de formação, transformação e libertação. Onde o desporto é capaz de formar o cidadão e o atleta, colaborando assim para a transformação da sociedade e muitas vezes libertando dos males que assolam as sociedades.

Percebe-se também em ambos, que a política pública do município tem um direcionamento maior para o Desporto de participação (Desporto para todos), visando o lazer, saúde e qualidade de vida.

Entrevistado 1: “(...) o esporte, ele vem colaborar com a sua questão física, mental, mas principalmente com a formação do cidadão. Eu acho que além do atleta, a gente também forma pessoas,(...) ele consegue aglutinar todos esses aspectos na formação de uma sociedade. (...) temos contribuído muito com a melhoria na qualidade de vida das pessoas, mas principalmente nessa briga ferrenha que nós temos contra a prostituição, a droga e a violência eu acho que o desporto vem para colaborar e vencer essa guerra (...)”.

Entrevistado 2: “(...) estamos em uma nova etapa na política pública de esporte e lazer na nossa cidade no nosso município(...) nossa política é voltada exatamente pra área social, para o esporte de participação, esporte comunitário, ou seja, para as comunidades, para os bairros, tentando fazer com que as pessoas tenham a possibilidade de acesso à prática e aos espaços, e ao uso de esporte e lazer da nossa cidade. (...) um exemplo disso é o calendário esportivo de Rio Branco com muitos eventos e todos voltados para as comunidades, então a gente entende que como esta na pergunta ai, o desporto social está realmente alcançando seu objetivo”.

Os gestores entrevistados também concordam ao afirmar que o poder público através das políticas para o Desporto no município vem cumprindo o seu papel.

Os resultados desta pesquisa concorrem com os resultados encontrados no trabalho realizado por Catarino (2010), quando a autora também concluiu que a política municipal estava centrada no conceito de Desporto para todos, visando à mobilização da população em geral para a prática de atividade física diária tendo como objetivo tirar as pessoas do sedentarismo.

Resultados diferentes também foram encontrados por Costa (2010), quando concluiu no seu trabalho que as políticas para o desporto para todos, não se efetivava em plenitude.

O poder público deve promover o desenvolvimento desportivo com base nas políticas públicas desportivas centradas no cidadão. Estas não devem ser apenas sustentadas pelas necessidades básicas, estruturando apenas o desporto numa perspectiva de saúde, bem-estar e qualidade de vida das populações. É evidente e imprescindível que estas entidades procurem novos caminhos, novas linhas orientadoras, novas políticas públicas desportivas que contribuam para o desenvolvimento desportivo local (Januário, 2010).

O Desporto é um direito constitucional do cidadão na qual o Estado, ou seja, o poder público tem a obrigação de garantir e estimular, pois ele é o principal fomentador através de políticas públicas para o Desporto.

Em relação ao o que o poder público tem feito para garantir o direito constitucional de acesso à prática desportiva, os entrevistados corroboram afirmando que a criação de políticas públicas específicas visando o acesso indiscriminado ao Desporto é o caminho tomado por ambos, nos quais vão desde a construção e instalações desportivas até a criação de programas e atividades específicas visando a participação direta da comunidade, contudo, concordam que ainda existe muito a ser feito. Conforme apresentamos na descrição abaixo:

Entrevistado 1: “(...) além de ter na questão da construção dos espaços físicos de desporto, mas principalmente na questão dos investimentos na questão econômica, no crescimento das vagas oferecidas nas universidades tanto pública como privada (...) também na questão da contratação, dos convênios com as federações e associações, a participação de atletas através de bolsas que também criado pela própria secretaria, então eu acho que o papel fundamental enquanto instituição e Estado a gente tem colaborado, precisamos avançar muito mais, mas esses avanços precisa ser dialogado com toda a sociedade”.

Entrevistado 2: “(...) primeiro tem proporcionado um diálogo direto com a sociedade civil, com as pessoas, com as comunidades através do conselho municipal de esporte e lazer que é um instrumento de gestão, participação e financiamento da política de esporte e lazer, de certa forma moderna aqui pra nossa cidade e é a possibilidade muito grande que nós temos dessa relação. Segundo é a própria proposta de oferecimento de atividades dentro dos programas que nós temos, como por exemplo, o calendário esportivo de Rio Branco e outros programas que nós temos voltados inclusive pra espaços e equipamentos e depois é a própria participação direta da comunidade nessas atividades em esses espaços”(...

Estando de acordo com Carvalho (1994), quando o autor aponta que o poder público assume um papel fundamental na difusão e desenvolvimento do desporto, tendo como principal objetivo facilitar o acesso à prática desportiva a todos os cidadãos independentemente da sua situação econômica e social.

Corroborando com o assunto Tubino (2001), fala que o governo estadual e municipal deve destinar recursos para as atividades esportivas em geral, promover eventos esportivos sob diversas formas e principalmente entender o esporte como uma das prioridades municipais relacionadas à qualidade de vida das pessoas.

O Desporto tem uma função social de interligação entre as pessoas, de respeito pelo próximo, pelo adversário, de convivência e de ética pela vida, portanto, o desporto alia-se à função social dado que fomenta a relação entre os indivíduos, entre os atletas, entre os adeptos e entre as massas (Paipe, 2013).

2.2. Área 2 – A importância das instalações Desportivas para o município

As Instalações Desportivas são fundamentais para fomentar a prática do desporto na sociedade, pois são através delas que acontecem as atividades esportivas que necessitam de instalações adequadas.

Uma cidade ou comunidade pode ser caracterizada desportivamente com base na quantidade e tipologias de instalações presente naquele meio. O estimo a prática desportiva esta diretamente relacionada com a oferta que lhe é disponibilizada, ou seja, é pouco provável encontrar uma criança ou adulto que nunca teve acesso a uma quadra de tênis dizer que gosta de jogar tênis.

Por isso, as instalações desportivas são entendidas como os espaços, ambientes e infraestruturas para as práticas do desporto (Ribeiro, 1999); é por meio da gestão desses equipamentos que se permite a democratização do desporto. Com isso, o desporto gera a necessidade de um espaço adequado para sua prática (Pedroso, 2010).

O processo de oferta e procura dessas instalações obriga os gestores a adotarem estratégias adequadas para garantir o funcionamento adequado e consequentemente conseguir atender as demandas da sociedade.

Na área de instalações desportivas, a análise do discurso dos gestores entrevistados fica claro que ambos concordam que não existia até então uma concepção definida de instalações desportivas para o município, nem muito menos uma política definida para as instalações, distribuição e ocupação. Porém, os gestores também comungam da ideia de que agora é um novo momento, onde precisam avançar e isso deve ser discutido direto com a comunidade e com profissionais capacitados.

Entrevistado 1: “Eu acho que nós precisamos avançar muito mais, eu acho que esse é o nosso grande desafio, eu acho que agora nesse momento com o crescimento dos profissionais, eles precisam ser ouvidos(...) compartilhar com as pessoas que de fato são os orientadores da questão da Educação Física no Estado do Acre, aqueles que tem formação e aqueles também que da sua forma carinhosa lá na ponta dentro das comunidades fazem”.

Entrevistado 2: “É um novo momento, considerando que anteriormente nós não tínhamos uma política definida desses espaços, não nem das construções, nem da distribuição, nem do uso da ocupação”.

Apesar dos gestores afirmarem que não existia uma concepção definida de instalações desportivas para o município, foi possível identificar com base nos levantamentos realizados através do inquérito de coleta de dados, que as instalações desportivas públicas não escolares possuem um perfil mais voltado para instalações desportivas de base formativas, correspondendo a um percentual de 78% (143) das instalações do município. Já as instalações desportivas especializadas e ao espetáculo correspondem em média a 5% do total das instalações desportivas.

Resultados diferentes foram encontrados por Januário (2010), onde no seu trabalho ele concluiu que as instalações e equipamentos eram dirigidos basicamente ao desporto de competição e ao espetáculo.

Cunha (2007), lembra que as concepções de instalações desportiva existentes numa comunidade, podem expressar as características peculiares da região ou da população que utiliza o espaço, além de exercer um papel fundamental de desenvolver a prática desportiva.

Em relação à importância das instalações desportivas para o município, também não há divergências entre os entrevistados, pois, ambos as

consideram fundamentais. Segundo eles, as instalações desportivas contribuirão diretamente com desenvolvimentos o Desporto, aumentam a qualidade de vida e conseqüentemente diminuem o impacto negativo nas áreas, como violências, drogas e o baixo nível escolar por exemplo. Além de promover o município através de eventos e competições de alto rendimento.

Entrevistado 1: *“É fundamental, eu acho que a partir daí nós vamos ter uma comunidade, uma população sadia, eu acho que a construção de espaços esportivos, de estruturas esportivas trás a possibilidade de ter um povo com uma saúde melhor, com investimentos nessas áreas nos podemos ter, menos investimentos na educação, menos investimentos na saúde, menos investimentos na segurança, esporte ele chega primeiro”.*

Entrevistado 2: *“Fundamental porque contribui diretamente para minimizar o impacto negativo e o impacto negativo em muitas áreas, violência, por exemplo(...) contribui realmente para melhoria da qualidade de vida é das pessoas e não temos dúvidas que nós estamos cumprindo essa parte é com muita propriedade”.*

Esse entendimento por parte dos gestores vai de encontro ao que coloca (Gallardo & Jimenez, 2004), quando afirma que as instalações desportivas são consideradas como um fator básico para o desenvolvimento desportivo e fundamental para a realização da prática desportiva.

Percebe-se que as instalações desportivas são fundamentais para as práticas desportivas, pois, sem eles, a prática torna-se uma atividade obsoleta e impossível. Sarmiento (2002, p. 18), reforça essa importância ao dizer que “a prática de atividades físicas pressupõe, como primeira condição, a existência de locais apropriados à sua efetivação”.

As instalações desportivas são espaços qualificados que oferecem condições materiais e efetivas para que o Desporto aconteça.

2.3. Área 3 – Planejamento e distribuição espacial das instalações desportivas

O planejamento de instalações desportivas tem um papel intrínseco de antecipação, buscando evitar supostos problemas ou surpresas no futuro, ou seja, presumindo o que pode acontecer e imediatamente buscar soluções para os prováveis empecilhos.

Pedroso (2010), corrobora com o assunto dizendo que o planejamento de equipamentos desportivos é um processo fundamental para a qualidade na gestão, pois será com a planificação do equipamento que se pretende estabelecer os objetivos a serem alcançados, bem como definir o modelo de gestão que será empregado.

A distribuição espacial das instalações desportivas é fundamental para manter um equilíbrio na oferta desportiva no bairro, região ou cidade, obedecendo a uma adequada articulação com os demais fatores de desenvolvimento desportivo local.

Cunha (2007), alerta que uma instalação desportiva pode ser desprestigiada ou desmobilizadora quando construída próximo a um lugar onde já existe outra instalação com funções semelhantes.

Nesse sentido, na entrevista realizada com os gestores públicos revela que não há divergências nos discursos quanto à formulação do planejamento das instalações desportivas, pois, ambos afirmam que antigamente não havia essa preocupação por nenhum órgão e isso ocasionou a distribuição das instalações muitas vezes de forma aleatória provocando o desequilíbrio em relação à distribuição das instalações dentro das regionais.

Fica claro no discurso dos entrevistados que ambos entendem que esse planejamento é o novo desafio para gestão, onde ambos afirmam que agora a gestão tem o cuidado de conversar com os parlamentares que direcionam recursos para construção de novas instalações desportivas e com a comunidade, com o objetivo de analisar as carências e amenizar os desequilíbrios existentes.

Entrevistado 1: *“(...) a partir de agora nós temos que formular com as pessoas que de fato são formados na área, eu acho que a partir dessa compreensão que o Estado tem que ter, nós vamos poder avançar muito, eu acho que as vezes a gente faz, mas faz sem ouvir tanto as pessoas”(...).*

Entrevistado 2: *“É, anteriormente, nós temos certeza que muitos equipamentos foram distribuídos aleatoriamente na cidade(...)algumas regionais são bem servidas de equipamentos esportivos, mas nós temos outras que tem carência dessa distribuição(...)não havia um*

planejamento prévio para indicação da forte aplicação desses recursos, porém agora nós temos o cuidado até de conversar com os parlamentar para que eles indiquem ou carimbe recursos e emendas já direcionadas para as regionais que são mais carentes”.

Esses resultados coincidem com os encontrados no trabalho realizado por (Pedroso, 2010), onde também apontou a participação popular no planejamento.

Porém os gestores divergem quanto ao órgão responsável por esse tipo de planejamento, pois para o secretário municipal de esporte o planejamento é realizado em conjunto entre a secretaria de obras do município e a secretaria municipal de esporte. Já o secretário estadual de esportes coloca que esse trabalho é feito pela própria equipe técnica da secretaria, não havendo uma preocupação de formar uma equipe multidisciplinar conforme defende Ribeiro (2011).

Em se tratando da distribuição das instalações desportivas no município, não foi encontrado divergências entre os resultados encontrados por este estudo através do inquérito visando a caracterização das instalações e o discurso dos gestores, pois, realmente existe uma desproporção relacionada a distribuição das instalações desportivas quando comparadas as regionais existentes.

Foi possível perceber que as regionais, Estação Experimental (33 instalações) e Seis de Agosto (36 instalações) possuem a maior quantidade de instalações desportivas, o que corresponde a mais de 38% (69) das instalações do município, porém a regional Baixada que é a terceira em contingente populacional e possui um número três vezes menor (11 instalações) de instalações desportivas que as regionais citadas anteriormente.

Quanto a existências instrumentos para orientar o planejamento urbanístico, os entrevistados são divergentes. O secretário estadual afirma que desconhece a utilização de algum instrumento afirmando que esse é o grande desafio da gestão e completa dizendo que preciso georeferenciar a cidade para poder ter uma dimensão de onde deve haver moradias e onde as instalações precisam estar.

Entrevistado 1: *“(...) eu desconheço, na verdade eu acho que é o grande desafio(...) então nós precisamos eu acho geoferenciar a cidade de Rio Branco, dimensionar onde tem que ser espaço esportivo, onde tem que ser moradia”(...).*

Porém, o secretário municipal afirma que já existe um trabalho de identificação das áreas onde há o maior e menor número de instalações no espaço urbano visando orientar tomadas de decisão no futuro.

Entrevistado 2: *“(...) é a identificação das áreas, dos espaços é das regionais onde há o menor número de ocupação especialmente nos espaços urbanos vazios considerando que aquela regional onde há esse grande número de espaços vazio urbano, também a gente identifique a ausência de equipamentos esportivos e ou, de outros, de outras políticas públicas, então dessa forma a gente identificando é mais fácil, procuramos fazer assim, dirigir que esses equipamentos sejam voltados e indicados e implementados naquela regional”.*

A preocupação em utilizar instrumentos de planejamento vai de encontro ao que descrevem Ribeiro (2011), Cunha (2007) e DaCosta (2005), ao afirmarem que o planejamento deve ser conduzido com bases sólidas e um roteiro de princípios convincente, pois as instalações bem sucedidas não são obras do acaso, são na verdade resultados de uma iniciativa resultante de planos urbanísticos a longo prazo.

Em relação ao discurso dos entrevistados sobre a quantidade e tipos de instalações desportivas geridas pelas secretarias, eles não souberam dizer o número exato de instalações, mas ambos tentaram estimar um número aproximado. O secretário estadual de esporte relatou que existe em torno de 12 espaços esportivos, dos quais ele relaciona apenas o estádio de futebol, ginásio poliesportivo, quadras do complexo esportivo da Cidade do Esporte. O secretário municipal de esporte afirma que sobre a sua gerência existem aproximadamente 80 instalações desportivas, entre estas ele descreve quadras de areia, quadras poliesportivas cimentadas, quadras poliesportivas descobertas, quadras de grama sintética, além de relatar a implementação de novas instalações em breve.

Quando perguntados se consideram que a quantidade de instalações desportivas do município de Rio Branco são suficientes para atender as

necessidades da população, não há divergência entre os entrevistados, pois ambos acreditam que o município está bem servido de instalações desportivas.

O mesmo resultado foi encontrado por Costa (2010), onde os gestores municipais também consideraram as instalações desportivas como suficientes.

Já o trabalho realizado por Matos (2000), o autor concluiu que as instalações desportivas existentes no conselho de Santo Tirso eram insuficientes para satisfazer a demanda desportiva.

Comparando as respostas dos gestores do município de Rio Branco com a caracterização das instalações realizada nós, percebemos que os gestores não possuem total conhecimento do número de instalações desportivas sobre sua responsabilidade no município, pois o levantamento identificou que das 182 instalações desportivas públicas não escolares do município de Rio Branco, 67 são de propriedade do governo do Estado e 115 da prefeitura municipal. O gestor estadual foi o que de acordo com a sua resposta, mas se distanciou da realidade encontrada através deste inquérito, mesmo levando em consideração que o complexo esportivo citado por ele possui 18 instalações entre quadras e campos.

Essa discordância entre as respostas dos secretários e este diagnóstico em relação a quantidade de instalações desportivas, mostra que os gestores ainda não conhecem a real estrutura que os envolve. Isso nos remete a reflexão feita por Costa (2009a, p. 342) e Januário (2010), sobre o discurso político, onde as manifestações discursivas não se materializam de forma simples e prática, por isso não devemos ficar “surpreendidos com a não concordância entre o discurso e as práticas”.

2.4. Área 4 – A gestão das instalações desportivas

Por gestão de instalações desportivas, entende-se o conjunto de procedimentos que têm por objetivo sua melhoria social, desportiva ou econômica (Constantino, 1999). Deve garantir a melhor prestação e serviço de qualidade cumprindo os parâmetros de eficiência, eficácia e economia (Gallardo & Jimenez, 2004).

Segundo Pedroso (2010), a gestão de instalações desportivas é uma tarefa complexa, exige a coordenação de várias atividades cheias de

peculiaridades que iniciam desde a concepção à construção dos equipamentos, tendo que assegurar os recursos necessários para seu funcionamento e ter de empreender soluções rápidas para os desafios que surgem cada vez mais no seio da sociedade.

Os gestores desportivos do município de Rio Branco quando inquiridos sobre qual o modelo de gestão das instalações desportivas não houve divergências, todos afirmaram que se trata de uma gestão direta. O gestor estadual reflete sobre a importância de no futuro incluir a participação popular na gestão. Já o gestor municipal destaca que o processo de participação popular já é uma realidade nessa nova fase da gestão, onde os conselhos populares, associação de moradores decidem de que forma a instalação deve ser utilizada.

Quando perguntados se existe algum outro órgão público que auxilia na gestão das instalações, os entrevistados convergem. O município destaca o auxílio dado pela Secretaria Municipal de Obras – SEMOP e da Empresa Municipal de Urbanização – SEMSUR, que apoiam na infraestrutura e limpeza respectivamente. Já o gestor estadual destaca a prefeitura municipal de Rio Branco como principal apoiador em relação à limpeza externa dos espaços.

Os resultados encontrados nesta pesquisa corroboram como os encontrados por Paipe (2013) e Costa (2013), nos quais também indicaram que o modelo usado era a gestão direta.

2.5. Área 5 – Manutenção das instalações desportivas

A manutenção é um dos processos que fazem parte da gestão das instalações desportivas, é fundamental, pois é mediante a manutenção das instalações que se busca conservar os investimentos feitos desde sua construção.

Cunha (2007), define a manutenção dos equipamentos como o conjunto de esforços necessários para colocar os materiais e os espaços em estado de prontidão ou prolongamento do seu ciclo de vida.

Em relação aos critérios para a realização da manutenção das instalações desportiva, os gestores entrevistados divergem sobre o tema. O gestor estadual aponta como critério o pedido e o apelo popular, ocasionado

por ainda não terem o controle geral do estado de conservação das instalações. Já o gestor municipal não aponta a existência de critérios, apenas ressalta a importância e relata a dificuldade de se garantir recurso específico para esse fim.

Entrevistado 1: *“Eu acho que é de acordo a demanda né, nos estamos tratando de recursos públicos, a demanda vai chegando, a capitação de recursos tem que acontecer de acordo as condições”.*

Entrevistado 2: *“Ai nós temos que identificar as prioridades obviamente e de forma hierárquica pela gravidade dessas prioridades é que a gente vai botando na programação”.*

Por fim, ambos corroboram da mesma opinião quando se trata da frequência que as manutenções acontecem, os gestores afirmam que não existe uma frequência instituída, de forma que elas que acontecem de acordo com o tipo e a gravidade do problema apresentado na instalação, portanto, sendo realizadas apenas manutenções corretivas.

Resultados semelhantes ao nosso foram encontrados no trabalho realizado por Pedrosa (2010), no município do Recife.

Esses resultados divergem com o que apresenta Cunha (2007) e Gallardo & Jimenez (2004), quando afirma que para que a instalação desportiva possa dar qualidade aos seus utilizados, é fundamental haver uma manutenção de rotina, para que ela se mantenha conservada e sempre pronta pra cumprir o seu papel.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Ao atingir o momento final deste trabalho, serão apresentadas as principais conclusões, primeiramente em relação à caracterização das instalações desportivas públicas não escolares do município de Rio Branco e num segundo momento os principais aspetos da sua gestão:

1 – Quanto à caracterização e tipologias:

- Apurou-se a existência de 182 instalações desportivas públicas não escolares no município de Rio Branco, a prefeitura municipal é a detentora da maior quantidade correspondendo a 63% (115) das instalações e o Governo do Estado possui 37% (67) das instalações. Entendemos como razoável essa diferença na quantidade apresentada, visto que a prefeitura é mais próxima do cidadão e mais presente nos bairros;
- A cidade do Porto em Portugal em 2009 já possuía mais de 1000 instalações desportivas entre públicas e privadas para uma população de aproximadamente 237 mil pessoas. O município de Rio Branco que hoje possui uma população estimada em 357 mil pessoas possui apenas 182 instalações desportivas públicas não escolares, o que revela ser um número muito baixo mesmo levando em consideração a limitação do nosso estudo;
- De acordo com a classificação utilizada a maioria das instalações desportivas analisadas são classificadas como instalações desportivas de base-formativas, que correspondem a 78% (143) do total da amostra, seguidas das instalações desportivas de base-recreativas que correspondem a 17% (31). As instalações desportivas especializadas e para o espetáculo juntas correspondem a menos de 5% (8) do total das instalações. A cidade da Beira em Moçambique e o conselho de Fafe em Portugal também são exemplos localidades onde se predominam instalações desportivas de base-formativa;
- Verificou-se que a Prefeitura possui mais de 66% (115) do total das instalações de base recreativas e de base-formativa, já o Governo do Estado é o único que possui instalações desportivas especializadas e para o espetáculo;
- Apesar da predominância do clima quente na maior parte do ano, as quadras descobertas (pequenos campos) são as instalações desportivas mais

presentes, correspondendo a 62% (114) do total, prevalecendo a areia como tipo de piso mais utilizado. Já as piscinas descobertas são as instalações que apresentam a menor quantidade, correspondendo a apenas 2% (3) do total da amostra, o que é um percentual muito baixo principalmente por se tratar de uma região quente, além do que o investimento nesse tipo de instalação seria uma vantagem competitiva em relação a regiões com climas mais frios;

- Em relação ao estado de conservação das instalações desportivas, mais de 66% (119) da amostra apresentam deficiências mínimas ou grandes, capazes de condicionar a sua utilização. A prefeitura e o Governo do Estado precisam corrigir essa situação, pois, mesmo quando suas instalações são analisadas de forma separadas, os percentuais continuam entre a casa dos 61% nas instalações a cargo da Prefeitura e 70% nas instalações do Governo do Estado. Outro dado preocupante é que no caso das instalações do Governo do Estado existem 11% sem qualquer condição de utilização.

- Sobre a distribuição espacial das instalações desportivas no município, é fundamental que haja uma atenção especial por parte do Poder Público para com esse ordenamento, visto que se percebe um grave desequilíbrio. A regional da Seis de Agosto é a mais privilegiada em relação à quantidade de instalações desportivas (36), apesar de não possuir o maior índice populacional do município. Já a zona rural mesmo possuindo características diferentes possui um índice populacional maior que a regional da Seis de Agosto, e não possui nenhuma instalação desportiva.

- Com base nos indicadores europeus, conclui-se que é necessário construir mais instalações desportivas para atender a demanda do município, visto que as quantidades de instalações existentes são notoriamente insuficientes, pois, apresentam uma média de 0,40 m²/hab (de área útil por habitante), muito abaixo da média recomendada pelo conselho da Europa que é de 4m²/hab. Mesmo sabendo das limitações do presente estudo, com a não inclusão das instalações escolares, clubes e privados estes não ultrapassariam em mais de 100% do valor encontrado por esta pesquisa, o que mesmo assim ainda não permitira atingir os valores recomendados.

2 – Quanto á gestão:

- Governo do Estado e Prefeitura entendem o Desporto como meio de formação e transformação social e as suas políticas desportivas são executadas diretamente através das respectivas secretarias de Esporte;
- O Desporto de participação popular tem sido a prioridade perante o poder público (quer estadual, como municipal);
- O poder público reconhece a importância das instalações desportivas para o desenvolvimento da prática desportiva, mas apesar de possuir a grande maioria das suas instalações de base-formativa, os gestores afirmam não possuírem uma concepção pré-definida das suas instalações. Isso é ocasionado pela falta de um planejamento sobre a realidade desportiva local;
- Em relação ao planejamento das instalações desportivas ficou evidente a não existência de mecanismos de planejamento, concepção e distribuição espacial das instalações, primeiro através do discurso dos gestores que confirmam a sua não existência e em segundo lugar pela análise dos dados coletados que comprovam esse desequilíbrio entre as diversas regiões;
- Os gestores públicos consideram que em relação à quantidade de instalações desportivas o município está bem servido, mas essa conclusão é feita de forma muito empírica, haja vista que eles não usam como base nenhum tipo de ferramenta que possa embasar essa definição. Isso comprova a necessidade de ter um instrumento que sirva de orientação para a implantação das instalações desportivas.
- Em relação ao modelo de gestão das instalações desportivas, mesmo os gestores afirmando que há uma colaboração da comunidade e outros setores públicos, não há dúvidas que ela é uma gestão direta do município ou do Governo do Estado. As instalações desportivas do município do Recife também apresentam o mesmo modelo de gestão;
- Através do discurso dos gestores, ficou claro que não existe uma política de manutenção das instalações desportivas, essas só recebem manutenções corretivas quando apresentam problemas graves. Essa situação explica o alto percentual de instalações que apresentam deficiências o que acarreta na diminuição do acesso a prática desportiva.

RECOMENDAÇÕES

Deste modo entende-se que para o desenvolvimento de uma política desportiva é fundamental que existam instalações desportivas eficientes e que atendam as necessidades e características locais.

Dadas às conclusões apresentadas nesse estudo, apresentam-se algumas recomendações:

- Fazer um mapeamento completo das instalações desportivas existentes no município para que esses dados sirvam de base para a criação de critérios específicos para o planeamento desportivo local, o que posteriormente também servirá para orientar as tomadas de decisão;
- Aumentar o número de instalações desportivas disponíveis no município, e essas novas instalações devem ser concebidas através de um planeamento que leve em consideração as características e o equilíbrio na distribuição espacial e dos diversos tipos de praticas desportivas visando corrigir as deficiências existentes;
- Priorizar pela construção de quadras desportivas cobertas, visando garantir sua utilização por um período maior de horas durante o dia, visto que o clima quente da região inviabiliza a sua utilização continua. A cobertura aumenta o custo total da obra, mas em compensação aumentara também a qualidade disponível ao cidadão;
- Construir instalações desportivas com piso sintético e de madeira, haja vista que hoje não existe nenhuma disponível no município. O número de instalações com piso de areia é alto e esse tipo de piso limita a prática de algumas modalidades esportivas;
- Garantir a vitalidade e longevidade das instalações desportivas e para isso, deve-se estabelecer um plano sistemático de manutenção e conservação das instalações onde também sejam garantidos recursos específicos para essa finalidade;
- Iniciar a implementação de uma gestão compartilhada através de parcerias público/privadas, onde responsabilidades e custos de manutenção serão compartilhados, desafogando assim a sobrecarga que existe sobre o poder público;

- Deixar de usar o empirismo com mecanismo de gestão, garantindo que os gestores e técnicos tenham formação específica em gestão desportiva.

Tendo em vista que os objetivos desta pesquisa eram caracterizar e analisar a gestão das instalações, espera-se ter contribuído e que os resultados encontrados sirvam de apoio e orientação para os gestores desportivos do município em busca de uma gestão mais centrada no planeamento.

Espera-se que o caminho agora iniciado tenha continuidade, sendo aperfeiçoado e enriquecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia

- Almeida, A. M. (1997). *Crescimento Urbano e Êxodo Rural: o caso de Rio Branco (1970 - 1991)*. Rio Branco - AC: Universidade Federal do Acre. Dissertação de apresentada a
- Almeida, J. (2012). Planejamento e Programação de Instalações Desportivas Municipais. In J. Bento & J. Constantino (Eds.), *Desporto e Municípios: Políticas, práticas e programas* (pp. 147-173). Lisboa: Visão e Contextos.
- Atlas Desportivo da Cidade do Porto. Consult. 20 de Julho de 2014, disponível em <http://www.cm-porto.pt/files/atlasdesportivocidadeporto.pdf>
- Barbosa, E. (2006). *O Desporto em Vila Nova de Gaia - A Adequação da Política Desportiva do Conselho face ao Planeamento Desportivo*. Porto: Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Barros, A., & Lehfeld, N. (2000). *Fundamentos da Metodologia: Um Guia para iniciação científica*. (2ª ed.). São Paulo: McGraw-Hill.
- Bento, J. O. (1991). Novas Motivações, modelos e concepções para a prática desportiva. In *O Desporto do século XXI* (pp. 113-146). Câmara Municipal de Oeiras.
- Bento, J. O. (1995). *O outro lado do desporto*. Porto: Campos das Letras.
- Bento, J. O. (2004). *Desporto - Discurso e substância* (Vol. Saberes do Desporto). Porto: Campo das Letras.
- Bento, J. O. (2005). Do Homo Sportivus: Entre a Utopia e a preocupação. *Povos e Cultura*(9), 25-40.
- Bento, J. O. (2007). Em Defesa do Desporto. In J. O. Bento & J. M. Constantino (Eds.), *Em Defesa do Desporto*. Porto: Almedina.
- Bento, J. O., & Bento, H. C. B. (2010). Desporto e Educação Física - acerca do ideal pedagógico. In J. O. Bento, G. Tani & A. Prista (Eds.), *Desporto e Educação Física em Português* (pp. 13-36). Porto: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a Entrevistar: Como fazer entrevistas em ciências [Versão eletrónica]. *Revista Eletrónica dos Pós-Graduados em Sociologia Política da UFSC*(2), 68-80. Consult. 22 de Janeiro de 2014, disponível em http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf.

- Borges, J. M. (2004). *Serviços Desportivos. Planejamento e Gestão de Serviços Aquáticos*. Lisboa: Caminho.
- Brasil. (1988). Constituição Federal. Consult. 20 de Novembro de 2013, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
- Bruyne, P. (1991). *Dinâmica de pesquisa em ciências sociais* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Cadima, J., Fernandes, H., Viseu, J., Parente, F., & Brito, M. (2002). *Linhas de Orientações para o Planejamento de Espaços Desportivos. Nucleo de Investigação em políticas Economicas*. Porto: Universidade do Minho.
- Carta Desportiva de Lisboa. Consult. 20 de Julho de 2014, disponível em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1299865722T6IRG1pg2Px70YV5.pdf>
- Carvalho, A. M. d. (1994). *Desporto e Autarquias Locais: Uma nova via para o desenvolvimento desportivo local* (Vol. 1). Porto: Campos das Letras.
- Carvalho, M. J., Resende, C., Cirac, M. J. G., & Costa, J. (2012). Desporto, Política e Direito: Do passado e da atualidade Enfoque nas autarquias locais. In J. O. Bento & J. M. Constantino. (Eds.), *Desporto e Municípios* (Vol. 1). Lisboa: Visão e Contextos.
- Carvalho, S. N. (2001). *Estatuto da Cidade: Aspectos politicos e tecnicos do Plano diretor*. São Paulo: Perspectiva.
- Catarino, D. P. G. (2010). *O Desporto em Matosinhos: Estudo de Caso da MS*. Porto: Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Constantino, J. M. (1990). *Políticas de desenvolvimento desportivo nas autarquias*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- Constantino, J. M. (1994). *Desporto e municipios*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Constantino, J. M. (1999). *Desporto, Política e Autarquias*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Constantino, J. M. (2006). *Desporto Geometria de Equívocos*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Constantino, J. M. (2007). Os Valores Educativos do Desporto. In J. M. Constantino & J. O. Bento (Eds.), *Em Defesa do Desporto*. Coimbra: Almedina.
- Constituição do Estado do Acre. (1989). Consult. 20 de Novembro de 2013, disponível em [http://www2.senado.leg.br/bdsf/browse?type=author&value=Acre.%20\[Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Estadual%20\(1989\)\]](http://www2.senado.leg.br/bdsf/browse?type=author&value=Acre.%20[Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Estadual%20(1989)])
- Correia, J. P. (2009). Políticas Públicas e desenvolvimento do desporto. In J. Bento & J. M. Constantino (Eds.), *O Desporto e o Estado: Ideologias e Práticas* (pp. 7-44). Porto: Afrontamento.
- Costa, A. d. S. (2009a). Desporto e Política: dois fenômenos estruturalmente idênticos. In J. Bento & J. Constantino (Eds.), *O Desporto e o Estado*. Porto.
- Costa, C. (2013). *Análise das Instalações Desportivas Cobertas Autárquicas do Município de Braga*. Porto: Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Costa, J. (2009b). *Uma metodologia para elaboração de Cartas desportivas municipais: O caso de Baião*. Vila Real: José Lito Pinto da Costa. Dissertação de Mestrado apresentada a Escola de ciências e Tecnologia - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Costa, J. C. O. (2010). *O Desporto no conselho de Fafe. Associativismo e Política Desportiva Municipal*. Porto: Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Costa, L. (1987). *A Reinvenção da Educação Física e do Desporto. Paradigmas do Lazer e da Recreação*. Lisboa: Diração geral dos Desportos.
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina S.A.
- Cunha, L. M. (2003). *O Espaço, o Desporto e o Desenvolvimento*. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana.
- Cunha, L. M. F. F. d. (2007). *Os Espaços do Desporto* (1ª ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- DaCosta, L. (2005). *Atlas do esporte no Brasil : atlas do esporte, educação física e actividades físicas de saúde e lazer no Brasil : atlas of sports, of physical education and of physical activities for health and for leisure in Brasil*. Rio de Janeiro : Shape. cop. 2005.

- DaCosta, L., Corrêa, D., Rizzuti, E., Villano, B., & Miragaya, A. (2008). *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte.
- Diniz, A. (Ed.). (2008). *Gol de Ouro*. Rio Branco: Governo do Estado do Acre.
- Feitais, P. M. S. (2008). *Planeamento desportivo municipal justificação para a tomada de decisão no processo de construção de instalações desportivas em Trás-os-Montes e Alto Douro*. Porto: Pedro Feitais.
- Gallardo, L. G., & Jimenez, A. G. (2004). *La gestion de los servicios deportivos municipales vias para la excelencia*. Barcelona: Inde Publicaciones.
- Garcia, R. (2009). De um Desporto sem ideologias para um desporto com ideias. In J. O. Bento & J. M. Constantino (Eds.), *O Desporto e o Estado: Ideologias e práticas* (pp. 309-326). Porto: Afrontamento.
- IBGE, I. B. d. G. e. E.-. (2012). IBGE - Cidades. Consult. 18 de Março de 2014, disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=120040&search=acre|rio-branco>
- IBGE, I. B. d. G. e. E. (2010). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Censo Demográfico 2010* Consult. 18 de Março de 2014, disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=12&dados=0>
- IPEA, I. d. P. E. A.-. (2014). Atlas de Desenvolvimento Humano 2013 - Rio Branco. Consult. 18 de Março de 2014, disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_print/rio-branco_ac
- Januário, C. (2010). *Políticas Públicas Desportivas: avaliação do nível de execução e eficácia nos municípios da áreas metropolitana do Porto*. Porto: Dissertação de Doutoramento apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Lakatos, E., & Marconi, M. (2003). *Ciências do Conhecimento Científico: Fundamentos e Metodologia Científica* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Lamas, J. A. (2001). Nuevas Tendencias en Politicas Poblacionales Medianas y Pequeñas. In *IX Jornada de técnicos y dirigentes desportivos*: Diputación de Huelva.
- Lopéz, A. L., & Luna-Aroucas, R. (2000). *Perfil del Gestor Publico del deporte en la comunidade Valenciana: Un análisis preliminar*. Valencia.
- Matos, V. M. C. d. (2000). *Planeamento de instalações desportivas no município a procura da pratica desportiva na estratégia do planeamento estudo aplicado ao município de Santo Tirso*. Porto: Vitor Matos.

- Meneses, V. G., Oliveira, A. M., & Souza, E. F. (2012). Gestão Desportiva e Política Pública na Região Metropolitana do Recife. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 6, 219-230.
- Mesquita, M. (1989). *Rio Branco, Cruzeiro do Sul e a implantação de rodovias. A organização de espaços na faixa da Transamazônica* (Vol. 2). Rio Branco: Valverde.
- Morais, M. (2000). *Rio Branco-Ac, uma cidade de fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais*. Santa Catarina: Universidade Federal do Santa Catarina. Dissertação de apresentada a
- Moreira, C. D. (1994). *Planejamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: ISCSP.
- Nhabomba, H. M. (2013). *Levantamento, Análise e Prospeção do Desporto no Conselho Municipal da Cidade de Inhambane*. Lisboa: Dissertação de Mestrado apresentada a Instituto Superior de Economia e Gestão da Faculdade de Motricidade Humana.
- Oliveira, L. S. d. (1985). *O Sertanejo, o Brabo e o posseiro: os cem anos de andanças da população acreana. Rio Branco*. Rio Branco: Governo do Estado do Acre.
- Paípe, G. (2013). *Políticas Públicas Desportivas e Gestão do Desporto Municipal: Estudo de Caso do Município da Cidade da Beira, Moçambique*. Porto: Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Pedroso, C. A. M. d. Q. (2010). *Equipamentos desportivos municipais do Recife*. Porto: Carlos Augusto Mulatinho de Queiroz Pedroso. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Pelé, L. (1998). BRASIL - LEI Nº 9.615, de 24 de Março de 1998. Institui Normas sobre o Desporto. Consult. 20 de Novembro de 2013, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm
- Pereira, A. L. (2013). Para uma Pesquisa no Terreno em Ciências do Desporto. In I. Mesquita & A. Graça (Eds.), *Investigação Qualitativa em Desporto*. Porto: Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto - Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Pereira, E. B. (2009). O Poder Local: As câmaras municipais e o desporto. In J. O. Bento & J. M. Constantino (Eds.), *O Desporto e o Estado. Ideologias e Práticas* (pp. 109-131). Porto: Afrontamento.

- Pires, G. (2007). *Agôn: Gestão do Desporto: O Jogo de Zeus*. Porto: Porto Editora.
- Pires, G., Colaço, C., & Lopes, J. (2005). Desporto e Desenvolvimento. In *Povos e Cultura - nº9*. Lisboa: Barbosa & Xavier.
- Pires, G., & Sarmiento, J. (2001). Conceitos de Gestão do Desporto: Novos Desafios, diferentes soluções. [Versão eletrónica]. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 01, 88-103 disponível em <http://www.gestaodesportiva.com.br/Novos%20Desafios%20Diferentes%20Solucoes.pdf>.
- Queirós, P. (2004). Para um novo enquadramento axiológico na participação de crianças e jovens no desporto. In A. Gaya, A. Marques & G. Tani (Eds.), *Desporto para Crianças e Jovens: razões e finalidades*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. v. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (4ª ed ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ranzi, C. M. D. (2008). *Raizes do Acre*. Rio Branco -AC: EDUFAC.
- Ribeiro, E. R. (1999). *Reflexão sobre a Política Desportiva em Moçambique: Diagnóstico sobre as Instalações Desportivas da Cidade de Maputo*. Campinas: Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas.
- Ribeiro, F. T. (2011). *Novos Espaços Para o Esporte e Lazer: Planejamento e Gestão de Instalações para os esportes, educação física, atividades físicas e lazer* (Vol. 1). São Paulo: Icone Editora.
- Ripoll, G., & Matos, M. (2005). Mapeamento das Instalações Esportivas da Cidade do Rio de Janeiro. Consult. 24 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.ceme.eefd.ufrr.br/miec/index.html>
- Sancho, J. A. M. (2003). *La Gestion de Instalaciones Desportivas Municipales. XI Encuentro Provincial de Desporte Municipal*. Islantilla.
- Sancho, J. A. M. (2004). *Planificacion deportiva teoria y practica bases metodológicas para una planificación de la educación física y el deporte* (3ª ed ed.). Barcelona: INDE.
- Sarmiento, J. P. (2002). *Desporto Universitário?* Porto: Associação de Estudantes da FCDEF-UP.

- Sarmiento, J. P. (2005). Qualidade na Gestão de Instalações Desportiva. . *Seminário de Gestão de Desporto. Universidade da Madeira* Consult. 25 de Fevereiro de 2014, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/31031114/Planeamento-e-Gestao-de-Instalacoes-Desportivas-Dr-Jose-Pedro-Sarmiento>
- Sarmiento, J. P., & Carvalho, M. (2014). Gestão de Instalações Desportivas. In M. Arraya & M. N. G. Silva (Eds.), *Têndencias Contemporâneas da Gestão Desportiva* (Vol. 1). Liboa: Visão e Contextos.
- Sarmiento, P. (2009). Quadros da cidadania Desportiva em Portugal. In J. O. Bento & J. M. Constantino (Eds.), *Desporto e Municípios: Políticas, práticas e programas* (pp. 347-368). Lisboa: Visão e Constextos.
- Schmink, M., & Cordeiro, M. (2008). *Rio Branco: a cidade da florestania*. Belém - PA: EDUFPA
- Silva, D. P. e. (2014). *Vocabulário Jurídico* (31ª ed. Vol. 31ª). Rio de Janeiro: Forense.
- Souza, C. (2006). Políticas Públicas: Uma revisão dea literatura. *Sociologias* nº 16. Consult. 05 de Março de 2014, 8, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>
- Tocantins, L. (2001). *Formação Histórica do Acre* (Vol. 2). Brasília: Senado Federal.
- Tubino, M. J. G. (1999). *O que é o Esporte*. São Paulo: Brasiliense.
- Tubino, M. J. G. (2001). *Política Nacional do Esporte*. Brasília: Governo Federal.

Anexo I - PLANILHA DE COLETA DE DADOS

Objetivos:

Essa Planilha de coleta de dados insere-se num estudo intitulado **Caracterização e Análise da Gestão das Instalações Desportivas Públicas Não Escolares do Município de Rio Branco**. Pretendemos recolher informações que nos permitam caracterizar as Instalações Desportivas de Rio Branco, assim como também sua gestão.

1. Dados sobre a Localização da Instalação Desportiva	
Regional:	
Baixada () Belo Jardim () Cadeia Velha () Calafate () Floresta () Vila Acre ()	
Estação Experimental () Seis de Agosto () São Francisco () Tancredo Neves ()	
Vila Acre ()	
Endereço:	
Rua ou ponto de referencia:	
2. Proprietário	
<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> Prefeitura () Governo do Estado () </div>	
3. Nome da Instalação Desportiva ou Local onde esta inserida	
4. Tipologia	
Grande Campo () Quadra Descoberta () Quadra Coberta ()	
Quadra de Tênis descoberta () Salas () Piscina descoberta ()	
Pista de Atletismo () Especiais ()	
Instalação Recreativa () Instalação Formativa ()	
Instalações Desportivas Especializadas ou Monodisciplinares ()	
Instalações desportivas especiais para o espetáculo ()	
5. Tipo de Piso	
Grama () Grama Sintética () Madeira () Cimento () Areia () Barro ()	
Emborrachado () Outros () Qual? _____	
6. Condições de Utilização	
Utilizável () Deficiências Mínimas () Deficiências Grandes () Não utilizável ()	
Em reforma ()	
7. Área Desportiva Útil	
Largura: _____ Comprimento: _____ Total em M ² : _____	

ANEXO II - Guião de entrevistas

TEMA: CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA GESTÃO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS PÚBLICAS NÃO ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO.

Entrevista aos Secretários de Esporte Responsáveis pela Gestão Desportiva no Município de Rio Branco

Objetivos da Entrevista: esta entrevista destina-se à natureza académica – dissertação de mestrado, sob a orientação do Professor Doutor José Pedro Sarmiento, docente da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (FADEUP).

Confiabilidade: as informações prestadas serão mantidas em rigoroso sigilo, apenas sendo divulgados os dados pertinentes para o estudo, podendo as entidades respondentes ter acesso as informações, caso deseje.

A. Legitimação da entrevista.

1. Gostaria de saber mais alguma informação acerca do estudo ou sobre a entrevista?
2. Existe algum inconveniente em gravar a entrevista?
3. Existe algum aspeto que não tenha sido esclarecido?

B. Identificação.

- Nome; Sexo; Idade; Formação Académica; Função Atual.
- Superior hierárquico

Área 1– Desporto, sociedade e o Poder Público.

- 1) Qual a importância do **desporto** adotado pela secretária para município de Rio Branco?
- 2) Qual a importância **social do desporto** adotado pela secretária para o município de Rio Branco?

- 3) O que a secretária tem feito para garantir o direito constitucional de acesso a prática desportiva aos cidadãos do município de Rio Branco?
- 4) Quais são as políticas públicas desportivas adotadas/realizadas pela secretaria voltadas aos cidadãos de Rio Branco?
- 5) Quais os grupos sócias e faixas etárias atendidos pelas políticas públicas desportiva no município de Rio Branco?
- 6) Como a secretaria tem feito para garantir que mais pessoas tenham acesso ao desporto?

Área 2 - A importância das instalações desportivas para o município.

- 1) Qual a concepção de Instalações Desportivas adotada pela gestão para o município de Rio Branco?
- 2) Qual a importância das Instalações Desportivas para município de Rio Branco?
- 3) Como as Instalações Desportivas podem promover a cidade de Rio Branco?

Área 3 - Planejamento e distribuição espacial das instalações desportivas.

- 1) Como e por quem é formulado o planejamento das instalações desportivas de Rio Branco?
- 2) Existe algum órgão responsável pelo planejamento desportivo em Rio Branco? Qual?
- 3) Que instrumentos de planejamento urbanístico possuem no Município para a organização territorial na oferta de espaços desportivos aos seus munícipes?
- 4) Quais os tipos de Instalações Desportivas são geridos por essa secretaria no município de Rio Branco?
- 5) Como esta distribuído no município as Instalações Desportivas?
- 6) A secretaria atualmente gerência quantas Instalações Desportivas na município de Rio Branco?
- 7) Quantas Instalações Desportivas atualmente estão sem condições de uso e quantos estão sendo reformados?

8) A quantidade de Instalações Desportivas existentes no município de Rio Branco é suficiente para atender as necessidades da população local?

Área 4 - A gestão das instalações desportivas.

1) De que forma são geridos as instalações desportivos de Rio Branco? São gestões diretas, concessionada ou mista?

4) Existe a participação popular na gerência desses espaços? De que forma acontece?

3) Quem é órgão responsável pela gestão das instalações desportivos no município? Existe algum órgão que auxilia a gestão das Instalações? Quais?

4) Qual a relação entre as secretárias no que diz respeito à gestão das Instalações desportivos? De que forma acontece esta relação?

Area 5 - Manutenção das instalações desportivas.

1) Quais os critérios adotados pela gestão para a manutenção das Instalações desportivos?

2) Qual o órgão responsável pela manutenção dos instalações desportivos em rio Branco?

3) Com que frequência acontece à manutenção das instalações desportivos do município?

Agradecimento: certo da colaboração, cumprimento e agradeço a vossa participação, assim como renovar os votos de estima e consideração.

Rodonilton Pontes de Souza

Faculdade de Desporto da Universidade do Porto - FADEUP

Telefone Celular: 55-68-99818502

E-mail: niltonpontes@yahoo.com.br

ANEXO III - INSTALAÇÕES DESPORTIVAS PÚBLICAS NÃO ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - DIVISÃO POR REGIONAL

REGIONAL 6 DE AGOSTO											
GERAL	ORDEM	BAIRRO	ENDEREÇO	NOME DA INSTALAÇÃO	TIPOLOGIA I	TIPOLOGIA II	TIPO DE PISO	CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	M² ÚTIL	OBSERVAÇÃO
1	1	COMARA	AV. CHICO MENDES	QUADRA POLIESPORTIVA I - CIDADE DO ESPORTE	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	649,40	COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DO ESPORTE
2	2	COMARA	AV. CHICO MENDES	QUADRA POLIESPORTIVA II - CIDADE DO ESPORTE	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	649,40	COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DO ESPORTE
3	3	COMARA	AV. CHICO MENDES	QUADRA III - VOLEIBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	432,10	COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DO ESPORTE
4	4	COMARA	AV. CHICO MENDES	QUADRA IV - VOLEIBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	432,10	COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DO ESPORTE
5	5	COMARA	AV. CHICO MENDES	QUADRA V - VOLEIBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	439,53	COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DO ESPORTE
6	6	COMARA	AV. CHICO MENDES	QUADRA VI - VOLEIBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	442,52	COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DO ESPORTE
7	7	COMARA	AV. CHICO MENDES	QUADRA DE TÊNIS I	QUADRA DE TÊNIS DESCOBERTA	INSTALAÇÃO ESPECIALIZADA	CIMENTO	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	661,50	COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DO ESPORTE
8	8	COMARA	AV. CHICO MENDES	QUADRA DE TÊNIS II	QUADRA DE TÊNIS DESCOBERTA	INSTALAÇÃO ESPECIALIZADA	CIMENTO	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	661,50	COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DO ESPORTE
9	9	COMARA	AV. CHICO MENDES	QUADRA DE TÊNIS III	QUADRA DE TÊNIS DESCOBERTA	INSTALAÇÃO ESPECIALIZADA	CIMENTO	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	445,51	COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DO ESPORTE
10	10	COMARA	AV. CHICO MENDES	QUADRA DE TÊNIS IV	QUADRA DE TÊNIS DESCOBERTA	INSTALAÇÃO ESPECIALIZADA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	445,51	COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DO ESPORTE
11	11	COMARA	AV. CHICO MENDES	QUADRA DE AREIA I	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	NÃO UTILIZÁVEL	GOVERNO DO ESTADO	441,04	COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DO ESPORTE
12	12	COMARA	AV. CHICO MENDES	QUADRA DE AREIA II	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	NÃO UTILIZÁVEL	GOVERNO DO ESTADO	441,04	COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DO ESPORTE
13	13	COMARA	AV. CHICO MENDES	QUADRA DE AREIA III	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	859,05	COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DO ESPORTE
14	14	COMARA	AV. CHICO MENDES	QUADRA DE AREIA IV	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	NÃO UTILIZÁVEL	GOVERNO DO ESTADO	859,05	COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DO ESPORTE
15	15	COMARA	AV. CHICO MENDES	QUADRA DE AREIA V	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	NÃO UTILIZÁVEL	GOVERNO DO ESTADO	859,05	COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DO ESPORTE
16	16	COMARA	AV. CHICO MENDES	SALA DE GINATICA	SALA	INSTALAÇÃO RECREATIVA		DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	38,35	COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DO ESPORTE
17	17	COMARA	AV. CHICO MENDES	ESTADIO ARENA DA FLORESTA	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO ESPECIAL PARA O ESPETACULO	GRAMA	UTILIZAVEL	GOVERNO DO ESTADO	7370,00	ESTÁDIO DE FUTEBOL
18	18	BASE	RUA RIO ACRE	QUADRA DE AREIA DA BASE	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	GOVERNO DO ESTADO	367,04	AO LADO DO MERCADO DOS COLONOS - BEIRA DO RIO
19	19	QUINZE	RUA SALIM FAHAT	QUADRA POLIESPORTIVA DO 15	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	716,10	
20	20	QUINZE	RUA SALIM FAHAT	QUADRA DE AREIA DO 15 - FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	792,00	
21	21	TRIANGULO NOVO	TRAV. MARIA DE LURDES	QUADRA DE AREIA DO TRIANGULO NOVO - FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	563,85	

22	22	TRIANGULO VELHO	RUA DR. FLAVIO BATISTA	QUADRA POLIESPORTIVA DO TRINAGULO VELHO	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	1004,00	ATRÁS DA CONCESSIONARIA DA FORD
23	23	CIDADE NOVA	AV. NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	QUADRA DE AREIA I - FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	540,80	PRAÇA PUBLICA DO BAIRRO - AO LADO DA ESCOLA TEREZINHA MIGUEIS
24	24	CIDADE NOVA	AV. NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	QUADRA DE AREIA II -VOLEIBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	192,00	PRAÇA PUBLICA DO BAIRRO - AO LADO DA ESCOLA TEREZINHA MIGUEIS
25	25	CIDADE NOVA	AV. NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	QUADRA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	NÃO UTILIZÁVEL	PREFEITURA	286,00	PRAÇA PUBLICA DO BAIRRO - AO LADO DA ESCOLA TEREZINHA MIGUEIS
26	26	CIDADE NOVA	AV. NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	ACADEMIA ABERTA	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	266,00	PRAÇA PUBLICA DO BAIRRO - AO LADO DA ESCOLA TEREZINHA MIGUEIS
27	27	CIDADE NOVA	AV. NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	PISTA DE SKATE	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	32,30	PRAÇA PUBLICA DO BAIRRO - AO LADO DA ESCOLA TEREZINHA MIGUEIS
28	28	CIDADE NOVA	RUA UIRAPURU	QUADRA POLIESPORTIVA - PRAÇA DA JUVENTUDEADE	QUADRA COBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	UTILIZAVEL	PREFEITURA	602,25	PRAÇA DA JUVENTUDE - ANTIGA RODOVIARIA
29	29	CIDADE NOVA	RUA UIRAPURU	PISTA DE SKATE - PRAÇA DA JUVENTUDE	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		UTILIZAVEL	PREFEITURA	171,50	PRAÇA DA JUVENTUDE - ANTIGA RODOVIARIA
30	30	6 DE AGOSTO	RUA CEARENCE	QUADRA POLIESPORTIVA DA 6 DE AGOSTO	QUADRA COBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	543,51	AO LADO DA QUARTA PONTE
31	31	6 DE AGOSTO	RUA PRINCIPAL DA 6 DE AGOSTO	QUADRA DE AREIA - FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	955,50	ATRAS DO MERCADO DA 6 DE AGOSTO
32	32	6 DE AGOSTO	RUA DR. PEREIRA PASSOS	QUADRA DE AREIA I DO PARQUE CAPITAO CIRIACO	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	1050,00	PARQUE CAPITÃO CIRIACO
33	33	6 DE AGOSTO	RUA DR. PEREIRA PASSOS	QUADRA DE AREIA II DO PARQUE CAPITAO CIRIACO	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	NÃO UTILIZÁVEL	PREFEITURA	216,00	PARQUE CAPITÃO CIRIACO
34	34	6 DE AGOSTO	RUA DR. PEREIRA PASSOS	PISTA DE CAMINHADA DO PARQUE CAPITÃO CIRIACO	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	765,00	PARQUE CAPITÃO CIRIACO
35	35	TAQUARI	RUA BAIXA VERDE	QUADRA POLIESPORTIVA DO TAQUARI	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	NÃO UTILIZÁVEL	PREFEITURA	633,60	
36	36	AMAPA	ESTRADA DO AMAPA	QUADRA POLIESPORTIVA DO AMAPA	QUADRA COBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	672,75	
								TOTAL EM METROS QUADRADOS:		26496,85	
REGIONAL CADEIA VELHA											
GERAL	ORDEM	BAIRRO	ENDEREÇO	NOME DA INSTALAÇÃO	TIPOLOGIA I	TIPOLOGIA II	TIPO DE PISO	CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	M² ÚTIL	OBSERVAÇÃO
37	1	CENTRO	PARQUE DA MATERNIDADE	QUADRA POLIESPORTIVA I	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	483,3	PROXIMO AO COLEGIO BRASILEIRO
38	2	CENTRO	PARQUE DA MATERNIDADE	QUADRA DE AREIA I -FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	606,06	PROXIMO A CONCHA ACUSTICA
39	3	CENTRO	PARQUE DA MATERNIDADE	QUADRA DE AREIA II	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	278,48	PROXIMO AO COLEGIO BRASILEIRO
40	4	CENTRO	PARQUE DA MATERNIDADE	QUADRA DE AREIA III	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	274,92	PROXIMO AO COLEGIO BRASILEIRO
41	5	CENTRO	PARQUE DA MATERNIDADE	QUADRA DE AREIA IV	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	1306,6	PROXIMO A TV RIO BRANCO
42	6	CENTRO	PARQUE DA MATERNIDADE	QUADRA DE AREIA V	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	254,66	PROXIMO A TV RIO BRANCO

43	7	CENTRO	PARQUE DA MATERNIDADE	QUADRA POLIESPORTIVA II	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	UTILIZAVEL	GOVERNO DO ESTADO	483,3	PROXIMO A TV RIO BRANCO
44	8	CENTRO	PARQUE DA MATERNIDADE	QUADRA POLIESPORTIVA III	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	483,3	PROXIMO A TV RIO BRANCO
45	9	CENTRO	PARQUE DA MATERNIDADE	PISTA DE CAMINHADA E CICLISMO	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		UTILIZAVEL	GOVERNO DO ESTADO	8000	
46	10	CENTRO	PARQUE DA MATERNIDADE	PISTA DE SKATE DO PARQUE DA MATERNIDADE	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	1500	PROXIMO A TV RIO BRANCO
47	11	BOSQUE	AV. GETULIO VARGAS	QUADRA DE AREIA DO JUVENTOS	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	2240	PRAÇA DO JUVENTOS
48	12	BOSQUE	AV. GETULIO VARGAS	QUADRA DE AREIA II -VOLEIBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	408	PRAÇA DO JUVENTOS
49	13	BOSQUE	AV. GETULIO VARGAS	QUADRA DE AREIA III - VOLEIBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	408	PRAÇA DO JUVENTOS
50	14	JOSE AUGUSTO	RUA QUINTINO BOCAIUVA	QUADRA POLIESPORTIVA DO JOSE ALGUSTO	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	564,2	PRAÇA DO JOSE AUGUSTO
51	15	BOSQUE	RUA JOSE DE MELO	QUADRA DE AREIA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	NÃO UTILIZÁVEL	PREFEITURA	223,63	PRAÇA EM FRENTE A SEDE. ADMINISTRATIVA DA UNIMED
52	16	COHAB DO BOSQUE	RUA HORACIO CAVALCANTE	ACADEMIA ABERTA	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		UTILIZAVEL	PREFEITURA	132	PROX. AO PONTO DE TAXI DO BAIRRO COHAB DO BOSQUE
53	17	COHAB DO BOSQUE	RUA DELMAR PISTEL	QUADRA DE AREIA I - FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	311	
54	18	COHAB DO BOSQUE	RUA FRANCISCO HELENA	QUADRA DE AREIA II -VOLEIBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	279,4	PRAÇA CENTRAL DO CONJ. COHAB DO BOSQUE
55	19	HABITASA	RUA CHILE	QUADRA POLIESPORTIVA DA HABITASA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	UTILIZAVEL	PREFEITURA	886,6	PRAÇA DA HABITASA
56	20	CADEIA VELHA	RUA EPAMINONDAS JACOME	QUADRA DE AREIA DA CADEIA VELHA -FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	343	AO LADO DA ESCOLA DO SENAI
57	21	TROPICAL	RUA DAS PALMEIRAS	QUADRA DE AREIA DO TROPICAL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	153,97	PROXIMO AO COLEGIO LATO SENSU
58	22	TROPICAL	RUA DAS PALMEIRAS	PISTA DE SKATE DO TROPICAL	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		UTILIZAVEL	PREFEITURA	285	PROXIMO AO COLEGIO LATO SENSU
59	23	MORADA DO SOL	RUA VENUS	QUADRA DE AREIA I DA MORADA DO SOL	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO RECREATIVA	AREIA	NÃO UTILIZÁVEL	PREFEITURA	1170	PRAÇA DA MORADA DO SOL
60	24	MORADA DO SOL	RUA VENUS	QUADRA DE AREIA II DA MORADA DO SOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	362,4	PRAÇA DA MORADA DO SOL
61	25	ADALBERTO ARAGÃO	RUA SATURNO	QUADRA DE AREIA DO ADALBERTO ARAGAO	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	902,4	
								TOTAL EM METROS QUADRADOS:		22340,22	
REGIONAL SÃO FRANCISCO											
GERAL	ORDEM	BAIRRO	ENDEREÇO	NOME DA INSTALAÇÃO	TIPOLOGIA I	TIPOLOGIA II	TIPO DE PISO	CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	M² ÚTIL	OBSERVAÇÃO
62	1	PLACAS	RUA 3 DE SETEMBRO	QUADRA DE AREIA DAS PLACAS - FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	768	RUA PRINCIPAL DO BAIRRO
63	2	PLACAS	RUA 3 DE SETEMBRO	QUADRA DE AREIA DAS PLACAS II - VOLRIBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	341,64	RUA PRINCIPAL DO BAIRRO
64	3	EDSON CADAXO	TRAV. PARAISO	CAMPO DE FUTEBOL SOÇAITE DO BAIRRO	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	GRAMA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	1550	
65	4	CONJ. EDSON CADAXO	RUA BEBETO ALVES	QUADRA DE AREIA DO CONJ EDSON CADAXO -FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	507	PRAÇA JOSE MARIA MOURA MAGALHAES

66	5	CONJ. EDSON CADAXO	RUA BEBETO ALVES	PISTA DE SKATE	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	110	PRAÇA JOSE MARIA MOURA MAGALHAES
67	6	OSCAR PASSOS	RUA EDMUNDO PINTO	QUADRA DE AREIA DO OSCAR PASSOS	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	360	ATRAS DO CENTRO JACAMIN
68	7	SÃO FRANCISCO	RUA LUIZ GONZAGA	QUADRA DE ESPORTE DO SÃO FRANCISCO	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	239,4	AO LADO DO CEMITERIO
69	8	LOT. MUTAMBO	RUA FLAMENGO	QUADRA DE AREIA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	285,56	FINAL DO BAIRRO SÃO FRANCISCO
70	9	LOT. ANGICO	RUA PRINCIPAL	QUADRA DE AREIA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	189,12	FINAL DO BAIRRO SÃO FRANCISCO
71	10	CHICO MENDES	RUA FRANCISCO ALDEMAR	QUADRA DE AREIA DO CHICO MENDES	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	435	EM FRENTE A ESC. RAIMUNSO BORGES
72	11	ELDORADO	RUA FLOR DE MAIO	QUADRA DE AREIA DO ELDORADO - FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	276	PARQUE URBANO VALE DO AÇAÍ
73	12	ELDORADO	RUA SANTA LUZIA	QUADRA DE AREIA II DO ELDORADO -FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	220	AO LADO DA ASSOC. DE MORADORES DO BAIRRO
74	13	VITORIA	RUA ARCO IRIS	QUADRA DE AREIA DO VITORIA	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	1670	
75	14	JARDIM SÃO FRANCISCO	RUA AZEITONA	CAMPO DE FUTEBOL SOÇAITE DO BAIRRO	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	GRAMA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	2760	ATRAS DO DEPOSITO DA ANTIGA UTILIAR
76	15	JARDIM SÃO FRANCISCO	RUA AZEITONA	QUADRA DE AREIA DO BAIRRO - FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	896,8	ATRAS DO DEPOSITO DA ANTIGA UTILIAR
77	16	SÃO FRANCISCO	ESTRADA DO SÃO FRANCISCO	QUADRA DE AREIA DO CEJA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	240,35	CENTRO DA JUVENTUDE DO SÃO FRANCISCO
78	17	SÃO FRANCISCO	ESTRADA DO SÃO FRANCISCO	CAMPO DE FUTEBOL SOÇAITE DO CEJA	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	GRAMA	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	1980	CENTRO DA JUVENTUDE DO SÃO FRANCISCO
79	18	SÃO FRANCISCO	ESTRADA DO SÃO FRANCISCO	QUADRA POLIESPORTIVA DO CEJA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	530,44	CENTRO DA JUVENTUDE DO SÃO FRANCISCO
80	19	SÃO FRANCISCO	ESTRADA DO SÃO FRANCISCO	PISCINA I DO CEJA	PISCINA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA		NÃO UTILIZÁVEL	GOVERNO DO ESTADO	195.02	CENTRO DA JUVENTUDE DO SÃO FRANCISCO
81	20	SÃO FRANCISCO	ESTRADA DO SÃO FRANCISCO	PISCINA II DO CEJA	PISCINA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO RECREATIVA		NÃO UTILIZÁVEL	GOVERNO DO ESTADO	18,02	CENTRO DA JUVENTUDE DO SÃO FRANCISCO
82	21	SÃO FRANCISCO	ESTRADA DO SÃO FRANCISCO	SALA DE GINATICA	SALA	INSTALAÇÃO RECREATIVA		DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	80,75	CENTRO DA JUVENTUDE DO SÃO FRANCISCO
83	22	SÃO FRANCISCO	ESTRADA DO SÃO FRANCISCO	ACADEMIA ABERTA	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		UTILIZAVEL	GOVERNO DO ESTADO	132	CENTRO DA JUVENTUDE DO SÃO FRANCISCO
								TOTAL EM METROS QUADRADOS:		13590,08	
REGIONAL TANCREDO NEVES											
GERAL	ORDEM	BAIRRO	ENDEREÇO	NOME DA INSTALAÇÃO	TIPOLOGIA I	TIPOLOGIA II	TIPO DE PISO	CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	M² ÚTIL	OBSERVAÇÃO
84	1	XAVIER MAIA	AV. BRASIL - RUA PRINCIPAL	CAMPO DE AREIA DO XAVIER MAIA	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	EM REFORMA	PREFEITURA	1938	
85	2	XAVIER MAIA	AV. BRASIL - RUA PRINCIPAL	QUADRA DE AREIA II- FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	295,2	PRAÇA PRINCIPAL DO BAIRRO
86	3	ADALBERTO SENA	RUA DA IGREJA CATOLICA	CAMPO DE AREIA DO ADALBERTO SENA	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	1496	EM FRENTE A IGRAJA CATOLICA
87	4	ADALBERTO SENA	RUA BURITI	QUANDRA DE AREIA I DO ADALBERTO SENA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	312,36	PRACA DO BAIRRO
88	5	ADALBERTO SENA	RUA BURITI	QUADRA DE AREIA II	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	1418,48	PRAÇA DO BAIRRO
89	6	ADALBERTO SENA	RUA PRINCIPAL	ACADEMIA ABERTA	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	204	AO LADO SO POSTO DE SAUDE
90	7	LOT. JUAREZ TAVORA	RUA MONTE CLARO	CAMPO DE AREIA DO LOT.	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	1193	PROXIMO AO BAIRRO ALTO ALEGRE

91	8	MONTANHES	RUA ANTONIO PESSOA JUCA	CAMPO DE AREIA DO CEJA	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	1308	CEJA DO MONTANHES
92	9	MONTANHES	RUA ANTONIO PESSOA JUCA	SALA DE GINATICA	SALA	INSTALAÇÃO RECREATIVA		DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	49,45	CEJA DO MONTANHES
93	10	CALADINHO	AV. 38 DE DEZEMBRO	QUANDRA DE AREIA DO CALADINHO	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	585	DUVIDA SOBRE O GESTOR
94	11	JORGE LAVOCAT	TRAV. BOTAPORAN	QUADRA POLIESPORTIVA DO LAVOCAT	QUADRA COBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	UTILIZAVEL	PREFEITURA	629,2	
95	12	DEFESA CIVIL	RUA INDEPENDENCIA	QUANDRA DE AREIA I DA DEFESA CIVIL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	704	PRAÇA DO BAIRRO
96	13	DEFESA CIVIL	RUA INDEPENDENCIA	QUADRA DE AREIA II DA DEFESA CIVIL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO RECREATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	79	PRAÇA DO BAIRRO
97	14	TANCREDO NEVES	RUA ANTONIO PESSOA JUCA	QUANDRA DE AREIA DO TANCREDO NEVES	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	1156	AO LADO DA ESCOLA ESMAEL GOMES
98	15	TANCREDO NEVES	RUA ANTONIO PESSOA JUCA	QUADRA DE ESPORTE DO TANCREDO NEVES	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	343,65	AO LADO DA ESCOLA ESMAEL GOMES
99	16	CONJ. ANDIROBA	RUA AROEIRA	QUADRA DE AREIA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	450	EM FRENTE AO CEMITERIO JARDIM DA SAUDADE
100	17	LOT. NOVO HORIZONTE	RUA COPAIBA	QUADRA DE AREIA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	293	PRAÇA DO BAIRRO
101	18	RAIMUNDO MELO	RUA 7 DE SETEMBRO	QUADRA DE AREIA I DO RAIMUNDO MELO	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	EM REFORMA	PREFEITURA	340,2	ATRAS DA ESCOLA RAIMUNDO HERMINIO DE MELO
102	19	RAIMUNDO MELO	RUA 7 DE SETEMBRO	QUADRA DE AREIA II DO RAIMUNDO MELO	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	EM REFORMA	PREFEITURA	1359	ATRAS DA ESCOLA RAIMUNDO HERMINIO DE MELO
103	20	RAIMUNDO MELO		QUADRA POLIESPORTIVA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	710,6	PARQUE SÃO FRANCISCO
104	21	POLO GERALDO FLEMING	ESTRADA DE PORTO ACRE KM 19	QUADRA DE AREIA	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	1260	
								TOTAL EM METROS QUADRADOS:		16124,14	
REGIONAL FLORESTA											
GERAL	ORDEM	BAIRRO	ENDEREÇO	NOME DA INSTALAÇÃO	TIPOLOGIA I	TIPOLOGIA II	TIPO DE PISO	CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	M² ÚTIL	OBSERVAÇÃO
105	1	CASTELO BRANCO	RUA A	QUADRA POLIESPORTIVA DO CASTELO BRANCO	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	765,4	PROXIMO A SANACRE
106	2	NOVO HORIZONTE	RUA VERONA	QUADRA DE AREIA - FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	428,64	
107	3	BELA VISTA	RUA JORGE AMADO	QUADRA POLIESPORTIVA	QUADRA COBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	693	ATRAS DA IGREJA SÃO PELEGRINO
108	4	BELA VISTA	RUA 1º DE MAIO	QUADRA POLIESPORTIVA II	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	496	PROXIMO A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
109	5	BELA VISTA	RUA SENA MADUREIRA	QUADRA POLIESPORTIVA III	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	NÃO UTILIZÁVEL	PREFEITURA	881,25	PROXIMO A EMURB
110	6	MASCARENHAS DE MORAIS	RUA TIJUCA	QUADRA DE AREIA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	220	PRAÇA DO BAIRRO
111	7	FLORESTA	PARQUE DA MATERNIDADE	QUADRA POLIESPORTIVA DA FLORESTA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	UTILIZAVEL	PREFEITURA	724,5	INICIO DO PARQUE DA MATERNIDADE NA FLORESTA
112	8	VILA BETEL	ESTRADA DO CALAFATE	QUADRA DE AREIA I DA VILA BETEL - FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	792	PRAÇA DO BAIRRO
113	9	VILA BETEL	ESTRADA DO CALAFATE	QUADRA DE AREIA II DA VILA BETEL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	352,24	PRAÇA DO BAIRO
114	10	CONJ. ESPERANÇA III	RUA MARIA DAS DORES	CAMPO DE AREIA DO ESPERANÇA	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	1650	PROXIMO A CAIXA D’AGUA DO ESPERANÇA

115	11	MARIA IRIS	RUA JOSE ROCHA MACHADO	QUADRA DE AREIA DO MARIA IRIS - FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	735	PROXIMO A ASDERACRE
116	12	DOCA FURTADO	RUA SOROCABA	QUADRA DE AREIA DO DOCA FURTADO	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	291,4	ATRAS DO MERCADO DA ESTAÇÃO
								TOTAL EM METROS QUADRADOS:		8029,43	
REGIONAL BELO JARDIM											
GERAL	ORDEM	BAIRRO	ENDEREÇO	NOME DA INSTALAÇÃO	TIPOLOGIA I	TIPOLOGIA II	TIPO DE PISO	CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	M² ÚTIL	OBSERVAÇÃO
117	1	RECANTO DOS BURITIS	RUA ANDERSON ALVES	QUADRA POLIESPORTIVA	QUADRA COBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	614,4	PRAÇA DA JUVENTUDE DO RECANTO DOS BURITIS
118	2	RECANTO DOS BURITIS	RUA ANDERSON ALVES	SALA DE GINATICA	SALA	INSTALAÇÃO RECREATIVA		UTILIZAVEL	GOVERNO DO ESTADO	85	PRAÇA DA JUVENTUDE DO RECANTO DOS BURITIS
119	3	RECANTO DOS BURITIS	RUA ANDERSON ALVES	CAMPO DE FUTEBOL SOÇAITE	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	GRAMA	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	634,5	PRAÇA DA JUVENTUDE DO RECANTO DOS BURITIS
120	4	RECANTO DOS BURITIS	RUA ANDERSON ALVES	PISTA DE SKATE	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	311,5	PRAÇA DA JUVENTUDE DO RECANTO DOS BURITIS
121	5	RECANTO DOS BURITIS	RUA ANDERSON ALVES	QUADRA DE AREIA - VOLEIBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	370	PRAÇA DA JUVENTUDE DO RECANTO DOS BURITIS
122	6	RECANTO DOS BURITIS	RUA ANDERSON ALVES	PISTA DE CAMINHADA	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	720	PRAÇA DA JUVENTUDE DO RECANTO DOS BURITIS
123	7	RECANTO DOS BURITIS	RUA ANDERSON ALVES	PISTA DE SALTO EM DISTANCIA	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO FORMATIVA		NÃO UTILIZÁVEL	GOVERNO DO ESTADO	125	PRAÇA DA JUVENTUDE DO RECANTO DOS BURITIS
124	8	RECANTO DOS BURITIS	TRAV. NASCIMENTO	ACADEMIA ABERTA	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	217	PROX. A ESCOLA MARIA IZALIS CORREIA
125	9	SANTA CECILIA	BR 364	QUADRA DE AREIA DO SANTA CECILIA - VOLEIBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	262,89	PROX. A POLICIA RODOVIARIA FEDERAL
126	10	SANTA CECILIA	BR 364	CAMPO DE GRAMA SINTETICA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	GRAMA SINTÉTICA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	924	PROX. A POLICIA RODOVIARIA FEDERAL
127	11	ALBERT SAMPAIO	BR 364	QUADRA DE AREIA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	788	
128	12	LOT. JACARANDA		QUADRA DE AREIA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	1021	NO FINAL DO RESIDENCIAL SANTO AFONSO. RUA PRINCIPAL
129	13	RES. SANTO AFONSO	BR 364	CAMPO DE GRAMA SINTETICA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	GRAMA SINTÉTICA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	924	
								TOTAL EM METROS QUADRADOS:		6997,29	
REGIONAL VILA ACRE											
GERAL	ORDEM	BAIRRO	ENDEREÇO	NOME DA INSTALAÇÃO	TIPOLOGIA I	TIPOLOGIA II	TIPO DE PISO	CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	M² ÚTIL	OBSERVAÇÃO
130	1	VILA ACRE	VILA JERUSALEM - BEM FICA	QUADRA DE AREIA DA VILA JERUSALEM - RECREATIVA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	740	ATRAS DA UNIDADE DE SAUDE. PROX AO CANIL
131	2	VILA ACRE	ROD. AC40	ACADEMIA ABERTA	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		UTILIZAVEL	PREFEITURA	106,8	PARQUE CHICO MENDES
132	3	VILA ACRE	ROD. AC40	PISTA DE CAMINHADA	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	3 200	PARQUE CHICO MENDES
								TOTAL EM METROS QUADRADOS:		4046,8	
REGIONAL BAIXADA											
GERAL	ORDEM	BAIRRO	ENDEREÇO	NOME DA INSTALAÇÃO	TIPOLOGIA I	TIPOLOGIA II	TIPO DE PISO	CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	M² ÚTIL	OBSERVAÇÃO
133	1	JOAO EDUARDO II	RUA HABITA BRASIL	QUADRA DE AREIA DO JOAO EDUARDO - FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	EM REFORMA	PREFEITURA	750	PRAÇA DO BAIRRO
134	2	AEROPORTO VELHO	RUA RIO GRANDE DO SUL	GINASIO ALVARO DANTAS	QUADRA COBERTA	INSTALAÇÃO ESPECIAL PARA O ESPETACULO	CIMENTO	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	594	GINASIO COBERTO

135	3	AEROPORTO VELHO	RUA RIO GRANDE DO SUL	QUADRA POLIESPORTIVA DO CEJA DA BAIXADA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	432	CEJA DA BAIXADA
136	4	AEROPORTO VELHO	RUA RIO GRANDE DO SUL	QUADRA DE AREIA I	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	924	CEJA DA BAIXADA
137	5	AEROPORTO VELHO	RUA RIO GRANDE DO SUL	QUADRA DE AREIA II	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	NÃO UTILIZÁVEL	GOVERNO DO ESTADO	924	CEJA DA BAIXADA
138	6	AEROPORTO VELHO	RUA RIO GRANDE DO SUL	CAMPO SOÇAITE	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	GRAMA	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	1680	CEJA DA BAIXADA
139	7	AEROPORTO VELHO	RUA RIO GRANDE DO SUL	QUADRA DE ESPORTE	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	476	CEJA DA BAIXADA
140	8	PLACIDO DE CASTRO	ESTRADA DA SOBRAL	QUADRA POLIESPORTIVA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	777	PRAÇA DO BAIRRO
141	9	PLACIDO DE CASTRO	ESTRADA DA SOBRAL	QUADRA DE AREIA - VOLEIBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	325	PRAÇA DO BAIRRO
142	10	PREVENTÓRIO	RUA RIO GRANDE DO SUL	QUADRA POLIESPORTIVA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	UTILIZAVEL	PREFEITURA	690	PROX. A SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
143	11	RES. CABRIUVA	RUA EL SALVADOR	QUADRA DE AREIA - FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	624	
								TOTAL EM METROS QUADRADOS:		8196	
REGIONAL CALAFATE											
GERAL	ORDEM	BAIRRO	ENDEREÇO	NOME DA INSTALAÇÃO	TIPOLOGIA I	TIPOLOGIA II	TIPO DE PISO	CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	M² ÚTIL	OBSERVAÇÃO
144	1	CALAFATE	RUA PRINCIPAL DO BAIRRO	QUADRA POLIESPORTIVA	QUADRA COBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	443,2	AO LADO DA IGREJA CATOLICA
145	2	NOVO CALAFATE	RUA SAMAMBAIA	QUADRA DE AREIA - FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	668,8	AO LADO DA ESCOLA JOSE POTIGUARA
146	3	WILSON RIBEIRO		QUADRA POLIESPORTIVA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	UTILIZAVEL	PREFEITURA	640	
147	4	VILAGE TIRADENTES	RUA PRINCIPAL	QUADRA DE AREIA I -FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	770	ATRAS DO CEMITERIO MORADA DA PAZ
148	5	VILAGE TIRADENTES	RUA PRINCIPAL	QUADRA DE AREIA II	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	215,04	ATRAS DO CEMITERIO MORADA DA PAZ
								TOTAL EM METROS QUADRADOS:		2737,04	
REGIONAL ESTAÇÃO EXPERIMENTAL											
GERAL	ORDEM	BAIRRO	ENDEREÇO	NOME DA INSTALAÇÃO	TIPOLOGIA I	TIPOLOGIA II	TIPO DE PISO	CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	M² ÚTIL	OBSERVAÇÃO
149	1	ABRAAO ALAB	PARQUE DA MATERNIDADE	QUADRA DE BASQUETE	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO ESPECIALIZADA	CIMENTO	UTILIZAVEL	GOVERNO DO ESTADO	475,26	PROX. AO TACACA DA BASE
150	2	ABRAAO ALAB	PARQUE DA MATERNIDADE	QUADRA DE AREIA VI	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	276	PROX. AO TACACA DA BASE
151	3	ABRAAO ALAB	PARQUE DA MATERNIDADE	QUADRA DE AREIA VII	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	276	PROX. AO TACACA DA BASE
152	4	ABRAAO ALAB	PARQUE DA MATERNIDADE	ACADEMIA ABERTA	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	270	ATRAS DA AGROBOI
153	5	RES. IOLANDA	RUA EUFRADES	QUADRA DE GRAMA SINTETICA - FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	GRAMA SINTÉTICA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	704	ATRAS DO SUP. PAGUE POUCO DO MANOEL JULIAO
154	6	TANGARA	RUA SÃO LAZARO	QUADRA DE AREIA I	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	604,5	PRAÇA DO BAIRRO
155	7	TANGARA	RUA SÃO LAZARO	QUADRA DE AREIA II	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	104	PRAÇA DO BAIRRO
156	8	TANGARA	RUA ISAURA PARENTE	QUADRA DE GRAMA SINTETICA - FUTEBOL	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	GRAMA SINTÉTICA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	704	PROX. A ASS. DOS PREFEITOS DO ACRE

157	9	TUCUMA	PARQUE DO TUCUMA	QUADRA DE AREIA I	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	1480,5	PARQUE DO TUCUMA
158	10	TUCUMA	PARQUE DO TUCUMA	QUADRA DE AREIA II	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	GOVERNO DO ESTADO	280,84	PARQUE DO TUCUMA
159	11	TUCUMA	PARQUE DO TUCUMA	QUADRA DE AREIA III	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	GOVERNO DO ESTADO	280,84	PARQUE DO TUCUMA
160	12	TUCUMA	PARQUE DO TUCUMA	QUADRA POLIESPORTIVA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	600	PARQUE DO TUCUMA
161	13	TUCUMA	PARQUE DO TUCUMA	QUADRA DE AREIA IV	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	GOVERNO DO ESTADO	279,65	PARQUE DO TUCUMA
162	14	TUCUMA	PARQUE DO TUCUMA	QUADRA POLIESPORTIVA II	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	486	PARQUE DO TUCUMA
163	15	TUCUMA	PARQUE DO TUCUMA	ACADEMIA ABERTA	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		UTILIZAVEL	PREFEITURA	121,52	PARQUE DO TUCUMA
164	16	TUCUMA	PARQUE DO TUCUMA	CAMPO DE FUTEBOL	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	GRAMA	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	6825	PARQUE DO TUCUMA
165	17	MANOEL JULIAO	RUA DO COMERCIO	QUADRA DE AREIA I	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	598,3	PROX AO PONTE DE TAXI
166	18	MANOEL JULIAO	RUA TIAO NATUTEZA	QUADRA DE AREIA II	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	UTILIZAVEL	PREFEITURA	275,59	PRAÇA DOO CONJUNTO
167	19	MANOEL JULIAO	RUA TIAO NATUTEZA	ACADEMIA ABERTA	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		UTILIZAVEL	PREFEITURA	126	PRAÇA DO CONJUNTO
168	20	UNIVERSITARIO	RUA PRINCIPAL	QUADRA DE AREIA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	156,64	
169	21	UNIVERSITARIO	RUA PRINCIPAL	QUADRA POLIESPORTIVA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	800	
170	22	UNIVERSITARIO	RUA PRINCIPAL	PISTA DE SKATE	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	51,06	
171	23	UNIVERSITARIO	RUA PRINCIPAL	GINASIO POLIESPORTIVO DO UNIVERSITARIO	QUADRA COBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	UTILIZAVEL	PREFEITURA	800	
172	24	DISTRITO INDUATRIAL	ESTRADA DIAS MARTINS	PISCINA OLIMPICA ARMANDO NOGUEIRA	PISCINA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO ESPECIAL PARA O ESPETACULO		UTILIZAVEL	GOVERNO DO ESTADO	1250	ESCOLA ARMANDO NOGUEIRA
173	25	SANTA QUITERIA	AV, ANTONIO DA ROCHA VIANA	PISTA DE CAMINHADA	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		UTILIZAVEL	PREFEITURA	1800	HORTO FLORESTAL
174	26	SANTA QUITERIA	AV. ANTONIO DA ROCHA VIANA	ACADEMIA ABERTA	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		UTILIZAVEL	PREFEITURA	103,2	HORTO FLORESTAL
175	27	SANTA QUITERIA	AV. ANTONIO DA ROCHA VIANA	ACADEMIA ABERTA II	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		UTILIZAVEL	PREFEITURA	164,9	HORTO FLORESTAL
176	28	SANTA QUITERIA	AV. ANTONIO DA ROCHA VIANA	CAMPO DE FUTEBOL SOÇAITE	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	GRAMA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	3200	HORTO FLORESTAL
177	29	SANTA QUITERIA	AV. ANTONIO DA ROCHA VIANA	QUADRA DE AREIA I	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	245,44	HORTO FLORESTAL
178	30	SANTA QUITERIA	AV. ANTONIO DA ROCHA VIANA	QUADRA DE AREIA II	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS MINIMAS	PREFEITURA	245,44	HORTO FLORESTAL
179	31	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL	AV. NACOES UNIDAS	QUADRA POLIESPORTIVA	QUADRA DESCOBERTA	INSTALAÇÃO FORMATIVA	CIMENTO	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	830,7	CEJA DA ESTAÇÃO
180	32	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL	AV. NACOES UNIDAS	CAMPO DE AREIA	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	GOVERNO DO ESTADO	2287,5	CEJA DA ESTAÇÃO
181	33	RUI LINO	AV. GOV. EDMUNDO PINTO	QUADRA DE AREIA DO RUI LINO	GRANDE CAMPO	INSTALAÇÃO FORMATIVA	AREIA	DEFICIENCIAS GRANDES	PREFEITURA	2100	AO LADO DO CEJA DO RUI LINO

182	34	TUCUMA	PARQUE DO TUCUMA	PISTA DE CAMINHADA E CICLISMO	ESPECIAIS	INSTALAÇÃO RECREATIVA		UTILIZAVEL	GOVERNO DO ESTADO	8400	
								TOTAL EM METROS QUADRADOS:	37202,88		
								TOTAL GERAL EM METROS QUADRADOS:	<u>145760,73</u>		
			RESUMO GERAL								
POPULAÇÃO DO MUNICIPIO			357 194	M² ÚTIL =	0,40807						
M² DE AREAS CONSTRUIDAS			145 760,73								
TIPOLOGIA I				TIPOLOGIA II		TIPO DE PISO		CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		PROPRIETÁRIO	
QUADRA DESCOBERTA			118	INSTALAÇÃO RECREATIVA	31	GRAMA		UTILIZAVEL	45	GOVERNO DO ESTADO	67
QUADRA COBERTA			9	INSTALAÇÃO FORMATIVA	143	GRAMA SINTETICA		DEFICIENCIAS MINIMAS	62	PREFEITURA	115
GRANDE CAMPO			23	INSTALAÇÃO ESPECIAL PARA O ESPETACULO	3	MADEIRA		DEFICIENCIAS GRANDES	57		
ESPECIAIS			25	INSTALAÇÃO DESPORTTIVA ESPECIALIZADA	5	CONCRETO		NÃO UTILIZAVEL	14		
PISCINA			3			AREIA		EM REFORMA	4		
SALA			4			BARRO					